



ESTUDOS LIBERTÁRIOS

2014

Emma Goldman

Autora



**O INDIVÍDUO,
A SOCIEDADE E O ESTADO,
E OUTROS ENSAIOS**

Texto

Plínio Augusto Coelho

organização e tradução

hedra

Copyright _ Hedra 2007

Tradução[©] _ Plínio Augusto Coêlho

Ed. Consult. _ *The American Mercury*, vol XXXIV,
(abr. | 1935).

Posfácio à *My Desillusionment in
Russia*, 1923.

Ni patrie ni frontières.

Mother Earth, vol. X , (dec. | 1915).

Notas _ Yves Coleman



Goldman, Emma (1869-1940) - São Paulo
: Hedra, 2007. 1. Título 2. Org.
e trad. Plínio Augusto Coêlho 3.
Intr. Carlo Romani 4. Anarquismo.

07-030

CDD 320.57

Direitos reservados em língua
portuguesa somente para o Brasil

EDITORA HEDRA LTDA.

_ **Endereço** _ R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)
05416-011 São Paulo SP Brasil

Telefone/Fax _ (011) 3097-8304

E-mail _ editora@hedra.com.br

Site _ www.hedra.com.br

Foi feito depósito legal.

Plínio Augusto Coêlho fundou em 1984 a Novos Tempos Editora, em Brasília, dedicada à publicação de obras libertárias. Em 1989, transfere-se para São Paulo, onde cria a Editora Imaginário, mantendo a mesma linha de publicações. É idealizador e co-fundador do IEL (Instituto de Estudos Libertários).

Carlo Romani é doutor em História Cultural pela Universidade de Campinas (Unicamp) e pesquisador vinculado ao NUPAUB/USP (Antropologia Caiçara). Publicou a biografia histórica *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista* (Annablume, 2002), e atualmente ensina História Contemporânea na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Série Estudos Libertários: as obras reunidas nesta série, em sua maioria inéditas em língua portuguesa, foram escritas pelos expoentes da corrente libertária do socialismo. Importante base teórica para a interpretação das grandes lutas sociais travadas desde a segunda metade do século XIX, explicitam a evolução da idéia e da experimentação libertárias nos campos político, social e econômico, à luz dos princípios federalista e autogestionário.

Emma Goldman (Kovno [atual Kaunas], 1869-Toronto, 1940). Revolucionária anarquista de origem russa, emigrou para Rochester, Estados Unidos, em 1886. Como grande parte dos emigrantes do leste europeu, trabalha em uma fábrica de roupas, onde toma contato com as doutrinas socialista e anarquista. Em 1899, muda-se para Nova York e conhece Alexander Berkman, anarquista condenado em 1892 pela tentativa de assassinato do industrial Henry Clay Frick. Em 1901, Leon Czolgosz assassina o presidente William McKinley, e alega ter sido inspirado pelos ensinamentos de Emma. Ativista dos direitos da mulher, une-se a Margaret Sanger na luta pelo controle de natalidade, dando palestras por todo os EUA. Em 1906, com a soltura de Berkman, retoma as atividades em conjunto com seu companheiro e funda o periódico *Mother Earth* (1906-1917). Em 1910, publica *Anarchism and Other Essays*, dois anos após ter a cidadania americana revogada pelo governo. Deportada dos EUA em 1919, juntamente com Berkman, alcança a Rússia e lá permanece até a revolta de Kronstadt (1921). Decepcionada com a onda de perseguições e a repressão que se seguiram à Revolução Russa, parte para a Europa ocidental no mesmo ano, e em 1923 publica *My Disillusionment in Russia*, crítica severa ao sistema soviético. Perseguida pelos agentes do FBI grande parte de sua vida, foi presa seis vezes entre 1893 e 1921, acusada de incitar rebeliões, preconizar o controle de natalidade e opor-se à Primeira Guerra Mundial e ao alistamento militar, entre outras acusações. Em 1931, publica sua autobiografia *Living My Life*, e mantém intensa atividade como palestrante, residindo nos principais países da Europa. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936) apoiou ativamente os anarquistas na luta contra o fascismo. Faleceu em Toronto, Canadá, em 1940.

O indivíduo, a sociedade e o Estado foi publicado pelo Free Society Forum, Chicago, Illinois, em 1940. Defesa intransigente da liberdade do indivíduo e crítica ferrenha à submissão ao poder estatal, esse texto, inspirado em Kropotkin e Malatesta, já antecipava muitas das questões fundamentais do século XX, como a militarização estratégica dos EUA. A presente edição conta ainda com o posfácio do livro *My disillusionment in Russia* (1923), e *O comunismo não existe na Rússia*, artigo publicado em 1935, no qual Emma critica o autoritarismo e a centralização de poder dos soviéticos.

SUMÁRIO

Introdução, por Carlo Romani 9

O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE

E O ESTADO, E OUTROS ENSAIOS 27

O indivíduo, a sociedade e o Estado 29

A preparação militar nos conduz direto
ao massacre universal 47

O patriotismo, uma ameaça à liberdade 61

A revolução social é portadora
de uma mudança radical de valores 79

O comunismo não existe na Rússia 103

Trotski protesta em demasia 121

SOBRE INDIVIDUALISMO E REVOLUÇÃO SOCIAL

A dúvida reina no espírito dos homens, pois nossa civilização treme em suas bases. As instituições atuais não mais inspiram confiança e os mais inteligentes compreendem que a industrialização capitalista vai contra os próprios objetivos que diz perseguir.

Este poderia ser o discurso de alguma liderança do bem comportado Greenpeace, ou a fala de algum anarquista ativista de ecologia social do Earth Fire, ou ainda o desabafo frustrado de um ex-candidato à presidência dos EUA em seu documentário sobre os impactos ao ambiente causados pelo capitalismo contemporâneo. Talvez, inclusive, já que quase todos se tornaram “ambientalistas” de última hora, seja a conclusão filosófica encontrada no último relatório da ONU sobre as mudanças climáticas globais. Nem precisaríamos ir tão longe: hoje em dia, qualquer pessoa medianamente inteligente já compreende a dimensão da catástrofe que se aproxima.

Mas, apesar de toda a sua atualidade, essas palavras sobre o labirinto em que a modernidade capitalista acabou por jogar a vida humana e todas as demais formas de vida sobre o planeta foram o mote inicial com que a ativista anarquista Emma Goldman abriu seu texto “O indivíduo, a sociedade e o Estado”, escrito pouco antes do início da II Guerra Mundial e publicado nesta presente edição. E poucos sabem disto, pois a riqueza, a intensidade e a atualidade das reflexões

de Emma Goldman sobre o ser humano e suas relações em sociedade são praticamente desconhecidas do público brasileiro.

Antes de tudo – me parece –, pelo fato de ela ser uma mulher, com a agravante, ainda, de ser uma anarquista. Substantivo e adjetivo que durante muitos anos se complementariam como garantia certa para o confinamento intelectual e o abandono editorial a que ficaram relegadas, seja pelo pensamento dominante, seja até por alguns dos próprios companheiros de luta. Mas não somente essa – o que já seria muito – me parece ter sido a razão do pouco caso com que foi tratada Emma Goldman no Brasil. Penso que o fato de ela não ter seguido uma trajetória formal de educação e não ter alcançado a universidade acabou por se tornar um dos motivos de certo menosprezo pela sua produção quando comparada à de outros autores anarquistas da mesma época. Emma se constituiu em uma livre-pensadora através de sua própria experiência de vida como operária, ativista de várias causas e perseguida por diferentes regimes políticos, construindo suas idéias e seu saber dentro dos círculos anarquistas dos quais participou e foi organizadora. A escola oficial, tida por ela como “doutrinadora dos espíritos servis”, quase nada influenciou em sua formação intelectual.

De origem judaica, nasceu em 1869 na Lituânia, estado então sob o domínio do Império Russo. Anos depois, quando sua família foi vítima de violenta perseguição antijudaica e teve seus bens confiscados, emigrou para São Petersburgo. Na vizinha cidade báltica frequentou os bancos escolares somente até completar 13 anos de idade, quando teve de deixar a rígida disciplina russa para entrar na ainda mais rigorosa disciplina do trabalho fabril. Conheceu no ambiente de fábrica anarquistas de orientação individualista que pregavam a morte de todos os tiranos e o uso da violência de classe como instrumento de transformação social, no mais

puro sentimento vingador eslavo herdeiro de Bakunin. Espírito rebelde e irreconciliável, enfrentou o pai e, aos 17 anos, emigrou para os EUA, onde foi viver com a irmã mais velha em um bairro pobre no interior do estado de Nova York. Para a adolescente recém-chegada, a imigração significou ainda mais sofrimento: 14 horas de trabalho duro como costureira em ambientes insalubres, pequenas oficinas onde as operárias eram exploradas, apelidadas de *sweatshops*, numa referência à umidade existente nesses lugares. Acompanhou os acontecimentos do tumulto de Haymarket Riot durante a greve geral de Chicago, cujo desenrolar levou sete trabalhadores à condenação à pena de morte, exclusivamente pelo “delito hediondo de serem anarquistas”, como sentenciou o juiz.

A vida de exploração em que vivia, o evento marcante de Chicago, a perseguição aos que não aceitavam a escravidão e o inconformismo de seu caráter, transformaram-na em uma convicta e atuante anarquista. Com 20 anos de idade mudou-se para a cidade de Nova York, onde, inicialmente, freqüentou os círculos de anarquistas defensores da violência como meio de transformação social. Conheceu Alexander Berkman, que será seu companheiro daí em diante. Durante catorze anos seguidos Emma lutou pela libertação de Berkman da penitenciária, após este ser condenado pela tentativa de assassinato de um gerente de fábrica. Para os anarquistas, fora um ato de vingança, pois o feitor teria ordenado a invasão policial que causou a morte de trabalhadores inocentes que ocupavam a fábrica durante uma greve. Aos poucos, a insurgência violenta presente na juventude foi cedendo espaço para a filosofia do comunismo libertário, e a leitura da obra de Kropotkin exercerá influência fundamental na construção de suas idéias e nos escritos que deixará para sempre como parte da filosofia política anarquista.

Nesta breve biografia busquei mostrar como a constituição do pensamento de Emma Goldman se fez totalmente à revelia do sistema oficial de ensino. Sua educação não formal, autodidata e envolvendo os companheiros de luta nos grêmios e sindicatos foi uma das principais características de todo o anarquismo daquela época. Os círculos sociais libertários, os grêmios operários mantidos pelos anarquistas e pelos sindicalistas, as escolas e as bibliotecas por eles sustentadas fundaram as bases para a construção de um movimento social forte, tanto em suas ações diretas de luta econômica e política quanto na formação cultural e intelectual de seus ativistas e simpatizantes. A rede de círculos, grêmios e escolas garantia aos participantes do movimento uma sociabilidade libertária, onde podiam trocar experiências de vida bastante diferentes daquelas oferecidas pelo mundo burguês ou, até mesmo, das condutas existentes em outros segmentos operários.

Essa integração de diferentes círculos sociais articulados em rede, base do projeto federativo do anarquismo, permitiu aos ativistas organizarem suas lutas, enquanto trabalhadores, para enfrentar o Estado e o Capital. Permitiu-lhes, também, criar as condições para imaginar e pôr em prática um novo ideário de vida, uma filosofia alternativa ao modelo dominante hierárquico e padronizado, continuamente repetido aos mais jovens pelo ensino oficial. Essa rede cultural própria garantiu em muitos países, inclusive no Brasil das primeiras décadas do século XX, a vitalidade e a força histórica do pensamento e da prática anarquista. Emma Goldman foi uma das grandes mulheres protagonistas da história dessa cultura alternativa.

Seu nome e sua obra tornaram-se internacionalmente conhecidos e ultrapassaram o público de simpatizantes libertários, sendo divulgados principalmente pelo movimento feminista. No Brasil, contudo, o nome de Emma manteve-se

praticamente desconhecido do público até a década de 1960, quando seus escritos sobre a emancipação feminina e seus artigos em defesa das individualidades humanas foram difundidos no país durante a passagem de Julian Beck e do grupo Living Theater pelo país. A maioria desses textos foi escrita no começo do século XX, já em sua fase de maturidade intelectual, no período estadunidense de sua vida, e publicada na revista *Mother Earth*, por ela criada em 1906. Opiniões bombásticas sobre a mulher, como “é apenas uma questão de grau se ela se vende a um único homem, dentro ou fora do casamento, ou a vários”, falar abertamente sobre a necessidade que a mulher tem de “aplar seus desejos mais intensos” e sobre o absurdo que é uma mulher ter de “abster-se da experiência sexual” para seguir padrões de comportamento sociais ditados por uma sociedade conservadora e machista, tudo isso causou escândalo em uma América do Norte majoritariamente colonizada pelo ascetismo puritano.

Se no Brasil, que teve uma ativista como Maria Lacerda de Moura, a divulgação e o estudo do feminismo anarquista demorou a ser realizado, nos EUA ele goza de ampla repercussão, e Emma Goldman, reputada como a maior radical feminista que passou pelo país, é fruto desse interesse que ultrapassa os limites do próprio anarquismo. Durante sua passagem como docente em Connecticut, a historiadora Margaret Rago, uma das pioneiras na pesquisa sobre gênero na universidade brasileira e autora da biografia da libertária italiana Luce Fabbri, mostrou-se impressionada com a quantidade de trabalhos sobre a militante russa e a disponibilidade de acesso às suas obras nas bibliotecas norte-americanas. Atualmente, há em andamento em Berkeley, Califórnia, um projeto de levantamento e reedição de todos os seus textos.

Porém, a questão da mulher e de sua emancipação é apenas a porta de entrada para o universo libertário de Emma. *Mother Earth* foi, durante os dez anos de sua publicação, o

veículo pelo qual ela percorreu sobre todas as microlutas de caráter tipicamente libertário. Para ela, o ideal anarquista não é somente um fim a ser alcançado, é uma prática cotidiana e progressiva a ser realizada dentro dos próprios espaços existentes e abertos pela sociedade, transformando-a continuamente, como veremos adiante dentro de sua concepção libertária de “revolução”. A libertação do indivíduo de suas opressões cotidianas, o individualismo em contraste com a uniformidade do comportamento, o antimilitarismo e a oposição sistemática à guerra, a crítica ao patriotismo, a luta contra o sistema prisional, na qual ela teve uma ação incansável pela libertação de seu companheiro, foram os temas dessa revista, cujo nome, não por acaso, remete-nos a uma integração da humanidade com o planeta infelizmente esquecida pela civilização capitalista.

Para Goldman, o critério para se medir o grau de civilização da humanidade é o “grau de emancipação real do indivíduo”. Vontade de liberdade e de dignidade, ausência de castas privilegiadas, exercício da cooperação social entre os indivíduos, são os critérios que ela adotaria para definir uma civilização anárquica e humanista. Não por acaso, é o *Apoio Mútuo* de Kropotkin a referência mais citada em seu ensaio sobre o indivíduo e a sociedade, no qual ela faz uma crítica contundente de todo e qualquer tipo de Estado, por definição usurpador e autoritário. Nesse livro clássico, o célebre anarquista russo contrapõe-se à teoria da seleção natural de Darwin, mostrando ser a cooperação e não a competição entre os integrantes de uma mesma espécie o que permite a continuidade dessa espécie ou, no caso humano, a continuidade do grupo social. Em seu ensaio, Emma retoma o tema do apoio a seu modo, afirmando a exaltação da individualidade humana como a meta a ser perseguida pela sociedade. Individualismo que somente pode ser alcançado de forma plena quando a sociedade, livre dos poderes coercitivos do

Estado, fizer da cooperação entre os indivíduos o caminho para sua sobrevivência.

Em sua defesa do indivíduo, ela encontrou na terra prometida americana uma tradição individualista de rebeldia e insubmissão enraizada já há bastante tempo. Talvez resultado do encontro mítico de deserdados europeus na nova terra com a insubmissão selvagem de índios guerreiros de tribos como Delaware, Cheyenne e Lakota, na América do Norte nasceram os mais intransigentes defensores das liberdades individuais e críticos da submissão aos poderes do Estado. Em seu artigo sobre a preparação militar, escrito pouco antes do ingresso dos EUA na I Guerra Mundial, Emma reconhece essa tradição, fazendo a defesa do que ela chama de “princípios fundamentais dos valores americanos”. A começar com Jefferson, o pai fundador, logo após a guerra da independência, para quem o melhor governo é aquele que governa o menos possível – declaração radicalizada por Thoreau, o pai da desobediência civil, quase um barnabé simbólico da autêntica vida caipira, para quem o melhor governo é aquele que não governa. Os valores fundamentais da autonomia federativa e da democracia americana, o ideal de liberdade política e igualdade social, percorreram o mundo levando a esperança do bom recomeço a milhões de imigrantes oprimidos, inclusive a ela.

Ledo engano. O lugar onde, em 1832, o francês Tocqueville viu nascer um povo formado na civilização e na democracia, onde ele imaginava ser impossível o surgimento da desigualdade de condições e a emergência de uma classe privilegiada, trinta e poucos anos depois, com o início da explosão migratória, essa mesma América se tornou o lugar que traiu seus princípios fundadores. Nos Estados Unidos da América de fins do século XIX, terra de oportunidades, nada mudou para os que dependiam da força de seu trabalho para sobreviver. Goldman se vale da imagem de uma escultura

para retratar melhor no que essa América se transformou para os trabalhadores: “uma mão cruel de longos e finos dedos que esmagam sem piedade a cabeça de um imigrante, fazendo escorrer o sangue para dele fazer dólares e embalar o imigrante de esperanças rompidas e aspirações sufocadas”.

Mas, retrucaria a elite nativista americana, esse é o sofrimento necessário pelo qual deve passar o estrangeiro para se forjar como homem livre, um verdadeiro norte-americano: liberdade conquistada através da luta, da guerra; recrutamento obrigatório dos jovens imigrantes e filhos destes para os pelotões de frente de todas as guerras ianques, a começar pela própria guerra civil. Queres ser cidadão americano? Deves lutar e morrer pela pátria. Em 1823, James Monroe, com sua doutrina da “América para os americanos”, já havia abandonado completamente os princípios fundadores de liberdade e igualdade. E seguiram-se as guerras: guerra de extermínio das nações indígenas do oeste selvagem; guerra contra o México; guerra contra a Espanha; guerra contra as Filipinas; guerra pelo controle do Panamá; seguidas intervenções na América Central e no Caribe; e o grande passo, o ingresso em 1915 na grande guerra europeia. Surgia, assim, a força do império americano. Em dois ensaios complementares, um sobre patriotismo e o outro sobre militarismo, ambos publicados nesta edição, Emma desmascara o mito democrático americano. A campanha contra a I Guerra Mundial e a participação americana nela trouxe-lhe severa perseguição do Estado ianque, levando-a novamente à prisão em 1917. Finalmente, em fins do ano de 1919, foi deportada como estrangeira subversiva de volta ao país natal.

O patriotismo leva ao militarismo, que leva à guerra, que fortalece o Estado e o Capital, que mantém a indústria de armamentos, que leva ao aumento da violência, que leva à xenofobia, que robustece o fogo do patriotismo, e assim seguimos em um círculo vicioso espiralado em direção à vio-

lência que contamina o mundo contemporâneo. O império do conforto e consumo norte-americanos tornou-se o triste exemplo massificado de uma civilização narcisista, violenta e paranóica. Emma prenunciou que o caminho seguido pelos EUA seria similar ao dos estados nacionais europeus, trilha que desembocou em duas guerras mundiais. Aliás, para ela estava claro que os EUA se tornariam um país ainda mais militarizado do que as próprias potências européias porque lá o Estado se encontrava a serviço do crescimento do Capital. Os velhos fabricantes de armamento, as famílias Du Pont, Remington, Winchester, fazem parte do cotidiano doméstico da família média americana. Da defesa do lar para a defesa dos capitalistas em todo o mundo o salto foi rápido, e o Estado americano subvencionou e fortaleceu a grande indústria da guerra. Visionária, ela estava convencida “de que o militarismo tornar-se-á um perigo mais importante na América do que em qualquer outro lugar no mundo, porque o capitalismo sabe corromper aqueles que deseja destruir”.¹

Ao mesmo tempo em que antecipou o fato de os Estados Unidos terem se transformado no maior estado militar da história da humanidade, também alertou inutilmente – ironia do destino – ao soldado proletário, um pequeno tiranete, como diria Etienne de La Boétie (1530-1563), defensor até a morte de seus patrões algozes. A cooptação da população pobre pelo capitalismo como forma de defesa de uma liberdade quimérica, pois inexistente, foi outro tema que despertou a ira dos poderosos americanos. Ainda mais revolta ao *status quo* causou sua receita para combater o militarismo: o incitamento à deserção, à desobediência civil e à não-submissão à autoridade. O ataque à figura inabalável do Exército americano não poderia ser aceita por um Estado que tem na guerra preventiva seu princípio de defesa.

¹ Ver página 76.

Para enfrentar o perigo no qual uma guerra se torna para os jovens recrutados, Emma apelou para a solidariedade entre os trabalhadores em todo o mundo como forma de combater o que ela entendia ser a maior das escravidões: a submissão voluntária de um soldado em luta matando seus próprios irmãos. Antes de tudo, e ela é contundente na afirmação, “a guerra de classes pressupõe todas as guerras entre as nações”. Não há guerra entre nações, o que há é uma guerra permanente de poder de uns sobre os outros, guerra de classe. Revela-se aí também sua visão classista do anarquismo. Alcançamos o momento de sua trajetória de vida em que a libertária russa, notória por seu individualismo, aproxima-se definitivamente do comunismo libertário, das opiniões de Kropotkin e de Malatesta, fundamentos que marcarão a maior parte de seus escritos daí em diante. Foi a violenta crítica ao militarismo americano e, por extensão, ao espírito de senhor da guerra do império, com o incitamento à deserção e à ação direta, a causa central para sua deportação definitiva da América do Norte.

A segunda parte desta edição é dedicada a dois escritos sobre a revolução social e o comunismo soviético. Uma retomada crítica dessa discussão mostra-se absolutamente pertinente ainda, quando alguns saudosistas ainda insistem em comemorar os 90 anos da Revolução de 1917 em vez de chorar o desperdício inútil de milhões de vidas humanas na antiga URSS. O primeiro ensaio trata do fracasso da revolução russa e foi publicado em 1923, no calor da hora, como posfácio do livro *My further disillusionment in Russia*. Entende-se o título, pois Emma, que havia sido forçada a emigrar em 1886, ao retornar esperançosa à Rússia revolucionária em 1919 junto com seu companheiro Alexander Berkman, tornou-se testemunha participante da condução pragmática dos destinos da revolução pelo bolchevismo do Partido Comunista liderado por Lenin, desiludindo-se pela

segunda vez.

A análise sócio-econômica etapista da revolução russa entendeu como correta a condução dada a ela pelos bolchevistas. Inicialmente a Rússia deveria se desenvolver industrialmente para construir as condições históricas – sociais e econômicas – necessárias para, num segundo momento, alcançar o comunismo. Em outras palavras, na teoria evolutiva de Marx, primeiro é preciso um capitalismo industrial para depois haver o comunismo – mesmo porque ele menosprezou todas as civilizações protocomunistas que não tiveram como único objetivo existencial o desenvolvimento tecnológico e econômico, reduzindo-as ao termo conceitual de povos pré-políticos. A partir de 1921, definitivamente, essa via de mão única marxista foi arrebatada pelo Estado russo, não pela revolução, como frisa e muito bem diferencia Emma Goldman.

Na ausência de um liberalismo clássico, do espírito empreendedor, da livre-iniciativa burguesa como instrumento para se atingir níveis econômicos mais elevados, o positivismo de esquerda encontrou no Estado soviético o papel de construtor do capitalismo. Teria sido bastante coerente se socialistas científicos e membros do Partido Comunista abdicassem do nome comunismo e reconhecessem a nova política econômica implantada na Rússia leninista apenas como um capitalismo de Estado, expressão usada por Emma nesse texto. Teria havido menos confusão. Contudo, o ocultamento das informações, o silenciamento da memória e a manipulação das idéias se constituíram na marca registrada dos bolchevistas. Infelizmente, a deliberada deturpação posta em prática na idéia de comunismo, um nome que se tornou sinônimo de ditadura burocrática, a confusão criada entre os termos de socialização e estatização dos bens e dos meios de produção, funcionou como um freio na luta de emancipação dos trabalhadores, que se tornariam bem

comportados consumidores de classe média nos países mais desenvolvidos.

Nunca, em nenhum outro país, o sistema taylorista de controle da produção e do operário foi adotado de forma tão obsessiva e opressiva como nas corporações do Estado soviético. Em decorrência disso, aumentou ainda mais a divisão social do trabalho, contrariando os próprios objetivos do comunismo marxista, e a inevitável separação hierárquica das funções produtivas colocou os técnicos e gestores do antigo regime nos patamares mais elevados das novas classes sociais soviéticas; subordinados a eles, todos os demais trabalhadores, camponeses e operários, hierarquizados social e economicamente segundo suas aptidões e divididos em até 23 faixas salariais diferentes. Planejamento e a racionalidade da organização capitalista a serviço da burocracia e, esta, da ideologia.

Acima de todos, os líderes do partido. A política já não é mais a expressão dos conflitos da sociedade, mas a expressão das divisões mesquinhas internas e dos conchavos pelo poder dentro da estrutura do partido único, o PCUS, o mais numeroso do planeta. Saiu escorraçada uma antiga classe dominante meio nobre, meio burguesa, e em seu lugar entrou outra classe dirigente. Para sua profunda desilusão, Emma presenciou a emergência dessa outra classe e assistiu, impotente, como ela escreveu, “a acumulação das riquezas da antiga burguesia nas mãos da nova burocracia soviética, as provocações permanentes contra aqueles cujo único crime era seu antigo *status* social, tudo isso foi o resultado da ‘expropriação dos expropriadores’”. Daí o título esclarecedor do ensaio seguinte: “O comunismo não existe na Rússia”.

Em suas críticas sobre os descaminhos da Revolução Russa de 1917, Emma inverterá a clássica análise de Marx e de seus seguidores, para quem a revolução comunista somente poderia dar certo naquelas regiões do planeta onde o

desenvolvimento industrial das forças produtivas provocasse o acirramento do conflito social e a emergência de uma “consciência de classe”. O que poderia ter se desenhado como uma ampla revolução social – e, para Emma, o povo russo estava propenso a esse acontecimento – naufragou no autoritarismo coercitivo e na centralização do poder nas mãos da ditadura da “maioria”, na verdade uma minoria violenta de astutos que soube manipular as decisões partidárias em benefício pessoal e de seus grupos de apoio. Nada mais distante de uma visão libertária do comunismo.

Mas esse deveria ter sido o destino inexorável de toda a luta do povo russo?

Desde a revolução derrotada de 1905, a idéia do soviete como célula nuclear da construção ascendente da nova sociedade já era de conhecimento e fazia parte da realidade de grande parte dos trabalhadores russos. Quando eclodiu a primeira revolução, em fevereiro de 1917, a população russa abraçou o *slogan* “todo poder aos sovietes” e participou ativamente da agitação revolucionária. Nos meses de junho e julho, as palavras de ordem “terra aos camponeses” e “fábrica aos operários” foram postas em prática pela população russa sob a forma de ação direta. Nas cidades, as fábricas foram ocupadas pelos operários. No campo, a expropriação dos proprietários rurais ocorreu de forma direta com grupos armados de camponeses enfrentando as milícias particulares. A participação dos grupos anarquistas organizados por Nestor Makhno em defesa da revolução foi fundamental para seu sucesso em terras ucranianas.

A ação, a prática, sobrepujou a teoria. A onda revolucionária, espontânea e popular, ocorreu num curto espaço de tempo desde o início do processo revolucionário e seguiu-se até a tomada definitiva do Kremlin. Essa consciência de classe e de seu poder não ocorreu num lugar onde o desenvolvimento industrial e a organização sindical estavam mais

avangados, como previa Marx. Ocorreu na atrasada Rússia agrária, numa população secularmente submetida ao tirânico regime dos czares. Para Emma, esses são sinais evidentes da clara “aptidão do povo russo para a revolução social”. E quais teriam sido as causas que permitiram essa aptidão?

Antes de tudo, a população russa estava acostumada a ondas revolucionárias anteriores; encontrava-se presente na sociedade um sentimento forte contra o czar, uma revolta contida, característica de populações ainda sob o domínio do antigo regime. Como a monarquia permaneceu quase que absolutista, a população e o exercício da política não foram corrompidos nem sofreram as influências enganosas da “ideologia das liberdades democráticas e do governo a serviço do povo”. Com essas palavras, Emma procura mostrar que os regimes constitucionistas resultantes da expansão das revoluções no século XIX serviram como amortecedores das reivindicações e das vontades populares mais autênticas e praticamente impediram a revolução socialista de vingar nesses países europeus. A essa corrupção social-democrata dentro do capitalismo ela deu o nome de “espertezas destrutivas da pseudo-civilização”. Na Rússia czarista não. A população tiranicamente explorada conservou o sentido primitivo da justiça.

Tal análise histórica do advento da Revolução Russa é diametralmente oposta às análises marxistas. Lá onde esses últimos encontraram falta de consciência política, fraqueza teórica e subdesenvolvimento econômico, Emma Goldman encontrou no robusto proletariado russo um senso agudo de justiça popular em busca do bem coletivo, ou seja, vontade de fazer socialismo. A inexistência de um governo liberal, de uma falsa democracia com retoque social, garantiram ao povo a continuidade de seu espírito franco e até ingênuo, fato que lhe fez brotar o germe de raiva necessário contra o poder tirânico e aristocrático, elemento vital para a eclosão de uma

revolução social.

O que Emma Goldman escreve em seu texto sobre a revolução social é que nessa Rússia de 1917 existiam sim as condições históricas para o sucesso revolucionário, principalmente porque havia uma enorme vontade popular. Fundamental para que o espírito de transformação seguisse adiante, esse desejo incontido do povo russo não se encontrava metafisicamente solto no ar, pois estava escorado por um sistema de organização dos trabalhadores através de sindicatos e de um sistema de produção e distribuição econômica baseado nas cooperativas que ligavam o país em forma de rede. A administração dessa rede comunitária era facilitada pela existência dos sovietes, experiência histórica que já era parte integrante da administração russa e que se proliferou durante toda a revolução.

Uma libertária comunista como Emma em nenhum momento colocou a origem de classe do indivíduo como elemento definidor do bem a ser valorizado e do mal a ser eradicado, meta da futura política bolchevista. Por isso, ela defendeu a participação e a importância de toda a população no processo revolucionário, cada qual envolvido com suas aptidões, com suas qualidades pessoais, uma soma de valores compondo um todo coletivo, e não habilidades individuais a serem valorizadas de forma diferenciada. Assim, ela entendeu que, para a continuidade da revolução, deveria ter sido fundamental a participação daquela parcela da *intelligentsia*, aqueles intelectuais russos que tradicionalmente não se encontravam presos aos poderes aristocrático-burgueses nem diferenciavam a população com critérios baseados no nome de origem ou na quantidade de dinheiro sob controle. Em suas palavras, “o sucesso da revolução dependia da extensão mais ampla possível do gênio criativo do povo, da colaboração entre os intelectuais e o proletariado manual”.

E foi este último passo que não ocorreu. Com a vitória da revolução e o controle do antigo Estado czarista pelo partido da maioria, os bolchevistas iniciaram, já em meados de 1918 e efetivamente de 1919 em diante, ou seja, justamente na época da chegada de Emma à União Soviética, uma contínua perseguição a todos aqueles que não concordavam, numa perspectiva comunista, com o processo de centralização política a que a administração dos soviets paulatinamente foi sendo submetida, quebrando suas características originalmente libertárias. Seja para solucionar pragmaticamente a falta de consenso em algumas decisões, seja sob o pretexto de defesa da revolução contra o inimigo burguês, ou ainda por puro revanchismo, a emergente ditadura do proletariado, ou melhor, o partido único, foi se impondo de forma coercitiva, através do medo e do terror, sobre os demais discordantes, literalmente matando as dissidências e transformando o sonho da revolução comunista no pesadelo de um Estado autoritário como jamais se estabelecera até então.

Por isso, a crítica anárquica é germinal em relação à existência do Estado, o primeiro e máximo poder a ser enfrentado para uma mudança radical de valores humanos que seja voltada para a emancipação e a liberdade. Emma Goldman, testemunha ocular e participante da Revolução Russa, como pensadora libertária concluiu que revolução social e manutenção do Estado são ações absolutamente incompatíveis.

Os métodos da revolução são inspirados pelo próprio espírito da revolução: a emancipação de todas as forças opressivas e limitadoras, quer dizer, os princípios libertários. Os métodos do Estado, ao contrário – do Estado bolchevique ou de qualquer governo –, são fundados na coerção, que progressivamente se transforma necessariamente em violência, opressão e terror sistemáticos.

É claro que a manifestação pública dessas opiniões na União Soviética leninista lhe trouxe sérios problemas, e

Emma e Berkman entenderam ser necessária e urgente sua saída do país, o que ocorreria em 1921, tendo a Inglaterra como destino. Essa passagem de Emma Goldman pela URSS foi registrada no cinema pelo filme *Reds* (dirigido por Warren Beatty), baseado na vida do jornalista norte-americano e militante comunista John Reed, que cumpriu um papel decisivo para a sobrevivência de Emma e para que sua leitura libertária da Revolução Russa pudesse chegar até nós.

Fechando esta presente edição, temos um artigo publicado em 1938 que coroa a análise crítica do reino de opressão e terror montado na antiga URSS. Emma não poupou o comandante do Exército Vermelho pela responsabilidade no conhecido massacre de Kronstadt, na Ucrânia, em 1921. Os marinheiros amotinados na base naval do mar Báltico defendiam o lema revolucionário “todo poder ao soviete”, pois de fato lá o praticavam. A insubmissão à autoridade central do PC era insuportável para a burocracia dirigente que se instalava. O Exército soviético, criado e dirigido por Leon Trotski, sufocou a rebelião matando mais de mil marinheiros sob a acusação de serem “pequeno-burgueses contrarrevolucionários”. O recado era claro: eis o que aconteceria a quem se opusesse à vontade do Partido. Emma ainda se encontrava na URSS na época do ocorrido, fato que foi a gota d’água para sua “desilusão”. Na ocasião da publicação desse artigo, Trotski, exilado no México, amante de Frida Kahlo, circulava pelos ambientes de esquerda criticando o stalinismo e os descaminhos da revolução, intitulado-se o verdadeiro revolucionário e criando uma legião de novos seguidores persistentes até hoje em dia: os trotskistas. Com sua pena ácida, Emma fez lembrá-los de que seu líder agia como lobo em pele de cordeiro e que entre ele e Stalin não havia diferença alguma. Por ironia do destino, dois anos depois Trotski seria assassinado. Se por traição política ou por

26 | vingança amorosa, nunca saberemos.

Assim, esta coletânea de artigos de Emma Goldman vem mostrar para o público brasileiro, além da sua já conhecida e intransigente defesa do individualismo, da unicidade de cada ser humano como elemento constitutivo da sociedade, um lado menos conhecido: a defesa de uma forma de anarquismo que é também comunista e a crítica contundente a dois modelos políticos e sociais que, embora diferentes em sua forma, foram parecidos em seus objetivos de dominação. Ambos os modelos acabados pelos quais a modernidade se manifestou no século passado tornaram-se, por razões diferentes, sufocadores da expressão plena do indivíduo.

A crítica da pseudoliberalidade da democracia capitalista americana e a crítica da falsa igualdade do comunismo soviético mostra-se absolutamente atual neste início de século, quando parece que perdemos a crença na possibilidade de se construir sociedades baseadas em vidas livres e dignas para todos os habitantes do planeta. Alguns dirão: mera utopia, pois a ordem da natureza é hierárquica. Emma retrucaria: a emancipação é insubmissão, anarquia, desejo inalienável do indivíduo. Um dos impérios desmascarados em seus textos já desapareceu. O outro persiste forte, quase onipresente, pairando sobre a Terra como uma polícia planetária disposta a intimidar os desviantes, pois é através da força e da coerção que as ordens são mantidas.

Agora, mais do que nunca, quando o risco de uma dominação coletiva das mentes transformadas em corpos dóceis consumidores de prazeres fáceis se esparrama mundo afora, quando o ser humano se enclausura num padronizado individualismo consumista, a voz anárquica de luta efetiva pela liberdade dos indivíduos deve se fazer sempre presente. Mais um motivo para que as palavras de Emma Goldman sejam lembradas e repetidas.

**O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE
E O ESTADO, E OUTROS ENSAIOS**

O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E O ESTADO

A dúvida reina no espírito dos homens, pois nossa civilização treme em suas bases. As instituições atuais não mais inspiram confiança e os mais inteligentes compreendem que a industrialização capitalista vai contra os próprios objetivos que diz perseguir.

O mundo não sabe como sair disso. O parlamentarismo e a democracia periclitam e alguns crêem encontrar salvação optando pelo fascismo ou outras formas de governos “fortes”.

Do combate ideológico mundial sairão soluções para os problemas sociais urgentes que se apresentam atualmente: crises econômicas, desemprego, guerra, desarmamento, relações internacionais etc. Ora, é dessas soluções que dependem o bem-estar do indivíduo e o destino da sociedade humana.

O Estado, o governo com suas funções e seus poderes, torna-se, assim, o centro de interesse do homem que raciocina. Os desenvolvimentos políticos que ocorreram em todas as nações civilizadas levam-nos a fazer essas perguntas: desejamos um governo forte? Devemos preferir a democracia e o parlamentarismo? O fascismo, sob uma ou outra forma, a ditadura, quer seja monárquica, burguesa ou do proletariado, oferecem soluções aos males ou às dificuldades que atormentam nossa sociedade?

Em outros termos, conseguiremos apagar as taras da democracia com a ajuda de um sistema ainda mais democrático, ou devemos cortar o nó górdio do governo popular com a espada da ditadura?

Minha resposta é: nem um, nem outro. Sou contra a ditadura e o fascismo, e oponho-me aos regimes parlamentares e às pretensas democracias populares.

É com razão que se falou do nazismo como de um ataque contra a civilização. A mesma coisa se poderia dizer de todas as formas de ditadura, opressão e coerção, pois o que é a civilização? Todo progresso foi essencialmente marcado pela extensão das liberdades do indivíduo em detrimento da autoridade exterior, tanto no que concerne à sua existência física quanto à política ou econômica. No mundo físico, o homem progrediu até controlar as forças da natureza e utilizá-las em seu próprio proveito. O homem primitivo realiza seus primeiros passos na estrada do progresso quando logra produzir fogo, triunfando assim sobre o próprio homem, e reter vento e captar água.

Que papel a autoridade ou o governo desempenharam nesse esforço de melhoria, invenção e descoberta? Nenhum, ou melhor, nenhum positivo. É sempre o indivíduo quem realiza o milagre, geralmente a despeito das proibições, das perseguições e da intervenção da autoridade, tanto humana quanto divina.

Da mesma forma, no campo político, o progresso consiste em afastar-se cada vez mais da autoridade do chefe de tribo, de clã, do príncipe e do rei, do governo e do Estado. Economicamente, o progresso significa mais bem-estar para um número de pessoas incessantemente crescente. E, culturalmente, ele é o resultado de tudo o que se realiza algures: independência política, intelectual e psíquica cada vez maior.

Nessa perspectiva, os problemas de relação entre o homem e o Estado revestem uma significação completamente nova. Não é mais questão de saber se a ditadura é preferível à democracia, se o fascismo italiano é superior ou não ao hitlerismo. Uma questão muito mais vital se nos apresenta: o governo político, o Estado, é proveitoso à humanidade? Qual

é sua influência sobre o indivíduo?

O indivíduo é a verdadeira realidade da vida, um universo em si. Ele não existe em função do Estado, ou dessa abstração denominada “sociedade” ou “nação”, que não é senão um ajuntamento de indivíduos. O homem sempre foi e é — necessariamente — a única fonte, o único motor de evolução e progresso. A civilização é o resultado de um combate contínuo do indivíduo ou dos grupamentos de indivíduos contra o Estado, e até mesmo contra a “sociedade”, quer dizer, contra a maioria hipnotizada pelo Estado e submetida a seu culto. As maiores batalhas já travadas pelo homem foram contra obstáculos e prejuízos artificiais que ele próprio se impôs e que paralisam seu desenvolvimento. O pensamento humano sempre foi falseado pelas tradições, pelos costumes, pela educação enganadora e iníqua, dispensada para servir os interesses daqueles que detêm o poder e gozam de privilégios; ou seja, pelo Estado e pelas classes proprietárias. Esse conflito incessante dominou a história da humanidade.

Podemos dizer que a individualidade é a consciência do indivíduo de ser o que é, e de viver essa diferença. É um aspecto inerente a todo ser humano e um fator de desenvolvimento. O Estado e as instituições sociais fazem-se e desfazem-se, enquanto a individualidade permanece e persiste. A própria essência da individualidade é a expressão, o sentido da dignidade e da independência — eis seu terreno de predileção. A individualidade não é esse conjunto de reflexos impessoais e maquinais que o Estado considera como um “indivíduo”. O indivíduo não é apenas o resultado da hereditariedade e do meio, da causa e do efeito. É isso e muito mais. O homem vivo não pode ser definido: ele é fonte de toda a vida e de todos os valores; ele não é uma parte disso ou daquilo: é um todo, um todo individual, um todo que evolui e se desenvolve, mas que permanece, contudo, um todo constante.

A individualidade assim descrita nada tem em comum com as diversas concepções do individualismo e, sobretudo, com aquele que denominarei “individualismo de direita, à americana”, que é tão-somente uma tentativa disfarçada de coagir e vencer o indivíduo em sua singularidade. Esse pretendo individualismo, que sugere fórmulas como “livre empresa”, “*american way of life*”, arrivismo e sociedade liberal, é o *laissez-faire* econômico e social: a exploração das massas pelas classes dominantes com a ajuda da velhacaria legal; a degradação espiritual e o doutrinamento sistemático do espírito servil, processo conhecido sob o nome de “educação”. Essa forma de “individualismo” corrompido e viciado, verdadeira camisa de força da individualidade, reduz a vida a uma corrida degradante aos bens materiais, ao prestígio social; sua sabedoria suprema exprime-se numa frase: “Cada um por si e maldito seja o último”.

Inevitavelmente, o “individualismo” de direita desemboca na escravidão moderna, nas distinções sociais aberrantes, e conduz milhões de pessoas à sopa dos pobres. Esse “individualismo” em questão é o dos senhores, enquanto que o povo é arregimentado numa casta de escravos para servir a um punhado de “super-homens” egocêntricos. Os Estados Unidos são, sem dúvida, o melhor exemplo dessa forma de individualismo, em nome do qual a tirania política e a opressão social são elevadas à posição de virtudes, enquanto que a menor aspiração, a menor tentativa de vida mais livre e mais digna será imediatamente considerada como antiame-ricanismo intolerável e condenada, sempre em nome desse mesmo individualismo.

Houve um tempo em que o Estado não existia. O homem vivia em condições naturais, sem Estado nem governo organizado. As pessoas estavam agrupadas em pequenas comunidades de algumas famílias, cultivando o solo e entregando-se à arte e ao artesanato. O indivíduo, posteriormente a família,

era a célula de base da vida social; cada um era livre e igual a seu vizinho. A sociedade humana dessa época não era um Estado, mas uma associação voluntária onde todos se beneficiavam da proteção de todos. Os mais velhos e os membros mais experientes do grupo eram os guias e os conselheiros. Eles ajudavam a resolver os problemas vitais, o que não significa governar e dominar o indivíduo. Foi só mais tarde que se viu surgir governo político e Estado, conseqüências do desejo dos mais fortes de tirar vantagens dos mais fracos, de alguns contra a maioria. O Estado eclesiástico ou secular serviu, então, para dar uma aparência de legalidade e de direito aos danos causados por alguns à maioria. Essa aparência de direito era o meio mais cômodo de governar o povo, pois um governo não pode existir sem o consentimento do povo, consentimento verdadeiro, tácito ou simulado. O constitucionalismo e a democracia são as formas modernas desse pretense consentimento, inoculado pelo que se chama “educação”, autêntico doutrinamento público e privado.

O povo consente porque é persuadido da necessidade da autoridade; inculcam nele a idéia de que o homem é mau, virulento e demasiado incompetente para saber o que é bom para ele. É a idéia fundamental de todo governo e de toda opressão. Deus e o Estado só existem e são sustentados por causa dessa doutrina.

No entanto, o Estado não é mais que um nome, uma abstração. Assim como outras concepções do mesmo tipo — nação, raça, humanidade —, ele não tem realidade orgânica. Denominar o Estado de organismo é uma tendência doentia de fazer de uma palavra um fetiche.

A palavra Estado designa o aparelho legislativo e administrativo que trata de certos negócios humanos — e, na maioria das vezes, trata mal. Ele nada contém de sagrado, de santo ou de misterioso. O Estado não tem consciência, não é encarregado de uma missão moral, não mais do que

uma companhia comercial seria encarregada de explorar uma mina de carvão ou uma ferrovia.

O Estado não tem mais realidade do que os deuses ou os diabos. São apenas reflexos, criações do espírito humano, pois o homem, o indivíduo, é a única realidade. O Estado é só a sombra do homem, a sombra de seu obscurantismo, de sua ignorância e de seu medo.

A vida começa e acaba com o homem, o indivíduo. Sem ele não há raça, humanidade, Estado. Nem mesmo sociedade. É o indivíduo que vive, respira e sofre. Desenvolve-se e progride lutando continuamente contra o fetichismo que ele nutre com respeito às suas próprias invenções e, em particular, ao Estado.

A autoridade religiosa edificou a vida política à imagem daquela da Igreja. A autoridade do Estado, os “direitos” dos governantes vinham do alto; o poder, como a fé, era de origem divina. Os filósofos escreveram espessos volumes provando a santidade do Estado, às vezes chegando, inclusive, a conceder-lhe a infalibilidade. Alguns desses filósofos disseminaram a opinião demente de que o Estado é “supra-humano”, realidade suprema, “o absoluto”.

A pesquisa era uma blasfêmia, a servidão a mais elevada das virtudes. Graças a tais princípios, chegou-se a considerar certas idéias como evidências sagradas, não porque sua verdade tivesse sido demonstrada, mas por serem repetidas continuamente.

Os progressos da civilização são essencialmente caracterizados por um questionamento do “divino” e do “mistério”, do pretense sagrado e da “verdade eterna”; é a eliminação gradual do abstrato, ao qual se substitui pouco a pouco o concreto. Quer dizer, os fatos precedem ao imaginário, o saber à ignorância, a luz à obscuridade.

O lento e difícil processo de liberação do indivíduo não se realizou com a ajuda do Estado. Ao contrário, foi empre-

endendo um combate ininterrupto e sangrento que a humanidade conquistou o pouco de liberdade e independência de que dispõe, arrancado das mãos dos reis, dos czares e dos governos.

A personagem heróica desse longo calvário é o Homem. Sozinho ou unido a outros, é sempre o indivíduo que sofre e combate as opressões de toda espécie, as potências que o subjagam e degradam.

Mais ainda, o espírito do homem, do indivíduo, é o primeiro a rebelar-se contra a injustiça e o aviltamento; o primeiro a conceber a idéia de resistência às condições nas quais ele se debate. O indivíduo é o gerador do pensamento liberador, assim como do ato liberador.

E isso não diz respeito apenas ao combate político, mas a toda a gama dos esforços humanos, em todos os tempos e sob todos os céus. É sempre o indivíduo, o homem com sua força de caráter e sua vontade de liberdade, que abre o caminho do progresso humano e dá os primeiros passos rumo a um mundo melhor e mais livre; nas ciências, na filosofia, no campo das artes bem como no da indústria, seu gênio eleva-se em direção aos cumes, concebe “o impossível”, materializa seu sonho e comunica seu entusiasmo aos outros, que, por sua vez, se engajam na peleja. No campo social, o profeta, o visionário, o idealista que sonha com um mundo segundo seu coração ilumina o caminho das grandes realizações.

O Estado, o governo, qualquer que seja sua forma, característica ou tendência, quer seja autoritário ou constitucional, monárquico ou republicano, fascista, nazista ou bolchevique, é, por sua própria natureza, conservador, estático, intolerante e oposto à mudança. Se às vezes evolui de maneira positiva, é que, submetido a pressões fortes o bastante, é obrigado a operar a mudança que se lhe impõe, pacificamente às vezes, brutalmente na maioria das vezes, quer dizer, pelos meios revolucionários. Além do mais, o conservadorismo inerente à

autoridade sob todas as suas formas torna-se inevitavelmente reacionário. Duas razões para isso: a primeira, é que é natural para um governo não apenas conservar o poder que detém, como também reforçá-lo, ampliá-lo e perpetuá-lo no interior e no exterior de suas fronteiras. Quanto mais forte a autoridade, quanto maior o Estado e seus poderes, mais intolerável será para ele uma autoridade similar ou um poder político paralelo. A psicologia governamental impõe uma influência e um prestígio em constante crescimento, nacional e internacionalmente, e o governo agarrará todas as oportunidades para ampliá-los. Os interesses financeiros e comerciais que dão sustentação ao governo que os representa e os serve motivam essa tendência. A razão de ser fundamental de todos os governos, para a qual os historiadores dos tempos passados fechavam voluntariamente os olhos, é hoje tão evidente que os próprios professores não podem mais ignorá-la.

O outro fator que obriga os governos a um conservadorismo cada vez mais reacionário é a desconfiança inerente que eles têm do indivíduo, o temor da individualidade. Nosso sistema político e social não tolera o indivíduo com sua constante necessidade de inovação. É, portanto, em estado de “legítima defesa” que o governo oprime, persegue, pune e às vezes mata o indivíduo, sendo ajudado por todas as instituições cujo objetivo é preservar a ordem existente. Ele recorre a todas as formas de violência e é apoiado pelo sentimento de “indignação moral” da maioria contra o herético, o dissidente social, o rebelde político, maioria essa em quem se inculcou desde séculos o culto do Estado, educada na disciplina, na obediência e na submissão à autoridade e no respeito a ela, cujo eco se faz ouvir em casa, na escola, na igreja e na imprensa.

A melhor muralha da autoridade é a uniformidade; a menor divergência de opinião torna-se, então, o pior dos crimes. A mecanização em grande escala da sociedade atual acarreta

um acréscimo de uniformização. Encontramo-la presente em toda parte: nos hábitos, nos gostos, na escolha das vestes, nos pensamentos, nas idéias. Contudo, é no que convimos denominar “opinião pública” que encontramos seu concentrado mais aflitivo. Bem poucos têm a coragem de opor-se a ela. Aquele que recusa submeter-se é de pronto “bizarro”, “diferente”, “suspeito”, fator de desordens no seio do universo estagnante e confortável da vida moderna.

Sem dúvida nenhuma, mais que a autoridade constituída, é a uniformidade social que prostra o indivíduo. O fato de ele ser “único”, “diferente”, separa-o e torna-o estrangeiro em seu país e, às vezes, até mesmo em seu lar, mais que o expatriado cujas opiniões geralmente coincidem com aquelas dos “autóctones”. Para um ser humano sensível, não é suficiente encontrar-se em seu país de origem para se sentir em casa, a despeito de isso supor tradições, impressões e recordações de infância, todas as coisas que nos são caras. É muito mais essencial encontrar uma certa atmosfera de pertencimento, ter consciência de “fazer corpo” com as pessoas e o meio, para sentir-se em casa, quer se trate de relações familiares, de relações de vizinhança ou, então, daquelas que mantemos na região mais vasta comumente denominada país. O indivíduo capaz de interessar-se pelo mundo inteiro jamais se sente tão isolado, tão incapaz de partilhar os sentimentos de seu círculo do que quando se encontra em seu país de origem.

Antes da guerra, o indivíduo tinha ao menos a possibilidade de escapar à prostração nacional e familiar. O mundo parecia aberto a suas buscas, a seus ímpetos, a suas necessidades. Hoje, o mundo é uma prisão e a vida uma pena de prisão perpétua a purgar na solidão. Isso é ainda mais verdadeiro desde o evento da ditadura, tanto de direita quanto de esquerda.

Friedrich Nietzsche qualificava o Estado de monstro frio. Como qualificaria a fera hedionda oculta sob o casaco da di-

tadura moderna? Não que o Estado tenha alguma vez alocado um campo de ação muito grande ao indivíduo, mas os campeões da nova ideologia estatal não lhe concedem nem sequer o pouco do qual dispunha. “O indivíduo não é nada”, clamam eles. Só a coletividade conta. Não querem nada menos que a submissão total do indivíduo para satisfazer o apetite insaciável de seu novo deus.

Curiosamente, é no seio da *intelligentsia* britânica e americana que encontramos os mais ferozes advogados da nova causa. No momento, ei-los arrebatados pela “ditadura do proletariado”. Apenas em teoria, é claro. Na prática, eles preferem ainda se beneficiar das poucas liberdades que lhes são concedidas em seus respectivos países. Eles vão à Rússia para curtas visitas, ou enquanto representantes da “revolução”; contudo, eles se sentem, apesar de tudo, mais seguros em seus países.

Por sinal, talvez não seja apenas a falta de coragem que retém esses bravos britânicos e esses americanos em seus próprios países. Eles sentem, talvez inconscientemente, que o indivíduo permanece o fato fundamental de toda associação humana e que, por mais oprimido e perseguido que seja, é ele que vencerá a longo prazo.

O “gênio do homem”, que não é outra coisa senão uma maneira diferente de qualificar a personalidade e sua individualidade, traça um caminho através do labirinto das doutrinas, através dos muros espessos da tradição e dos costumes, desafiando os tabus, desafiando a autoridade, afrontando o ultraje e o cadafalso — para, às vezes, ser como profeta e mártir pelas gerações seguintes. Sem esse “gênio do homem”, sem sua individualidade inerente e inalterável, ainda estaríamos a percorrer as florestas primitivas.

Piotr Kropotkin mostrou os resultados fantásticos que podemos esperar quando essa força que é a individualidade humana trabalha em cooperação com outras. O grande erudito

e pensador anarquista disfarçou, desse modo, biológica e sociologicamente, a insuficiência da teoria darwiniana no que se refere à luta pela sobrevivência. Em sua extraordinária obra *O apoio mútuo*, Kropotkin mostra que no reino animal, tanto quanto na sociedade humana, a cooperação – por oposição às lutas intestinas – opera no sentido da sobrevivência e da evolução das espécies. Ele demonstra que, ao contrário do Estado devastador e onipotente, só o apoio mútuo e a cooperação voluntária constituem os princípios básicos de uma vida livre, fundada sobre o indivíduo e a associação.

No presente momento, o indivíduo é apenas um peão no tabuleiro da ditadura e nas mãos dos fanáticos do “individualismo à americana”. Os primeiros buscam uma desculpa no fato de que estão à procura de um novo objetivo. Os segundos nem sequer pretendem ser inovadores. De fato, os zeladores dessa “filosofia” reacionária nada aprenderam e nada esqueceram. Contentam-se com zelar para que persista a idéia de um combate brutal pela sobrevivência, ainda que a necessidade desse combate tenha desaparecido por completo. É evidente que este se perpetua justamente porque é inútil. A pretensa superprodução não é a prova disso? A crise econômica mundial não é a eloqüente demonstração de que esse combate pela sobrevivência só deve sua manutenção à cegueira dos adeptos do “cada um por si”, ao risco de assistir à autodestruição do sistema?

Uma das características insensatas dessa situação é a ausência de relação entre o produtor e o objeto produzido. O operário médio não tem nenhum contato profundo com a indústria que o emprega; permanece estranho ao processo de produção, do qual é apenas uma engrenagem. E, como tal, é substituível a qualquer momento por outros seres humanos igualmente despersonalizados.

O trabalhador que exerce uma profissão intelectual ou liberal, conquanto tenha a vaga impressão de ser indepen-

dente, não é mais bem favorecido. Ele também não teve grande escolha nem mais possibilidade de encontrar seu próprio caminho em seu ramo de atividade do que seu vizinho trabalhador manual. Geralmente são considerações materiais, um desejo de prestígio social, que determinam a orientação do intelectual. A isso vem acrescentar-se a tendência de abraçar a carreira paterna para tornar-se professor, engenheiro, assumir o escritório de advocacia ou o consultório médico etc., pois a tradição familiar e a rotina não exigem grandes esforços nem personalidade. Em conseqüência, a maioria das pessoas insere-se mal no mundo do trabalho. As massas prosseguem com grande dificuldade seu caminho, sem procurar ir mais longe, antes de tudo porque suas faculdades estão entorpecidas por uma vida de trabalho e rotina; e, depois, eles precisam ganhar a vida. Encontramos a mesma trama nos círculos políticos, talvez com mais força. Ali não é criado nenhum espaço para a livre escolha, para o pensamento ou para a atividade independentes. Só encontramos marionetes boas apenas para votar e pagar os impostos.

Os interesses do Estado e os do indivíduo são fundamentalmente antagônicos. O Estado e as instituições políticas e econômicas que ele instaurou não podem sobreviver se não modelando o indivíduo, a fim de que ele sirva a seus interesses; eles o condicionam no respeito à lei e à ordem, ensinando-lhe obediência, submissão e fé absoluta na sabedoria e na justiça do governo; exigem antes de tudo o total sacrifício do indivíduo quando o Estado precisa dele, em caso de guerra, por exemplo. O Estado considera seus interesses como superiores àqueles da religião e de Deus. Pune até em seus escrúpulos religiosos ou morais o indivíduo que se recusa a combater seu semelhante, porque não há individualidade sem liberdade, e esta é a maior ameaça que pode pesar sobre a autoridade.

O combate que o indivíduo sustenta em condições tão desfavoráveis — com freqüência ao preço de sua vida — é ainda mais difícil porque seus adversários não estão interessados em saber se ele está certo ou errado. Não são nem o valor nem a utilidade de seu pensamento ou de sua ação que erguem contra ele as forças do Estado e da “opinião pública”. As perseguições contra o inovador, o dissidente, o contestador, sempre foram causadas pelo temor de que a infalibilidade da autoridade constituída seja questionada e seu poder solapado.

O homem só conhecerá a verdadeira liberdade, individual e coletiva, quando se libertar da autoridade e de sua fé nela. A evolução humana nada mais é que uma penosa caminhada nessa direção. O desenvolvimento não é em si nem a invenção, nem a técnica. Correr a 150 quilômetros por hora não é uma prova de civilização. É pelo indivíduo, autêntico modelo social, que se mede nosso grau de civilização; é por suas faculdades individuais, pelas possibilidades de ele ser livremente o que é, de desenvolver-se e progredir sem intervenção da autoridade coercitiva e onipotente.

Socialmente falando, a civilização e a cultura devem ser medidas pelo grau de liberdade e pelas possibilidades econômicas de que goza o indivíduo; devem ser igualmente medidas pela unidade e pela cooperação social e internacional, sem restrição legal ou qualquer outro obstáculo artificial; pela ausência de castas privilegiadas; por uma vontade de liberdade e dignidade humanas. Em resumo, o critério de civilização é o grau de emancipação real do indivíduo.

O absolutismo político foi abolido porque o homem percebeu, no decorrer de séculos, que o poder absoluto é um mal destruidor. Mas o mesmo vale para todos os poderes, quer seja aquele dos privilégios, do dinheiro, do padre, do político ou da pretensa democracia. Pouco importa a cor que o

caráter específico da coerção reveste: o negro do fascismo, o pardo do nazismo ou o vermelho pretensioso do bolchevismo. O poder corrompe e degrada tanto o senhor quanto o escravo, esteja esse poder nas mãos do autocrata, do parlamento ou do soviete. Mas o poder de uma classe é ainda mais pernicioso do que o do ditador, e nada é mais terrível do que a tirania da maioria.

No transcurso do longo processo histórico, o homem aprendeu que a divisão e a luta conduzem à destruição e que a unidade e a cooperação fazem progredir sua causa, multiplicam suas forças e favorecem seu bem-estar. O espírito governamental trabalha desde sempre contra a aplicação social dessa lição fundamental, exceto quando o Estado tem interesse nela. Os princípios conservadores e anti-sociais do Estado e da classe privilegiada que o sustenta são responsáveis por todos os conflitos que colocam os homens uns contra os outros. São cada vez mais numerosos aqueles que começam a ver claro, sob a superfície da ordem estabelecida. O indivíduo deixa-se cegar cada vez menos pelo brilho enganador dos princípios estatais e pelos “benefícios” do “individualismo” preconizado pelas sociedades ditas liberais. Ele se esforça para alcançar as perspectivas mais amplas das relações humanas que só a liberdade proporciona. Isso porque a verdadeira liberdade não é uma simples pilha de papéis intitulada “constituição”, “direito legal” ou “lei”. Também não é uma abstração derivada dessa outra irrealdade chamada “Estado”. Não é o ato negativo de ser libertado de algo, pois essa liberdade é apenas a liberdade de morrer de fome. A verdadeira liberdade é positiva; é a liberdade rumo a algo, a liberdade de ser, de fazer, e os meios empregados para isso.

Não pode se tratar, então, de uma doação, mas de um direito natural do homem, de todos os seres humanos. Esse direito não pode ser concedido ou conferido por nenhuma

lei, nenhum governo. A necessidade, o desejo ardente dele se faz sentir em todos os indivíduos. A desobediência a todas as formas de coerção é sua expressão instintiva. Rebelião e revolução são tentativas mais ou menos conscientes de conquistá-lo. Essas manifestações individuais e sociais são as expressões fundamentais dos valores humanos. Para nutrir esses valores, a comunidade deve compreender que seu apoio mais sólido, mais durável, é o indivíduo.

No campo religioso, bem como no campo político, fala-se de abstrações acreditando tratar-se de realidade. No entanto, quando se vem tratar verdadeiramente de coisas concretas, parece que a maioria das pessoas é incapaz de encontrar um interesse vital por isso. Talvez seja porque a realidade é por demais prosaica, demasiado fria para despertar a alma humana. Só os assuntos diferentes, pouco comuns, provocam o entusiasmo; quer dizer, o Ideal que faz surgir a centelha da imaginação e do coração humano. É preciso algum ideal para tirar o homem da inércia e da monotonia de sua existência e transformar o vil escravo em personagem heróica.

É aqui que intervém, evidentemente, o oponente marxista cujo marxismo ultrapassa, por sinal, o do próprio Marx. Para ele, o homem é apenas um boneco nas mãos dessa onipotência metafísica denominada determinismo econômico, vulgarmente conhecido como luta de classes. A vontade do homem, individual e coletiva, sua vida psíquica, sua orientação intelectual, tudo isso conta muito pouco para nosso marxista, e em nada afeta suas concepções da história humana.

Nenhum estudante inteligente negaria a importância do fator econômico no progresso social e no desenvolvimento da humanidade. Todavia, só um espírito obtuso e obstinadamente doutrinário se recusará a ver o importante papel da idéia, enquanto concepção da imaginação e resultado das aspirações do homem.

Seria vão e sem interesse tentar comparar dois fatores da

história humana. Nenhum fator pode ser considerado como o único fator decisivo do conjunto dos comportamentos individuais e sociais. Avançamos muito pouco em psicologia humana, e talvez nunca seremos muito avançados para pesar e medir os valores relativos de tal ou qual fator determinante do comportamento humano. Formular tais dogmas, em suas conotações sociais, é puro fanatismo; no entanto, veremos uma certa utilidade no fato de que essa tentativa de interpretação político-econômica da história prova a persistência da vontade humana e refuta os argumentos dos marxistas.

Felizmente, alguns marxistas começam a ver que seu credo não é toda a verdade; afinal de contas, Marx era um ser humano, demasiado humano para ser infalível. Atualmente, as aplicações práticas do determinismo econômico na Rússia abrem os olhos dos marxistas mais inteligentes. Podemos ver, com efeito, ajustamentos se operando no nível dos princípios marxistas nas fileiras socialistas e nas fileiras comunistas dos países europeus, inclusive. Eles lentamente compreendem que sua teoria não levou muito em consideração o elemento humano — *der Mensch*, como salienta um jornal socialista.

Por mais importante que seja, o fator econômico não é, contudo, suficiente para determinar sozinho o destino de uma sociedade. A regeneração da humanidade não se realizará sem a aspiração, a força energética de um ideal.

Esse ideal, para mim, é a Anarquia, que com toda certeza nada tem a ver com a interpretação errônea que os adoradores do Estado e da autoridade se associam para disseminar. Essa filosofia lança as bases de uma nova ordem social, fundada nas energias liberadas do indivíduo e na associação voluntária dos indivíduos liberados.

De todas as teorias sociais, a Anarquia é a única a proclamar que a sociedade deve estar a serviço do homem e não o homem a serviço da sociedade. O único objetivo legítimo da

sociedade é prover as necessidades do indivíduo e ajudá-lo a realizar seus desejos. É só nesse caso que ela se justifica e participa dos progressos da civilização e da cultura. Sei que os representantes dos partidos políticos e os homens que lutam com selvageria pelo poder me estigmatizarão com a marca de anacronismo incorrigível. Pois bem, aceito com alegria essa acusação. É para mim um conforto saber que falta consistência à sua histeria e que seus louvores são sempre temporários.

O homem aspira libertar-se de todas as formas de autoridade e poder, e não são os discursos estrepitosos que o impedirão de romper para sempre seus grilhões. Os esforços do homem devem prosseguir – e eles prosseguirão.

A PREPARAÇÃO MILITAR

nos conduz direto ao massacre universal

Desde o início da conflagração européia, a humanidade foi quase inteiramente anestesiada pela mortífera loucura do belicismo, embriagada pelos vapores deletérios de um clorofórmio impregnado de sangue, que obscureceu sua visão e paralisou seu coração. Com efeito, à exceção de algumas tribos selvagens que não conhecem nem a religião cristã, nem o amor fraternal, nem os *dreadnaughts*,¹ os submarinos, as fábricas de munições e os empréstimos de guerra, o resto da humanidade está mergulhado em uma terrível narcose. O espírito humano parece interessar-se apenas por uma coisa: especular sobre assassinato. Toda a nossa civilização, toda a nossa cultura está concentrada na louca demanda de armas de destruição, se possível as mais aperfeiçoadas.

“Munições! Munições! Ó Senhor, tu que reinas sobre a terra e nos céus, tu, ó Deus do amor, da piedade e da justiça, concede-nos bastante munição para destruir nosso inimigo!” Tal é a oração que ascende ao céu cristão todos os dias. O gado, quando fica assustado pelo fogo, lança-se nas chamas. Os povos europeus agem do mesmo modo: precipitam-se nas chamas devoradoras da guerra, entrematando-se. Quanto à América, levada à beira do abismo por políticos inescrupulosos, demagogos ruidosos e ávidos tubarões militares, ela se prepara para um idêntico destino funesto.

Ante esse desastre que se aproxima, cabe aos homens e às mulheres que ainda não estão inebriados pela loucura guerreira elevar a voz, protestar, atrair a atenção da população

¹ Navios de guerra. [N. do T.]

para os crimes e as atrocidades que serão perpetrados contra eles.

A América é essencialmente um *melting-pot*.² Nesse país, nenhum grupo nacional pode gabar-se de pertencer a uma raça pura e superior, ser detentor de uma missão histórica particular ou de uma cultura mais espiritual. Entretanto, os chauvinistas e os especuladores belicistas não param de tartamudear. *slogans* sentimentalistas de nacionalismo hipócrita: “A América aos americanos”, “A América de início, antes de tudo e sempre”. Esses *slogans* são em toda parte populares. A crer neles, para salvar a América, seria preciso que todo mundo seguisse imediatamente uma formação militar. Um milhão de dólares arrancados do suor e do sangue do povo serão gastos na compra de encouraçados e submarinos para o exército e a marinha, e isso tudo para proteger essa preciosa América.

Esses discursos repletos de *pathos* dissimulam o fato de que a América que será protegida por uma enorme força militar não será a América do povo, mas aquela dos privilegiados; da classe que rouba e explora as massas e controla a sua vida, do berço ao túmulo. É patético que tão poucas pessoas dêem-se conta de que a preparação militar nunca conduz à paz, mas leva direto ao massacre universal.

Com os métodos e a astúcia empregados pelos diplomatas conspiradores e as corjas dirigentes do exército alemão para impor o militarismo prussiano às massas de seu país, os círculos belicistas americanos, ajudados pelos Roosevelt, os Garrison e os Daniels, agora aliados aos Wilson, não medem esforços para esmagar o povo americano sob as botas do militarismo. Se lograrem êxito, lançarão a América na tempestade de sangue e de lágrimas que já devasta a Europa.

² Cadinho; mistura.

Há quarenta anos, a Alemanha entoou os mesmos discursos: “A Alemanha acima de tudo”, “A Alemanha para os alemães”, “A Alemanha de início, antes de tudo e sempre”, “Queremos a paz, e é por isso que devemos nos preparar para a guerra”, “Só uma nação bem armada e perfeitamente preparada pode manter a paz, exigir o respeito e estar certa de conservar sua integridade nacional”. E a Alemanha continuou a preparar-se para a guerra, obrigando, assim, as outras nações a imitá-la. A terrível guerra européia atual é só a consequência última das predicções desse Evangelho de cabeça de hidra: a preparação militar.

Desde o começo dessa guerra mundial, quilômetros de papel e oceanos de tinta foram utilizados para provar a barbárie, a crueldade, a opressão do militarismo prussiano. Em uníssono, conservadores e socialistas apóiam os Aliados por uma única razão: esmagar esse militarismo que impede, segundo eles, toda paz e todo progresso na Europa. A América enriqueceu-se fabricando toneladas de munições e emprestando dinheiro aos Aliados para ajudá-los a esmagar os prussianos. E, agora, os mesmos *slogans* são ouvidos na América. E se eles traduzem-se por uma mobilização nacional, eles criarão um militarismo americano bem mais terrível do que o militarismo alemão ou prussiano. Por quê? Porque em nenhum lugar do mundo o capitalismo é tão desavergonhadamente ávido quanto nos Estados Unidos, e em nenhum lugar o Estado está tão disposto a ajoelhar-se aos pés do Capital.

Como uma epidemia, uma onda de loucura ganha o país; o germe mortal do militarismo contamina os espíritos mais lúcidos e os corações mais bravos. As ligas de defesa da segurança nacional, que arvoram um canhão em seus emblemas; as seções da Navy League,⁵ cujos dirigentes espalharam-se

⁵ Fundada em 1902, com os encorajamentos do presidente Theodore Roosevelt, a Navy League (Liga Naval) existe ainda hoje e conta atualmente 75 mil membros. O papel dessa associação de bons patriotas é “educar” seus

pelos quatro cantos do país; mulheres que se vangloriam de pertencer ao “sexo fraco”, mulheres que dão a vida no sofrimento e no perigo, pois bem, essas mulheres estão prontas a sacrificar sua prole ao Moloch da Guerra. As sociedades pela americanização,⁴ às quais pertencem pessoas com idéias muito liberais, e que ainda ontem denunciavam as asneiras patrióticas, aceitam hoje confundir o espírito da opinião pública e ajudar a construir as mesmas forças de destruição na América que elas tentam, direta ou indiretamente, destruir na Alemanha. O militarismo mata a juventude, viola as mulheres, extermina o melhor da humanidade, aniquila a própria vida.

Até mesmo Woodrow Wilson,⁵ que, ainda há pouco, declarava: “Uma nação é demasiado orgulhosa para lutar”; que, no começo da guerra, aconselhou que se rezasse pela paz; ele que, em seus discursos, falava da necessidade de aguardar com prudência; pois bem, mesmo Woodrow Wilson aderiu ao discurso. Juntou-se agora a seus colegas ultra-

concidadãos e “apoiar o pessoal da Marinha”, que reagrupa também o corpo dos *marines*, a guarda-costeira e a marinha mercante.

⁴ Associações beneficentes (ou programas financiados pelo governo federal) que ensinavam os “valores fundamentais” da América aos imigrantes desejosos de obter a nacionalidade americana. Cursos de inglês, história do país e de suas instituições, mas também cursos de cozinha, conselho para a educação das crianças etc. Esse movimento, assaz forte antes e durante a I Guerra Mundial, não resistiu às leis que limitaram a imigração e à ascensão da xenofobia no início dos anos 1920.

⁵ Thomas Woodrow Wilson (1856-1924). Advogado, professor de ciência política, governador de Nova Jersey em 1911, presidente (democrata) eleito em 1912 e reeleito em 1916. É um dos mentores da Sociedade das Nações (ancestral da ONU), cuja criação ele impôs após a I Guerra Mundial ao ameaçar concluir uma paz separada com a Alemanha. Vê-se, assim, que os problemas entre a “velha Europa” e os Estados Unidos não datam de ontem. É cômico que, nos dicionários e nos livros de história, Wilson seja sempre apresentado como um grande “anticolonialista”. Com efeito, por três vezes ele enviou o exército americano contra os povos haitiano, dominicano e mexicano quando foi presidente dos Estados Unidos.

chauvinistas; ecoou seus clamores para instaurar a preparação militar e doravante grita também: “A América para os americanos”. A diferença entre Wilson e Roosevelt é a seguinte: Roosevelt, um bruto de nascença, utiliza o cassetete; Wilson, o historiador, o professor, porta a máscara cuidadosamente polida dos universitários, mas sob essa máscara, assim como Roosevelt, só tem um objetivo: servir aos interesses do grande capital, para ajudar aqueles que estão se tornando fenomenalmente ricos, produzindo ainda mais acessórios militares.

Woodrow Wilson, em seu discurso diante das Filhas da Revolução Americana,⁶ desmascarou-se quando exclamou: “Eu preferiria ser espancado a ser posto no index”. Efetivamente, erguer-se contra os fabricantes de munições e armas – Bethlehem, Du Pont, Baldwin, Remington e outros Winchester – conduz ao ostracismo e à morte política. Wilson sabe disso; portanto, trai sua posição original, rejeita sua antiga pretensão de ser “demasiado orgulhoso para combater” e berra tão forte quanto qualquer político asqueroso que é preciso generalizar a preparação militar e levar a nação às nuvens. Chega, inclusive, a sustentar a estúpida reivindicação avançada pelas mulheres da Navy League, que querem impor em cada escola o seguinte juramento: “Engajo-me a fazer tudo o que está ao meu alcance para servir aos interesses de meu país, apoiar suas instituições e defender a honra de seu nome e de sua bandeira. Como devo tudo a meu país, consagrarei meu coração, meu espírito e meu corpo a seu serviço, e prometo trabalhar para seu progresso e sua segurança em tempo de paz. Engajo-me a não hesitar diante de nenhum sacrifício, de nenhuma privação por sua causa, se

⁶ Associação patriótica e esnope criada em 1891 e reservada aos descendentes dos soldados ou civis que participaram da luta pela independência americana. Na década de 1980, essa organização ainda agrupava 200 mil membros.

eu for chamado a agir para defender a liberdade, a paz e a felicidade de nosso povo”.

Defender as instituições de nosso país é defender as instituições que protegem e apóiam um punhado de indivíduos para que eles roubem e pilhem as massas; instituições que sugam o sangue dos autóctones tanto quanto dos estrangeiros, e transformam-no em riquezas e em poder; instituições que despojam cada imigrado da cultura original que levou consigo e impõem-lhe, em troca, esse americanismo barato, cuja única glória é a mediocridade e a arrogância.

Aqueles que proclamam “A América de início!” traíram desde há muito os princípios fundamentais dos autênticos valores americanos, aqueles que Jefferson tinha em mente quando declarou que o melhor governo é aquele que governa o menos possível; aqueles pelos quais lutou David Thoreau⁷ quando proclamou que o melhor governo é aquele que não governa; ou aqueles de todos os grandes americanos que quiseram fazer desse país um refúgio, esperando que os deserdados e os oprimidos que para aqui viessem pudessem trazer-lhe um pouco mais de personalidade, qualidade e senso. Não é a América dos políticos e dos especuladores da indústria de armas, que foi poderosamente representada por um jovem escultor nova-iorquino: uma mão cruel de longos e finos dedos que esmagam sem piedade a cabeça de um imigrante,

⁷ Henry David Thoreau (1817-1862). Escritor que, em nome do individualismo, opunha-se a toda coerção abusiva da comunidade. Passou uma noite na prisão por ter se recusado a pagar seus impostos, pois se opunha à guerra contra o México. Considerado um dos precursores da não-violência por Gandhi e Luther King, defendeu a invasão de John Brown e seus partidários ao arsenal de Harpers Ferry com vistas a distribuir armas aos escravos negros. Pensador inclassificável, seus textos podem ser utilizados tanto pelos ecologistas quanto pelas milícias patrióticas de extrema direita ou pelos anarquistas, que esquecem que ele escreveu um dia: “Entretanto, para exprimir-me de maneira concreta, como cidadão, e não à maneira daqueles que se proclamam hostis a toda forma de governo, não reivindico para já seu desaparecimento, mas sua melhoria imediata”.

fazendo escorrer o sangue para dele fazer dólares e embalar o imigrante com esperanças rompidas e aspirações sufocadas.

Tendo em vista sua posição, Woodrow Wilson tem razão em defender essas instituições. Mas que ideal ele oferece à nova geração? Como se forma um militar para defender a liberdade, a paz e a felicidade? Escutemos o Major-General O’Ryan: “Todo soldado deve ser treinado para tornar-se um simples autômato, privado de iniciativa individual, transformado em máquina. Ele deve passar à força a coleira militar pela cabeça, ser dinamizado, dirigido por superiores que têm a pistola na mão”.

Esse discurso não foi pronunciado por um *junker* prussiano, nem por um bárbaro germânico, nem por Treitschke⁸ ou Bernhardi,⁹ mas por um Major-General americano! E esse homem tem razão. Não se pode conduzir uma guerra com homens iguais, não se pode impor o militarismo a homens livres. É preciso ter à sua disposição escravos, autômatos, máquinas, criaturas obedientes e disciplinadas, que se deslocarão, agirão, matarão e dispararão sob as ordens de seus superiores. Eis em que resultará a preparação militar; nada além disso.

Parece que Samuel Gompers¹⁰ fazia parte dos oradores que tomaram a palavra diante da Navy League. Se essa in-

⁸ Heinrich von Treitschke (1834-1896). Historiador e escritor político alemão reacionário. Deputado no Reichstag. Partidário da unidade alemã sob o comando da Prússia. Considerava a Alemanha como a verdadeira herdeira do Sacro Império Romano-Germânico e pensava que seu país deveria se tornar uma grande potência imperialista dotada de um Estado forte, dirigido por uma elite que não fosse paralisada por um Parlamento pusilânime.

⁹ Friedrich von Bernhardi (1849-1930). General alemão e autor de duas obras de títulos proféticos: *A Alemanha e a próxima guerra* (1912) e *Nosso futuro* (1913).

¹⁰ Samuel Gompers (1850-1924). Esteve na origem do American Federation of Labor, sindicato fundado sobre os ofícios e que se dirigia aos operários qualificados. Pregava a colaboração com o patronato com vistas a obter “bons” contratos coletivos. Apoiou Wilson durante a I Guerra Mundial.

formação for exata, então nunca ultraje mais grave foi infligido ao movimento operário por um de seus dirigentes. A preparação militar não é dirigida principalmente contra o inimigo externo; ela visa sobretudo ao inimigo interno, todos os elementos do movimento operário que aprenderam a nada esperar de nossas instituições; os trabalhadores conscientes que compreenderam que a guerra de classes subentende todas as guerras entre as nações; aqueles que sabem que, se uma guerra é justificada, trata-se da guerra contra a dependência econômica e a escravidão política, os dois principais problemas concernidos pela luta de classes.

O militarismo já desempenhou seu papel sangüinário em cada conflito econômico, com a aprovação e o apoio do Estado. Washington protestou quando “nossos homens, nossas mulheres e nossas crianças” foram mortos em Ludlow?¹¹ A nota endereçada à Alemanha exprimia um protesto virulento? Ou será que existe uma diferença entre matar “nossos homens, nossas mulheres e nossas crianças” em Ludlow e em alto-mar? Sim, é este o caso. Os homens, as mulheres e as crianças de Ludlow eram trabalhadores, deserdados, danados da terra, imigrantes a quem era preciso apenas dar um pequeno gosto dos esplendores do americanismo, enquanto

¹¹ Em 20 de abril de 1914, 20 homens, mulheres e crianças foram assassinados em Ludlow, Colorado. Os mineiros desse e de outros estados do Oeste tentavam aderir à UMWA (sindicato dos mineiros). Em greve, foram expulsos das casas alugadas da mineradora. Os mineiros em luta e suas famílias dormiam sob tendas instaladas em um terreno comunal. Um grupo formado por milicianos, guardas da companhia mineradora, pistoleiros contratados como detetives particulares e fura-greves jogaram querosene sobre as tendas e as incendiaram. As pessoas que conseguiam escapar das chamas eram metralhadas. No dia do massacre, os mineiros celebravam a Páscoa ortodoxa, razão pela qual Emma Goldman alude à “boa acolhida” que recebem os imigrantes (sem dúvida gregos, neste caso) na América. Nenhum dos responsáveis pelo massacre foi condenado; em contrapartida, inúmeros mineiros e militantes sindicalistas foram presos ou demitidos.

os passageiros de Lusitânia¹² representavam a riqueza e ocupavam uma elevada posição social – eis a diferença.

A preparação militar só servirá para reforçar o poder de uma minoria privilegiada e ajudará a dominar, reduzir à escravidão e esmagar o movimento operário. Samuel Gompers sabe bem disso; se ele aliou-se aos gritos da corja militar, ele deve ser condenado como traidor do movimento operário.

O mesmo ocorre com todas as outras instituições pretensamente criadas para o bem do povo e que produziram o resultado inverso. E o mesmo acontece com a preparação militar. A América sustenta preparar-se para a paz, mas, na realidade, a preparação militar provocará a guerra. Foi sempre assim no transcurso da história sangrenta da humanidade, e isso continuará até que cada nação recuse-se a combater contra uma outra nação, até que os povos do mundo cessem de preparar-se para o massacre. A preparação militar é como o grão de uma planta venenosa: uma vez plantada na terra, ela dará frutos envenenados. Os massacres na Europa são o fruto desse grão venenoso. É preciso absolutamente que os operários americanos dêem-se conta disso antes que eles sejam dominados pelos discursos chauvinistas na loucura guerreira, loucura sempre assombrada pelo espectro do perigo e da invasão. Os operários americanos devem saber que se preparar para a paz significa incitar à guerra, deixar desencadearem-se as fúrias da morte na terra e no mar.

As massas européias que combatem nas trincheiras e nos campos de batalha não são motivadas por um desejo profundo de fazer a guerra; o que as levou aos campos de batalha foi a competição impiedosa entre ínfimas minorias de aproveitadores zelosos em desenvolver os equipamentos militares, exércitos mais eficazes, navios de guerra maiores, canhões de longo alcance. Não se pode construir um exército

¹² Lusitânia: transatlântico afundado pelos alemães. 1100 pessoas pereceram (128 americanos). Wilson não declarou guerra à Alemanha.

e depois arrumá-lo em uma caixa como se faz com soldados de chumbo. Quando um exército é equipado até os dentes com instrumentos mortíferos sofisticados, quando ele é sustentado pelos interesses de uma corja belicista, a dinâmica torna-se autônoma. Devemos, então, examinar a natureza do militarismo para compreender por que a preparação militar é um truísmo.

O militarismo destrói os elementos mais sadios e mais produtivos de cada nação. Desperdiça a maior parte da renda nacional. O Estado não despende quase nada para o ensino, a arte, a literatura e a ciência em comparação com as somas consideráveis que ele consagra ao armamento em tempo de paz. Em tempo de guerra, então, todo o resto não tem nenhuma importância; a vida estagna, todos os esforços são bloqueados; o suor e o sangue das massas servem para nutrir o monstro insaciável do militarismo. Ele se torna, portanto, cada vez mais arrogante, agressivo, imbuído de sua importância. Para permanecer vivo, o militarismo necessita constantemente de energia suplementar; eis por que ele buscará sempre um inimigo ou, em sua ausência, criará um artificialmente. Em seus objetivos e seus métodos civilizados, é sustentado pelo Estado, protegido pelas leis, mantido pelos pais e pelos professores, glorificado pela opinião pública. Em outros termos, a função do militarismo é matar. Ele só pode viver graças ao assassinato.

Mas a preparação militar conduz inevitavelmente à guerra por uma outra razão, ainda mais fundamental. Ela encoraja a criação de grupos de interesses, que trabalham consciente e deliberadamente para aumentar a produção de armamentos e manter uma histeria belicista. Esse *lobby* inclui todos aqueles que estão engajados na fabricação e na venda de munições e equipamentos militares com vistas a acumular ganhos e benefícios pessoais. Tomemos como exemplo o caso da família Krupp, que possui a maior fábrica

de munições do mundo; sua sinistra influência na Alemanha e em muitos outros países estende-se à imprensa, às escolas, às igrejas e aos homens de Estado encarregados das mais elevadas responsabilidades. Pouco antes da guerra, Karl Liebknecht, o único político corajoso na Alemanha de hoje, chamou a atenção do Reichstag: a família Krupp pagava os serviços de funcionários ocupando funções militares muito elevadas, não apenas na Alemanha, mas também na França e em outros países. Em toda parte seus emissários agiam e ataçavam sistematicamente os ódios e os antagonismos nacionais. Liebknecht desmascarou um truste internacional especializado na fabricação de armamentos. Esse truste zomba completamente do patriotismo e do amor ao povo, mas utiliza esses dois sentimentos para incitar à guerra e embolsar milhões de lucro no âmbito desse terrível mercado.

Não é absolutamente impossível que os historiadores da guerra atual descubram um dia que esse truste internacional do assassinio está na origem do conflito mundial em curso. Mas será mesmo preciso que cada geração atravesse oceanos de sangue e produza montanhas de cadáveres para que a geração seguinte extraia disso algumas lições? Não podemos, desde hoje, tirar proveito disso para desvelar a causa que conduziu à guerra europeia? É a preparação militar a causa da guerra, ao fim de uma preparação aprofundada e eficaz por parte da Alemanha e de outros países que buscaram reforçar seus exércitos e deles retirar vantagens materiais? A preparação militar na América deve conduzir e conduzirá ao mesmo resultado, à mesma barbárie, ao mesmo sacrifício absurdo da vida. Se a América tomar esse caminho, isso não beneficiará unicamente aos Krupp americanos, às corjas militares americanas? Isso parece verossímil quando ouvimos os gritos chauvinistas da imprensa, as tiradas tonitruantes de Roosevelt, o discurso sentimentalóide enganador de nosso universitário-presidente.

Uma razão a mais para aqueles que ainda amam a liberdade e a humanidade protestarem contra esse crime gigantesco, contra as atrocidades que hoje se preparam e são impostas ao povo americano. Não basta dizer-se neutro; uma neutralidade que verte lágrimas de crocodilo com um olho e conserva o outro atento às vantagens que extrairá dos aprovisionamentos militares e dos empréstimos de guerra; tal neutralidade é uma fraude, que só serve para cobrir com um véu hipócrita os crimes dos outros países. Não basta juntar-se aos pacifistas burgueses, que proclamam a paz entre as nações ao mesmo tempo que contribuem para perpetuar a guerra entre as classes, guerra que, na realidade, subentende todas as outras guerras.

É nessa guerra de classes que devemos concentrar-nos. Devemos denunciar os falsos valores, as instituições malfazejas e todas as atrocidades cometidas pela sociedade burguesa. Aqueles que estão conscientes da necessidade vital de participar de grandes lutas devem opor-se à preparação militar imposta pelo Estado e pelo capitalismo para a destruição das massas. Eles devem incitar as massas a derrubar simultaneamente o capitalismo e o Estado. Uma preparação sindical e social, eis aquilo de que necessitam os trabalhadores. Só isso conduz à revolução de base contra a destruição de massa planejada pelas elites. Só isso reforça o autêntico internacionalismo do movimento operário contra os imperadores, os reis, os diplomatas, as corjas e burocracias militares. Só essa preparação dará ao povo o meio de tirar as crianças dos casebres, das oficinas insalubres e das tecelagens de algodão. Só essa preparação lhes permitirá inculcar na nova geração um ideal de fraternidade, ensinar-lhes a brincar, cantar e apreciar a beleza, educar meninos e meninas para que se tornem adultos livres, não autômatos. Só essa preparação permitirá que as mulheres sejam as verdadeiras mães da humanidade; que homens e mulheres mostrem-se criativos para a raça hu-

mana, e não se tornem soldados que a destroem. Só essa
preparação conduzirá à liberdade econômica e social, e porá
um termo a todas as guerras, a todos os crimes e a todas as
injustiças.

O PATRIOTISMO

uma ameaça à liberdade

O que é o patriotismo? É o fato de amar o local onde se nasceu, o lugar onde se manifestaram os sonhos e as esperanças de nossa infância, nossas mais profundas aspirações? É o lugar onde, em nossa ingenuidade infantil, observávamos as nuvens desfilarem no céu com rapidez, perguntando-nos por que não podíamos nos deslocar tão velozmente? O local onde contávamos milhares de estrelas cintilantes, assustados com a idéia de que cada uma delas pudesse ser um dos olhos do Senhor e fosse capaz de perscrutar os grandes segredos de nossa pequena alma? O lugar onde escutávamos o canto dos pássaros, e desejávamos ardentemente ter asas para voar, assim como eles, rumo a regiões distantes? Ou aquele onde nós nos sentávamos sobre os joelhos de nossa mãe, fascinados por contos maravilhosos relatando façanhas inauditas e incríveis conquistas? Em resumo, o patriotismo define-se pelo amor a um pedaço dessa terra onde cada centímetro quadrado representa preciosas recordações, caras ao nosso coração, e nos lembra uma infância feliz, alegre, vivaz?

Se fosse isso o patriotismo, seria difícil apelar hoje a esses sentimentos na América. Com efeito, nossos campos de esporte foram transformados em usinas, fábricas e minas, e o barulho ensurdecedor das máquinas substituiu a música dos pássaros. Já não nos é possível ouvir belas histórias, sonhar com nobres façanhas, pois hoje nossas mães só nos falam de seus sofrimentos, suas lágrimas e sua dor.

Então, o que é o patriotismo? “O patriotismo, senhor, é o último recurso dos vagabundos”, declarou o dr. Johnson.

Liev Tolstói, o mais célebre dos antipatriotas de nossa época, assim o define: o patriotismo é um princípio que justifica a instrução de indivíduos que cometerão massacres em massa; um comércio que exige um equipamento bem melhor para matar outros homens do que para fabricar gêneros de primeira necessidade – sapatos, vestimentas ou moradias; uma atividade econômica que garante maiores lucros e uma glória bem mais cintilante do que aquela da qual jamais fruirá o operário médio.

Gustave Hervé, um outro grande antipatriota,¹ considera o patriotismo como uma superstição bem mais perigosa, brutal e desumana que a religião. A superstição da religião provém da incapacidade do homem de explicar os fenômenos naturais. Com efeito, quando os homens primitivos ouviam o estrondo do trovão ou viam relâmpagos, eles não podiam achar explicação para isso. Concluía que, por trás desses fenômenos, ocultava-se uma força mais poderosa do que eles próprios. Assim, os homens viram uma entidade sobrenatural na chuva e nas diferentes manifestações da natureza. O patriotismo, por sua vez, é uma superstição criada artificialmente e mantida por uma rede de mentiras e falsidades; uma superstição que retira do homem todo o respeito por si mesmo e toda a dignidade, e aumenta sua arrogância e seu desprezo.

Com efeito, desprezo, arrogância e egoísmo são os três elementos fundamentais do patriotismo. Permitted-me dar-vos um exemplo. Segundo a teoria do patriotismo, nosso globo seria dividido em pequenos territórios, cada um cercado por uma cerca metálica. Aqueles que têm a oportunidade de ter

¹ Gustave Hervé (1871-1944). Varrido da universidade por suas posições antimilitaristas em 1901, ele funda o hebdomadário *La Guerre Sociale* em 1906, publicação com tiragem de até 60 mil exemplares antes da guerra. Em 1914, torna-se ultrapatriota, depois desliza cada vez mais para a direita até fundar um pequeno partido fascista favorável a Mussolini.

nascido em um território particular consideram-se mais virtuosos, mais nobres, maiores, mais inteligentes do que os que povoam os outros países. É, pois, o dever de todo habitante desse território lutar, matar e morrer para tentar impor sua superioridade a todos os outros.

Os ocupantes dos outros territórios raciocinam do mesmo modo, evidentemente. Resultado: desde seus primeiros anos, o espírito da criança é envenenado por autênticos relatos de terror concernentes aos alemães, franceses, italianos, russos etc.

Quando a criança atinge a idade adulta, seu cérebro está completamente intoxicado: ela crê ter sido escolhida pelo Senhor em pessoa para defender sua pátria contra o ataque ou a invasão de qualquer estrangeiro. Por isso tantos cidadãos exigem ruidosamente que se reforcem as forças armadas, terrestres ou navais, que se construam mais barcos de guerra e munições. Eis por que a América, em um curtíssimo período, despendeu 400 milhões de dólares. Refleti sobre esse número: retiraram 400 milhões de dólares das riquezas produzidas pelo povo. Pois não são, evidentemente, os ricos que contribuem financeiramente à causa patriótica. Eles têm um espírito cosmopolita e estão à vontade em todos os países. Nós, na América, conhecemos perfeitamente esse fenômeno. Os ricos americanos são franceses na França, alemães na Alemanha e ingleses na Inglaterra. E eles desperdiçam, com uma graça totalmente cosmopolita, as fortunas que acumularam colocando crianças americanas para trabalhar em suas fábricas e escravos em seus campos de algodão. Seu patriotismo permite-lhes enviar mensagens de condolências a um déspota como o czar da Rússia quando lhe acontece uma desgraça, como quando o presidente Roosevelt, em nome do povo americano, apresentou suas condolências depois que o arquiduque Serguei foi abatido pelos revolucionários russos.

É o patriotismo que ajudará o superassassino Porfírio

Diaz² a suprimir milhares de vidas no México, ou que prenderá revolucionários mexicanos em nosso solo e os trancafiará nas prisões americanas, sem o mínimo motivo.

O patriotismo não concerne àqueles que detêm a riqueza e o poder. É um sentimento válido unicamente para o povo. Isso me lembra a frase histórica de Frederico, o Grande, o amigo íntimo de Voltaire: “A religião é uma fraude, mas é preciso mantê-la para as massas.”

O patriotismo é uma instituição dispendiosa e ninguém duvidará disso após ter lido as estatísticas a seguir. A progressão dos gastos para os principais exércitos do mundo durante o último quartel de século é de tal forma fulgurante que só esse fato já deveria fazer com que toda pessoa que se interesse, ainda que pouco, pelos problemas econômicos, reagisse. No intervalo de 24 anos, de 1881 a 1905, as despesas evoluíram da seguinte maneira:

país (US\$)	de	até
Grã-Bretanha	2.101.848.936	4.143.226.885
França	3.324.500.000	3.455.109.900
Alemanha	725.000.200	2.700.375.600
Estados Unidos	1.275.500.750	2.650.900.450
Rússia	1.900.975.500	5.250.445.100
Itália	1.600.975.750	1.755.500.100
Japão	182.900.500	700.925.475

De 1881 a 1905, os gastos militares da Grã-Bretanha dobraram, assim como dos Estados Unidos. Os gastos da Rússia quase triplicaram, enquanto os da Alemanha, da França e do Japão aumentaram militares dessas nações com suas despesas totais durante esse período de 24 anos, o aumento é o

² Porfírio Diaz (1830-1915). Coronel mexicano que se cobre de glória lutando contra a invasão francesa e o Império de Maximiliano entre 1862 e 1867. Ditador-presidente eleito várias vezes entre 1884 e 1910. Renuncia ante a revolução de maio de 1911.

seguinte: a parte das despesas militares passou de 20 a 37% do orçamento global na Grã-Bretanha; de 15 a 23% nos Estados Unidos; de 16 a 18% na França; de 12 a 15% na Itália, e de 12 a 14% no Japão.

Por outro lado, é interessante observar que a proporção na Alemanha diminuiu de 58 para 25%, baixa que se deve ao enorme aumento das despesas imperiais em outras áreas, e ao fato de que as despesas militares para o período 1901-1905 eram proporcionalmente mais elevadas do que em todas as partes nos cinco anos anteriores.

As estatísticas mostram que os países onde as despesas militares representavam a parte mais importante na renda nacional total eram, pela ordem, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, o Japão, a França e a Itália.

No que concerne às diferentes marinhas nacionais, a progressão é igualmente impressionante. De 1881 a 1905, as despesas navais aumentaram do seguinte modo: Grã-Bretanha, 300%; França, 60%; Alemanha, 600%; Estados Unidos, 525%; Rússia, 300%; Itália, 250%; e Japão, 700%. À exceção da Grã-Bretanha, os Estados Unidos despenderam mais por sua marinha do que qualquer outra nação; essa despesa representa igualmente uma fração mais importante do orçamento nacional do que todas as outras potências. De 1881 a 1905, as despesas navais dos Estados Unidos passaram de 6,2 dólares sobre 100 consagrados ao orçamento do Estado, primeiro para 6,6; depois 8,1; então, 11,7; e, enfim, 16,4 dólares no último período (1901-1905). Os números das despesas para o período 1905-1910 indicarão certamente um crescimento ainda superior.

O custo cada vez mais elevado do militarismo também pode ser ilustrado se o calcularmos como um imposto afetando cada contribuinte. De 1889 a 1905, na Grã-Bretanha, as despesas passaram de 18,47 a 52,50 dólares por habitante; na França, de 19,66 a 23,62 dólares; na Alemanha, de 10,17

a 15,51 dólares; nos Estados Unidos, de 5,62 a 13,64 dólares; na Rússia, de 6,14 a 8,37 dólares; na Itália, de 9,59 a 11,24 dólares; enfim, no Japão, de 0,86 a 3,11 dólares.

Esses cálculos mostram a que ponto o custo econômico do militarismo pesa sobre a população. Que conclusão extrair disso tudo? O aumento do orçamento militar ultrapassa o crescimento da população em cada um dos países supracitados. Em outros termos, as exigências crescentes do militarismo ameaçam esgotar os recursos humanos e materiais de cada uma dessas nações.

O horrível desperdício acarretado pelo patriotismo deveria ser suficiente para curar os homens, mesmo medianamente inteligentes, dessa doença. Entretanto, as exigências do patriotismo não param aí. Pede-se ao povo para ser patriota e, para esse luxo, ele paga não sustentando seus “defensores”, mas sacrificando seus próprios filhos. O patriotismo exige uma vassalagem total à bandeira, o que implica obedecer e estar pronto a matar seu pai, sua mãe, seu irmão ou sua irmã.

“Necessitamos de um exército permanente para proteger o país contra uma invasão estrangeira”, afirmam nossos governantes. Todo homem e toda mulher inteligentes sabem, contudo, que se trata de um mito destinado a apavorar as pessoas crédulas e obrigá-las a obedecer. Os governos deste planeta conhecem perfeitamente seus interesses respectivos e não invadem uns aos outros. Eles aprenderam que podem ganhar muito mais recorrendo à arbitragem internacional para resolver seus conflitos do que fazendo guerra e tentando conquistar outros territórios. Na verdade, assim como disse Carlyle, “a guerra é uma querela entre dois ladrões demasiado covardes para produzir seu próprio combate; é por isso que eles escolhem jovens egressos de vilarejos diferentes, põem-lhes um uniforme nas costas, dão-lhes um fuzil e

soltam-nos como animais selvagens para que eles se entredestruam”.

Não é preciso ser muito douto para encontrar uma causa idêntica para todas as guerras. Tomemos a guerra hispano-americana, tida como um grande evento patriótico na história dos Estados Unidos. Como nossos corações queimaram de indignação ao tomar conhecimento das atrocidades espanholas! Reconheçamos que nossa indignação não eclodiu espontaneamente. Ela foi nutrida pela imprensa, durante meses e meses, e muito tempo depois que o açougueiro Weyler⁵ matou numerosos nobres cubanos e estuprou numerosas cubanas.

Todavia, façamos justiça à nação americana: não apenas ela indignou-se e mostrou sua vontade de lutar, mas combateu corajosamente. Entretanto, quando a fumaça dissipou-se, quando os mortos foram enterrados e o custo da guerra recaiu sobre o povo sob a forma de aumento no preço das mercadorias e dos aluguéis, quando emergimos de nossa embriaguez patriótica, compreendemos de repente que a verdadeira causa da guerra hispano-americana foi o preço do açúcar. Ou, para ser ainda mais explícita, que as vidas, o sangue e o dinheiro do povo americano haviam sido utilizados para proteger os interesses dos capitalistas americanos, ameaçados pelo governo espanhol.

Não exagero, absolutamente. Minha afirmação fundamenta-se em fatos e estatísticas incontestáveis, como o prova igualmente a atitude do governo americano ante os trabalhadores cubanos. Quando Cuba encontrou-se espremida entre as garras dos Estados Unidos, os soldados enviados para libertar Cuba receberam a ordem para fuzilar os trabalhadores

⁵ Valeriano Weyler y Nicolau (1838-1930). General espanhol que esmagou por duas vezes movimentos dirigidos contra a dominação espanhola em Cuba (1868-1872 e 1896-1897), mas também nas Filipinas em 1888. Seus métodos sanguinários serviram de pretexto à guerra hispano-americana. Comandante-em-chefe do exército espanhol em 1921-1923.

cubanos durante a grande greve das fábricas de charutos, greve que ocorreu pouco após a guerra hispano-americana.

E não somos os únicos a fazer guerra por tais motivações: mal se começa a desvelar os verdadeiros motivos da terrível guerra russo-japonesa, que custou tanto sangue e lágrimas.

E, de novo, vemos que, por trás do cruel Moloch da Guerra, ergue-se o deus ainda mais cruel do Comércio. Kuropatkin, o ministro russo da Guerra durante esse conflito, revelou o verdadeiro segredo que se oculta por trás das aparências. O czar e seus grão-duques haviam investido dinheiro em concessões coreanas; eles impuseram a guerra unicamente no interesse das fortunas que estavam edificando a toda velocidade.

A constituição de um exército permanente é a melhor maneira de assegurar a paz? Este argumento é absolutamente ilógico: é como se se sustentasse que o cidadão mais pacífico é aquele que está mais bem armado. A experiência mostra que indivíduos armados desejam sempre testar sua força. O mesmo acontece com os governos. Os países verdadeiramente pacíficos não mobilizam seus recursos e sua energia em preparativos de guerra, evitando, assim, todo conflito com seus vizinhos.

Aqueles que reivindicam o aumento dos meios do exército e da marinha não pensam em nenhum perigo externo. Eles observam o crescimento do descontentamento das massas e do espírito internacionalista entre os trabalhadores. Eis o que os inquieta de fato. É para afrontar seu inimigo interno que os governantes de diferentes países preparam-se neste momento; um inimigo que, uma vez desperto, revelar-se-á mais perigoso do que qualquer invasor estrangeiro.

Os poderosos que reduziram as massas à escravidão durante séculos estudaram cuidadosamente sua psicologia. Eles sabem que os povos em geral são como crianças cujos desespero, sofrimento e choro podem transformar-se em

alegria à vista de um pequeno brinquedo. E quanto mais bonita for a apresentação do brinquedo, quanto mais vivas as cores, mais ele agradará a milhões de crianças.

O exército e a marinha são os brinquedos do povo. A fim de torná-los ainda mais atraentes e aceitáveis, gastam-se centenas de milhares de dólares para exibi-los por toda parte. É o objetivo que buscava o governo americano quando equipou uma frota e a mandou percorrer a costa do Pacífico, a fim de que cada cidadão americano pudesse orgulhar-se das façanhas técnicas dos Estados Unidos. A cidade de San Francisco gastou 100 mil dólares para a diversão da frota; Los Angeles 60 mil; Seattle e Tacoma aproximadamente 100 mil dólares. Para divertir a frota, eu disse? Para oferecer excelente banquete e vinhos finos a alguns oficiais superiores, enquanto os “gentis soldados rasos” tinham de amotinar-se para obter uma refeição decente. Sim, 260 mil dólares foram gastos para financiar fogos de artifício, espetáculos e festividades, num momento em que milhares de homens, mulheres e crianças, em todo o país, morriam de fome nas ruas, num momento em que centenas de milhares de desempregados estavam prestes a vender seu trabalho a qualquer preço.

Duzentos e sessenta mil dólares! Quantas coisas poderiam ser realizadas com uma soma tão impressionante! Todavia, em vez de dar-lhes um teto e alimentá-los corretamente, preferiu-se levar as crianças dessas cidades para assistir às manobras da frota, pois esse espetáculo, como disse um jornalista, deixará “uma lembrança inefável em sua memória”.

Que maravilhosa lembrança, não é? Todos os ingredientes necessários a um massacre civilizado. Se o espírito das crianças é intoxicado por tais lembranças, que esperança existe para o advento de uma autêntica fraternidade humana?

Nós, americanos, dizemos amar a paz. Parece que detestamos verter sangue, que nos opomos à violência. E, contudo, pulamos de júbilo quando aprendemos que máquinas voado-

ras poderão lançar bombas recheadas de dinamite sobre cidadãos sem defesa. Estamos prontos a enforçar, eletrocutar ou linchar toda pessoa que, levada pela necessidade econômica, arriscar sua própria vida atentando contra a vida de um magnata industrial. No entanto, nossos corações inflam-se de orgulho ao pensarmos que a América se tornará a nação mais poderosa da Terra, e que esmagará com suas botas as outras nações.

Tal é a lógica do patriotismo.

Se o patriotismo é nocivo ao comum dos mortais, é pouco em comparação com os prejuízos e ferimentos que ele inflige ao próprio soldado, esse homem enganado, vítima da superstição e da ignorância. O que oferece o patriotismo ao salvador de seu país, ao protetor de sua nação? Uma vida de escravo submisso, de depravação durante a paz; uma vida de perigo, de riscos mortais e de morte durante a guerra.

No transcurso de uma recente turnê de conferências em San Francisco, visitei o Presidio, um lugar maravilhoso que domina a baía e o parque de Golden Gate. Poder-se-ia instalar ali campos de esporte para as crianças, jardins e orquestras para o lazer da população. Em vez disso, construíram ali uma caserna constituída de prédios horríveis, cinzentos e insignificantes, prédios nos quais os ricos não deixariam nem mesmo seus cães dormirem.

Nesse miserável abarracamento amontoam soldados como gado; eles perdem seu tempo e sua juventude engraxando as botas e lustrando os botões de seus oficiais superiores. Lá também pude observar as diferenças de classe: os robustos filhos de uma República livre, dispostos em fila como prisioneiros, são obrigados a bater continência sempre que um oficial desprezível passa diante deles. Ah! Como a igualdade americana degrada a humanidade e exalta o uniforme!

A vida de caserna tende a desenvolver a perversão sexual.⁴ Ela produz gradualmente resultados semelhantes nos exércitos europeus. Havelock Ellis, especialista renomado em matéria de psicologia sexual, apresentou um estudo detalhado relativo a esse tema.

“Alguns abarracamentos são autênticos bordéis para os prostitutas[...] O número de soldados que querem prostituir-se é bem maior do que estamos prontos a admitir. Em certos regimentos, a maioria dos conscritos está disposta a vender-se[...] No verão, vemos soldados da Guarda Real e outros regimentos exercer seu comércio ao anoitecer, em Hyde Park e nos arredores de Albert Gate; eles não se escondem, alguns caminham inclusive fardados. [...] O ganho dessas atividades é uma soma confortável que vem reforçar seu magro soldo.”

Essa perversão progrediu no exército, a ponto de se criar casas especializadas para essa forma de prostituição. A prática não se limita à Inglaterra, ela é universal. “Os soldados são procurados tanto na França como na Inglaterra ou na Alemanha, e bordéis especializados na prostituição militar existem tanto em Paris como nas cidades de guarnição.”

Se o sr. Havelock Ellis tivesse pesquisado sobre a perversão sexual na América, ele teria descoberto que a mesma situação existe em nosso exército. O crescimento de um exército permanente só pode aumentar a extensão da perversão sexual; as casernas são suas incubadoras.

⁴ Refugiando-se atrás da autoridade de Havelock Ellis, que pertence a uma longa linhagem de psicólogos ou psicanalistas hostis aos gays, Emma Goldman julga aqui que a homossexualidade masculina é uma “perversão”, um “vício” etc. Esta não é mais considerada como uma “doença” pelos psicólogos americanos desde os anos 1970. Perguntamo-nos que descoberta “científica” pôde motivar sua decisão! Observemos, por outro lado, que toda essa passagem sobre os bordéis militares compostos de prostitutas parece assaz inverossímil, pois sabemos que a sodomia era considerada crime na época, e mais ainda no exército.

Fora das conseqüências sexuais deploráveis da vida comum nas casernas, o exército tende a tornar o soldado inapto para trabalhar quando deixa suas fileiras. É raro que homens qualificados engajem-se, mas quando acontece de o fazerem, ao final de alguns anos de experiência militar eles têm dificuldade para retomar suas ocupações anteriores. Tendo aprendido a gostar do ócio, de certas formas de excitação e aventura, nenhuma ocupação pacífica pode satisfazê-los mais. Livres de suas obrigações militares, tornam-se incapazes de efetuar o mínimo trabalho útil. Mas, habitualmente, o recrutamento dá-se sobretudo entre a canalha ou é proposto a prisioneiros libertados com esse objetivo. Estes aceitam para sobreviver ou porque são levados por suas tendências criminais. É sabido que nossas prisões pululam de ex-soldados, enquanto que, por outro lado, o exército e a marinha acolhem muitos ex-condenados. Esses indivíduos, quando seu tempo na caserna expira, retornam à sua vida criminal anterior, ainda mais violentos e depravados do que antes.

De todos os fenômenos negativos que acabo de descrever, nenhum me parece mais nocivo à integridade humana do que as conseqüências do patriotismo para o segunda-classe William Buwalda. Porque ele cometeu a loucura de crer que se pode ser um soldado e exercer seus direitos de ser humano; as autoridades militares puniram-no severamente. É verdade, ele servira seu país durante quinze anos, durante os quais seu dossiê fora impecável.

Segundo o general Funston, que reduziu a condenação de Buwalda a três anos de prisão, “o primeiro dever de um oficial ou de um engajado é obedecer cega e lealmente ao governo. O fato de ele aprovar ou não o governo não deve ser levado em consideração”. Essa declaração esclarece o verdadeiro caráter da vassalagem patriótica. Segundo o general Funston, o fato de entrar no exército anula os princípios da Declaração de Independência.

Que estranho resultado produz esse patriotismo que transforma um ser pensante numa máquina leal!

Para justificar a escandalosa condenação de Buwalda, o general Funston explica aos americanos que esse soldado cometeu “um crime grave, que equivale à traição”. Do que se trata exatamente? William Buwalda assistiu a um comício com 1.500 pessoas em San Francisco. Em seguida – que horror! – ele apertou a mão da oradora: Emma Goldman. Um terrível crime, efetivamente, que o general Funston qualifica de “grave crime militar, infinitamente mais grave do que a deserção”!

Que argumento mais aterrador podemos invocar contra o patriotismo do que o fato de estigmatizar esse homem como um criminoso, jogá-lo na prisão e furtar-lhe o fruto de quinze anos de bons e leais serviços?

Buwalda deu a seu país os melhores anos de sua vida adulta. Mas tudo isso não conta. Assim como todos os monstros insaciáveis, o patriotismo inflexível exige um devotamento absoluto. Não admite que um soldado também seja um ser humano, que ele tenha direito de ter suas opiniões e seus sentimentos pessoais, seus pendores e suas próprias idéias. Não, o patriotismo não o admite. Buwalda teve de aprender essa lição pagando elevado preço, mas não inútil. Quando saiu da prisão, havia perdido sua posição no exército, mas havia reconquistado o respeito de si mesmo. Em todo caso, isso lhe valeu três anos de prisão.

Um jornalista publicou recentemente um artigo sobre o poder que os militares alemães exercem sobre os civis. Esse senhor pensa, notadamente, que, se nossa República não tivesse outra função senão garantir a todos os cidadãos direitos iguais, sua existência já seria plenamente justificada. Estou convencida de que esse jornalista não se encontrava no Colorado durante o regime patriótico do general Ball. Ele provavelmente teria mudado de opinião se tivesse visto a maneira

como, em nome do patriotismo e da República, jogavam-se os homens em celas comuns, depois os faziam sair para atravessar a fronteira e submetê-los a todos os tipos de tratamentos indignos. E o incidente ocorrido no Colorado não é um incidente isolado no desenvolvimento do poder militar nos Estados Unidos. É raro que uma greve ocorra sem que o exército ou as milícias acudam os poderosos, e então esses homens agem de modo tão arrogante e brutal quanto aqueles que portam o uniforme do Kaiser. Além do mais, temos a lei militar Dick. Esse jornalista esqueceu-se dela?

O grande problema dos jornalistas é que, geralmente, eles ignoram os acontecimentos correntes ou, na ausência de honestidade, nunca os evocam. É assim que a lei militar Dick foi introduzida precipitadamente ante o Congresso, sem ser verdadeiramente discutida e sem que se falasse dela na imprensa. Essa lei dá ao Presidente o direito de transformar um pacífico cidadão num assassino sedento de sangue, em teoria para defender seu país, mas na realidade para proteger os interesses do partido do qual o Presidente é porta-voz.

Nosso jornalista sustenta que o militarismo jamais poderá adquirir tanto poder na América quanto em outros países, porquanto não conhecemos o alistamento obrigatório como no Velho Mundo. Esse senhor esquece dois fatos muito importantes. De início, esse recrutamento criou na Europa um profundo ódio contra o militarismo, ódio enraizado em todas as classes da sociedade. Milhares de jovens recrutas protestam no momento de sua incorporação e, uma vez no exército, muito amiúde tentam, por todos os meios, desertar. Em segundo lugar, nosso jornalista não leva em consideração que a conscrição obrigatória criou um movimento antimilitarista muito importante que as potências européias temem mais do que tudo. Com efeito, o militarismo é a muralha mais sólida do capitalismo. Assim que ele for estremeado, o

capitalismo vacilará em suas bases. É verdade: na América, não temos serviço militar obrigatório; os homens não são obrigados a alistar-se no exército; mas desenvolvemos uma força bem mais exigente e rígida: a necessidade. Durante as crises econômicas, o número de engajados não aumenta vertiginosamente? O ofício de militar talvez seja menos lucrativo ou honorável do que outros, mas é melhor ser soldado do que errar em todo o país à procura de trabalho, fazer fila para uma sopa popular, ou dormir em asilos noturnos. Tudo bem pesado, um soldado recebe atualmente treze dólares por mês, faz três refeições diárias e tem um lugar para dormir. Entretanto, a necessidade não é um fator bastante forte para humanizar o exército. Não surpreende que nossas autoridades militares queixem-se da “má qualidade” dos elementos que se engajam. Essa confissão é muito estimulante. Prova que o espírito de independência e o amor pela liberdade ainda estão suficientemente disseminados entre os americanos para incitá-los a preferir morrer de fome a vestir o uniforme.

Os homens e as mulheres que refletem neste mundo começam a compreender que o patriotismo é uma concepção demasiado estreita e limitada para responder às necessidades de nossa época. A centralização do poder criou um sentimento internacional de solidariedade entre as nações oprimidas do mundo, solidariedade que revela uma maior comunidade de interesses entre os operários americanos e seus irmãos de classe no estrangeiro do que entre um mineiro americano e seu compatriota que o explora; uma solidariedade que não teme nenhuma invasão estrangeira, porque ela conduzirá todos os operários a dizer um dia a seus patrões: “Ide matar-vos, se desejardes. Quanto a nós, faz muitíssimo tempo que combatemos no lugar de vocês.”

Essa solidariedade desperta igualmente a consciência dos soldados, que também fazem parte da grande família hu-

mana. Essa solidariedade revelou-se infalível várias vezes durante as lutas passadas. Ela levou os soldados parisienses, durante a Comuna de 1871, a recusar-se a obedecer quando receberam ordens para disparar contra seus irmãos. Ela deu coragem aos marinheiros que se amotinaram recentemente nos navios de guerra russos. E ela provocará um dia a sublevação de todos os oprimidos e a revolta contra seus exploradores internacionais.

O proletariado europeu compreendeu a grande força dessa solidariedade e começou uma guerra contra o patriotismo e seu espectro, o niilismo. Milhares de homens enchem as prisões da França, da Alemanha, da Rússia e dos países escandinavos porque ousaram desafiar uma muito antiga superstição. E esse movimento não se limita à classe operária: ele abrange todas as categorias sociais; seus principais porta-vozes são homens e mulheres eminentes no campo das artes, das ciências e das letras.

A América tomará um dia o mesmo caminho. O espírito do militarismo já invade todos os campos da vida social. Estou convencida de que o militarismo tornar-se-á um perigo mais importante na América do que em qualquer outro lugar no mundo, porque o capitalismo sabe corromper aqueles que deseja destruir.

O processo já está engajado nas escolas. Evidentemente, o governo defende a velha concepção jesuítica: “Dai-me o espírito de uma criança e eu a modelarei”. Ensinam às crianças o interesse pelas táticas militares, exaltam-lhes as grandes vitórias, e os espíritos jovens são pervertidos no interesse do governo. Além disso, editam extraordinários cartazes para incitar os jovens do país a engajar-se. “Uma oportunidade para percorrer o mundo!” – exclamam os lacaios do governo. E é assim que forçam moralmente jovens inocentes a perder-se no patriotismo e que o Moloch militar continua a conquistar a nação.

Durante as greves, o operário americano sofreu terrivelmente com as intervenções dos soldados, porque estes foram enviados contra ele, quer pelo Estado local, quer pelo governo federal. É, pois, completamente normal que o operário despreze os parasitas fardados e manifeste sua oposição a eles. No entanto, não bastará uma simples diatribe para resolver esse grave problema. Necessitamos de uma propaganda que faça a educação do soldado: uma literatura antipatriótica que informe acerca dos verdadeiros horrores de seu ofício e o faça tomar consciência de sua relação com aqueles cujo trabalho lhe permite existir. É precisamente disso que as autoridades mais têm medo. Um soldado que assiste a uma reunião revolucionária já comete um crime de alta traição. É certo que eles condenarão igualmente à mesma pena o soldado que ler uma brochura revolucionária. A autoridade não denunciou como uma traição, desde tempos imemoriais, todo passo rumo ao progresso? Aqueles que lutam seriamente pela reconstrução social são perfeitamente capazes de bem conduzir essa tarefa, pois é provavelmente mais importante portar a mensagem da verdade nas casernas do que nas fábricas.

Uma vez que tivermos desvelado a mentira patriótica, teremos aberto o caminho para o advento da grande estrutura em que todas as nacionalidades se unirão numa fraternidade universal: uma sociedade autenticamente livre.

A REVOLUÇÃO SOCIAL

é portadora de uma mudança radical de valores

I

Os críticos socialistas do fracasso da Rússia, mas não os bolcheviques, afirmam que a revolução fracassou porque a indústria não havia alcançado um nível de desenvolvimento suficiente nesse país. Eles se referem a Marx, para quem a revolução social seria possível unicamente nos países dotados de um sistema industrial altamente desenvolvido, com os antagonismos sociais que deles decorrem. Esses críticos deduzem disso que a Revolução Russa não podia ser uma revolução social e que, historicamente, estava condenada a passar por uma etapa constitucional, democrática, completada pelo desenvolvimento de uma indústria antes que o país se tornasse economicamente maduro para uma mudança fundamental.

Esse marxismo ortodoxo ignora um fator mais importante e, talvez, até mais essencial para a possibilidade e o sucesso de uma revolução social do que o fator industrial. Refiro-me à consciência das massas num dado momento. Por que a revolução social não eclodiu, por exemplo, nos Estados Unidos, na França ou mesmo na Alemanha? Esses países certamente alcançaram o nível de desenvolvimento industrial fixado por Marx como o estágio culminante. Na verdade, o desenvolvimento industrial e as poderosas contradições sociais não são em nenhum caso suficientes para dar origem a uma nova sociedade ou desencadear uma revolução social. A consciência social e a psicologia necessárias

às massas estão ausentes em países como os Estados Unidos e os outros que acabo de mencionar. Eis por que nenhuma revolução social ocorreu nessas regiões.

Desse ponto de vista, a Rússia possuía uma vantagem sobre os países mais industrializados e “civilizados”. É verdade, ela era menos avançada no plano industrial que seus vizinhos ocidentais, mas a consciência das massas russas, inspirada e agudizada pela Revolução de Fevereiro, progredia tão rapidamente que, em alguns meses, o povo estava pronto a aceitar *slogans* ultra-revolucionários como “Todo poder aos soviets” e “A terra aos camponeses, as fábricas aos operários”.

Não se deve subestimar a significação dessas palavras de ordem. Elas exprimiam, em larga medida, a vontade instintiva e semiconsciente do povo, a necessidade de uma completa reorganização social, econômica e industrial da Rússia. Que país, na Europa ou na América, está pronto a pôr em prática tais *slogans* revolucionários? Todavia, na Rússia, durante os meses de junho e julho de 1917, essas palavras de ordem tornaram-se populares; elas foram retomadas ativamente, com entusiasmo, sob a forma da ação direta, pela maioria da população camponesa e operária de um país de mais de 150 milhões de habitantes. Isso prova a “aptidão”, a preparação do povo russo para a revolução social.

No que concerne à “maturidade” econômica, no sentido marxiano do termo, não se deve esquecer que a Rússia é, sobretudo, um país agrário. O raciocínio implacável de Marx pressupõe a transformação da população camponesa numa sociedade industrial, altamente desenvolvida, que fará amadurecer as condições sociais necessárias a uma revolução.

Mas os acontecimentos na Rússia, em 1917, mostraram que a revolução não espera esse processo de industrialização e – mais importante ainda – que não se pode fazer a revolução esperar. Os camponeses russos começaram a expropriar os proprietários rurais e os operários apoderaram-se das fábricas.

cas sem tomar conhecimento dos teoremas marxistas. Essa ação do povo, pela virtude de sua própria lógica, introduziu a revolução social na Rússia, transtornando todos os cálculos marxianos. A psicologia do eslavo provou que era mais sólida que todas as teorias social-democratas.

Essa consciência fundava-se num desejo ardente de liberdade, nutrido por um século de agitação revolucionária entre todas as classes da sociedade. Felizmente, o povo russo permaneceu assaz robusto no plano político: ele não foi infectado pela corrupção e pela confusão criadas no proletariado de outros países pela ideologia das liberdades “democráticas” e do “governo a serviço do povo”. Os russos permaneceram, nesse plano, um povo simples e natural, que ignora as sutilezas da política, os arranjos parlamentares e as argúcias jurídicas. Por outro lado, seu sentido primitivo da justiça e do bem era robusto, enérgico, nunca foi contaminado pelas espertezas destrutivas da pseudocivilização. O povo russo sabia o que queria e não esperou que “circunstâncias históricas inevitáveis” lho trouxessem numa bandeja: recorreu à ação direta. Para ele, a revolução era uma realidade, não uma simples teoria digna de discussão.

Foi assim que a revolução social eclodiu na Rússia, a despeito do atraso industrial do país. Mas fazer a revolução não era suficiente. Também era preciso que ela progredisse e se ampliasse, que resultasse numa reconstrução econômica e social. Essa fase da revolução implicava que as iniciativas pessoais e os esforços coletivos pudessem se exercer livremente. O desenvolvimento e o sucesso da revolução dependiam da extensão mais ampla possível do gênio criativo do povo, da colaboração entre os intelectuais e o proletariado manual. O interesse comum é o *leitmotiv* de todos os esforços revolucionários, sobretudo de um ponto de vista construtivo.

Esse objetivo comum e essa solidariedade arrastaram a Rússia numa onda poderosa, no transcurso dos primeiros

dias da Revolução Russa, em outubro-novembro de 1917. Essas forças entusiastas teriam podido deslocar montanhas se a preocupação exclusiva de realizar o bem-estar do povo as tivesse inteligentemente guiado. Existia um meio eficaz para isso: as organizações dos trabalhadores e as cooperativas, que recobriam a Rússia com uma rede ligando e unindo as cidades aos campos; os sovietes, que se multiplicavam para responder às necessidades do povo russo; e, enfim, a *intelligentsia*, cujas tradições, desde há um século, haviam servido de modo heróico à causa da emancipação da Rússia.

Mas tal evolução não estava absolutamente presente no programa dos bolcheviques. Durante os primeiros meses que se seguiram a Outubro, eles toleraram a expressão das forças populares; deixaram o povo desenvolver a revolução no seio de organizações de poderes incessantemente mais amplos. Todavia, tão logo o Partido Comunista sentiu-se suficientemente instalado no governo, começou a limitar a extensão das atividades do povo. Todos os atos dos bolcheviques que se seguiram — sua política, suas mudanças de linha, seus compromissos e seus recuos, seus métodos de repressão e de perseguição, seu terror e a liquidação de todos os outros grupos políticos —, tudo isso só representava meios a serviço de um fim: a concentração do poder do Estado nas mãos do Partido. De fato, os próprios bolcheviques, na Rússia, não fizeram mistério disso. O Partido Comunista, afirmavam eles, encarnava a vanguarda do proletariado, e a ditadura devia permanecer em suas mãos. Infelizmente para eles, os bolcheviques não tinham levado em conta seu hóspede, o campesinato, que nem a *razvyortska* (a Tcheca), nem os fuzilamentos maciços persuadiram a apoiar o regime bolchevique. O campesinato tornou-se o recife contra o qual todos os planos e projetos concebidos por Lênin foram se chocar. Lênin, hábil acrobata, soube operar, malgrado uma margem de manobra extremamente estreita. A NEP (Nova Política Econômica)

foi introduzida bem na hora para evitar o desastre que, lenta mas seguramente, iria varrer todo o edifício comunista.

II

A NEP surpreendeu e chocou a maioria dos comunistas. Eles viram nessa guinada a derrubada de tudo o que seu Partido havia proclamado — a rejeição do próprio comunismo. Para protestar, alguns dos mais antigos membros do Partido, homens que haviam enfrentado o perigo e as perseguições sob o antigo regime, enquanto Lênin e Trotski viviam no estrangeiro em toda segurança, esses homens abandonaram o Partido Comunista, amargurados e decepcionados. Os dirigentes decidiram, então, fazer uma espécie de greve. Eles ordenaram que o Partido fosse purgado de todos os seus elementos “duvidosos”. Quem quer que fosse suspeito de ter uma atitude independente, e todos os que não aceitaram a nova política econômica como a última verdade da sabedoria revolucionária, foram excluídos. Entre estes, encontravam-se comunistas que, durante anos, haviam lealmente servido à causa. Alguns deles, feridos no coração por esse procedimento brutal e injusto, e transtornados pelo desmoronamento daquilo que veneravam, recorreram inclusive ao suicídio. Entretanto, era preciso que o novo Evangelho segundo Lênin pudesse ser difundido com tranqüilidade, evangelho que doravante prega — em meio às ruínas provocadas por quatro anos de revolução — a intangibilidade da propriedade privada bem como a impiedosa liberdade de concorrência.

Todavia, a indignação comunista contra a NEP não exprime senão a confusão mental dos opositores de Lênin. Como explicar de outra maneira que militantes, que sempre aprovaram as múltiplas acrobacias e efeitos especiais políticos de seu chefe, indignassem-se de repente ante seu último salto perigoso, que constitui seu desfecho lógico? Os comunistas devotos têm um grave problema: eles se agarram ao dogma da Imaculada Conceição do Estado socialista, Estado tido

como salvador do mundo graças à Revolução. Mas a maioria dos dirigentes comunistas jamais partilhou de tais ilusões. Lênin menos ainda que os outros.

Desde a minha primeira conversa com ele, compreendi que eu tratava com um político astuto: ele sabia exatamente o que queria e parecia decidido a não se prender a nenhum escrúpulo para chegar a seus fins. Depois de tê-lo ouvido falar em diversas ocasiões e ter lido suas obras, creio que Lênin não se interessava de modo algum pela revolução, e que o comunismo não era para ele senão um objetivo muito distante. Em contrapartida, o Estado político centralizado era a divindade de Lênin, a serviço da qual era preciso tudo sacrificar. Alguém declarou um dia que Lênin estava pronto a sacrificar a revolução para salvar a Rússia. Sua política, contudo, provou que ele estava pronto para sacrificar simultaneamente a revolução e o país, ou, em todo o caso, uma parte deste último, a fim de aplicar seu projeto político no que restasse da Rússia.

Lênin era certamente o político mais flexível da História. Ele podia ser ao mesmo tempo um super-revolucionário, um homem de compromisso e um conservador. Quando o grito de “Todo o poder aos soviets” disseminou-se como uma poderosa vaga por toda a Rússia, Lênin seguiu a corrente. Quando os camponeses apoderaram-se das terras e os operários das fábricas, Lênin não apenas aprovou esses métodos de ação direta como foi ainda mais longe. Lançou o famoso *slogan*: “Expropriai os expropriadores”, *slogan* que semeou a confusão nos espíritos e causou estragos irreparáveis ao ideal revolucionário. Nunca antes dele um revolucionário havia interpretado a expropriação social como uma simples transferência de riquezas de um grupo a outro de indivíduos. No entanto, era exatamente o que significava o *slogan* de Lênin. Os ataques cegos e irresponsáveis, a acumulação das riquezas da antiga burguesia nas mãos da nova bu-

rocracia soviética, as provocações permanentes contra aqueles cujo único crime era seu antigo *status* social, tudo isso foi o resultado da “expropriação dos expropriadores”.¹ Toda a história subsequente da Revolução oferece um caleidoscópio dos compromissos de Lênin e da traição de seus próprios *slogans*.

Os atos e os métodos dos bolcheviques desde a Revolução de Outubro podem parecer contradizer a NEP. No entanto, de fato, eles fazem parte dos elos da corrente que iria forjar o governo todo-poderoso centralizado e cujo capitalismo de Estado era a expressão econômica. Lênin tinha uma visão muito clara e uma vontade de ferro. Ele sabia como fazer com que seus camaradas, tanto no interior da Rússia quanto no exterior, acreditassem que seu projeto resultaria no autêntico socialismo e que seus métodos eram revolucionários. Lênin desprezava de tal forma seus partidários que ele nunca hesitou em lançar-lhes suas quatro verdades no rosto. “Só imbecis podem crer que é possível instaurar agora o comunismo na Rússia”, respondeu aos bolcheviques que se opunham à NEP.

De fato, Lênin tinha razão. Ele nunca tentou construir um autêntico comunismo na Rússia, a menos que se considere que 33 níveis de salários, um sistema diferenciado de rações alimentares, privilégios assegurados para alguns e indiferença para a grande massa sejam comunismo.

No começo da revolução, foi relativamente fácil ao Partido apoderar-se do poder. Todos os elementos revolucionários, entusiasmados pelas promessas ultra-revolucionárias dos bolcheviques, os ajudaram a tomar o poder. Uma vez de posse do Estado, os comunistas iniciaram seu processo

¹ Esta frase de Lênin alude a uma célebre passagem do Livro I de *O Capital*, em que Karl Marx descreve a concorrência encarniçada que fazem entre si os capitalistas. Lênin retomou essa expressão por sua conta num contexto histórico completamente diferente, aquele da expropriação dos capitalistas pelos operários – de fato, pelo Estado bolchevique.

de eliminação. Todos os partidos e grupos políticos que se recusaram a submeter-se à nova ditadura tiveram de partir. De início, isso se aplicou aos anarquistas e aos socialistas-revolucionários de esquerda; depois, aos mencheviques e aos outros opositores de direita; e, enfim, a todos aqueles que ousavam ter uma opinião pessoal. Todas as organizações independentes conheceram o mesmo destino. Ou elas subordinaram-se às necessidades do novo Estado ou foram destruídas, como foi o caso dos sovietes, dos sindicatos e das cooperativas — os três grandes pilares das esperanças revolucionárias.

Os sovietes apareceram pela primeira vez durante a Revolução de 1905. Eles desempenharam um importante papel durante esse período breve mas significativo. Embora a revolução tenha sido esmagada, a idéia dos sovietes permaneceu enraizada no espírito e no coração das massas russas. Desde a aurora que iluminou a Rússia em fevereiro de 1917, os sovietes reapareceram e floresceram muito rápido. Para o povo, os sovietes não lesavam de nenhum modo o espírito da revolução. Ao contrário, a revolução iria encontrar sua expressão prática mais elevada, mais livre nos sovietes. Eis por que os sovietes disseminaram-se tão espontânea e rapidamente em toda a Rússia. Os bolcheviques compreenderam aonde iam as simpatias do povo e juntaram-se ao movimento. Mas quando eles controlaram o governo, os comunistas deram-se conta de que os sovietes ameaçavam a supremacia do Estado.

Ao mesmo tempo, eles não podiam destruí-los arbitrariamente sem minar seu próprio prestígio no país e também no estrangeiro, visto que eles aparecem como os promotores do sistema soviético. Começaram, então, a privar gradualmente os sovietes de seus poderes para, enfim, subordiná-los às suas próprias necessidades.

Os sindicatos russos foram muito mais fáceis de castrar. No plano numérico e do ponto de vista de sua fibra revoluci-

onária, ainda estavam em sua primeira infância. Declarando que a adesão aos sindicatos era obrigatória, as organizações sindicais russas adquiriram uma certa força numérica, mas seu espírito permaneceu o de uma criancinha. O Estado comunista tornou-se então a ama-de-leite dos sindicatos. Em contrapartida, essas organizações serviram de laçaios ao Estado. “A escola do comunismo”, como declarou Lênin durante a famosa controvérsia relativa ao papel dos sindicatos. Ele tinha toda a razão. Todavia, uma escola ultrapassada, onde o espírito da criança é acorrentado e esmagado por seus professores. Em nenhum país do mundo os sindicatos são tão submetidos à vontade e aos *diktats* do Estado quanto na Rússia bolchevique.

O destino das cooperativas é mais bem conhecido para que eu me estenda em relação a esse assunto. Elas constituíam o laço mais essencial entre as cidades e o campo. Elas traziam à revolução um meio popular e eficaz de troca e distribuição, bem como um auxílio de valor incalculável para reconstruir a Rússia. Os bolcheviques transformaram-nas em engrenagens da máquina governamental e elas perderam, simultaneamente, sua utilidade e sua eficácia.

III

Está doravante claro por que a Revolução Russa, dirigida pelo Partido Comunista, fracassou. O poder político do Partido, organizado e centralizado no Estado, buscou manter-se por todos os meios à sua disposição. As autoridades centrais tentaram canalizar à força as atividades do povo em formas que correspondessem aos objetivos do Partido.

O único objetivo dos bolcheviques era reforçar o Estado e controlar todas as atividades econômicas, políticas, sociais e, inclusive, culturais. A revolução tinha um objetivo totalmente diferente, já que, por natureza, ela encarnava a própria negação da autoridade e da centralização. A revolução esforçou-se para abrir campos cada vez mais amplos à expres-

são do proletariado e multiplicar as possibilidades de iniciativas individuais e coletivas. Os objetivos e as tendências da revolução eram diametralmente opostos aos do partido político dominante.

Os *métodos* da revolução e do Estado são também diametralmente opostos. Os métodos da revolução são inspirados pelo próprio espírito da revolução: a emancipação de todas as forças opressivas e limitadoras, quer dizer, os *princípios libertários*. Os métodos do Estado, ao contrário – do Estado bolchevique ou de qualquer governo – são fundados na *coerção*, que pouco a pouco se transforma necessariamente numa violência, numa opressão e num terror sistemáticos. Tais eram as duas tendências em oposição: o Estado bolchevique e a revolução. Tratava-se de uma luta mortal. Tendo objetivos e métodos contraditórios, essas duas tendências não podiam trabalhar no mesmo sentido; o triunfo do Estado significava a derrota da revolução.

Seria um erro pensar que a revolução fracassou unicamente por causa da personalidade dos bolcheviques. Fundamentalmente, a revolução fracassou por causa da influência dos princípios e dos métodos do bolchevismo. O espírito e os princípios autoritários do Estado sufocaram as aspirações libertárias e libertadoras. Se um outro partido político tivesse governado a Rússia, o resultado teria sido, no essencial, o mesmo. Não foram tanto os bolcheviques que mataram a Revolução Russa, mas principalmente sua ideologia. Tratava-se de uma forma modificada de marxismo, de um estatismo fanático. Só uma tal explicação das forças subjacentes que esmagaram a revolução pode esclarecer esse acontecimento que abalou o mundo. A Revolução Russa reflete, numa pequena escala, a luta secular entre o princípio libertário e o princípio autoritário. Com efeito, o que é o progresso senão a aceitação mais geral dos princípios da liberdade contra aqueles da coerção? A Revolução Russa representava um

movimento libertário que foi derrotado pelo Estado bolchevique, pela vitória temporária da idéia reacionária, da idéia estatista.

Essa vitória deve-se a várias causas. Abordei a maioria delas nos capítulos precedentes deste livro. Mas a causa principal não era o atraso industrial da Rússia, como escreveram inúmeros autores. Essa causa era de ordem cultural e, se ela proporcionava ao povo russo algumas vantagens sobre seus vizinhos mais sofisticados, ela também tinha inconvenientes fatais. A Rússia era “culturalmente atrasada” na medida em que não havia sido maculada pela corrupção política e parlamentar. Por outro lado, faltava-lhe experiência ante os jogos políticos, e ela creu ingenuamente no poder miraculoso do partido que falava mais alto e brandia mais promessas. Essa fé no poder do Estado serviu para tornar o povo russo escravo do Partido Comunista, antes mesmo que as grandes massas percebessem que se lhes haviam colocado o jugo em torno do pescoço.

O princípio libertário foi poderoso nos primeiros dias da revolução; a necessidade de liberdade de expressão revelava-se imperiosa. Mas quando a primeira onda de entusiasmo recuou para dar lugar às dificuldades prosaicas da vida cotidiana, eram necessárias sólidas convicções para manter viva a chama da liberdade. Só um punhado de homens e mulheres, sobre o vasto território da Rússia, manteve essa chama acesa: os anarquistas, cujo número era reduzido e cujos esforços, ferozmente reprimidos sob o czar, não tiveram tempo de dar frutos. O povo russo, que é, numa certa medida, anarquista por instinto, não conhecia bem os verdadeiros princípios e métodos anarquistas para aplicá-los com eficácia. A maioria dos próprios anarquistas russos encontrava-se infelizmente enviscada em pequenos grupos e combates individuais, em vez de um grande movimento social e coletivo. Um historiador imparcial certamente admitirá um dia que os anarquis-

tas desempenharam um papel importantíssimo na revolução russa – um papel muito mais significativo e fecundo do que seu número relativamente limitado podia fazê-lo crer. Entretanto, a honestidade e a sinceridade obrigam-me a reconhecer que seu trabalho teria sido de um valor prático infinitamente maior se eles estivessem mais bem organizados e equipados para guiar as energias efervescentes do povo a fim de reorganizar a vida social segundo fundamentos libertários.

Mas o fracasso dos anarquistas durante a Revolução Russa, no sentido em que acabo de indicar, não significa absolutamente a derrota da idéia libertária. Ao contrário, a Revolução Russa provou claramente que o estatismo, o socialismo de Estado, em todas as suas manifestações (econômicas, políticas, sociais e educativas), está inteira e definitivamente condenado ao fracasso. Nunca na história a autoridade, o governo, o Estado mostraram a que ponto eram, de fato, estáticos, reacionários e, inclusive, contra-revolucionários, encarnando a própria antítese da revolução.

Como atesta a longa história do progresso, só o espírito e o método libertários podem fazer avançar o homem em sua luta eterna para uma vida melhor, mais agradável e mais livre. Aplicada às grandes sublevações sociais que são as revoluções, essa tendência é tão poderosa quanto no processo da evolução natural. O método autoritário fracassou durante toda a história da humanidade e agora fracassou de novo durante a Revolução Russa. Até aqui a inteligência humana não descobriu outro princípio senão o princípio libertário, pois o homem compreendeu uma grande verdade quando percebeu que a liberdade é a mãe da ordem e não sua filha. Malgrado o que sustentam todas as teorias e todos os partidos políticos, nenhuma revolução pode lograr êxito verdadeiro e duradouro se não se opõe ferozmente à tirania e à centralização, se não luta com determinação para passar na peneira

todos os valores econômicos, sociais e culturais. Não se trata de substituir um partido por um outro a fim de que ele controle o governo, nem de camuflar um regime autocrático sob *slogans* proletários, nem mascarar a ditadura de uma nova classe sobre uma classe mais antiga, nem se entregar a manobras quaisquer nos bastidores do teatro político. Trata-se, sim, de suprimir completamente todos os princípios autoritários para servir a revolução.

No campo econômico, essa transformação deve ser efetuada pelas massas operárias: elas têm a escolha entre um industrialismo estatista e o anarco-sindicalismo. No primeiro caso, o desenvolvimento construtivo da nova estrutura social será também ameaçado pelo Estado político. Ele constituirá um peso morto que vai onerar o crescimento das novas formas de vida social. É por essa razão que só o sindicalismo não basta, como bem sabem seus partidários. É só quando o espírito libertário impregna as organizações econômicas dos trabalhadores que as múltiplas energias criadoras do povo podem manifestar-se livremente, e que a revolução pode ser preservada e defendida. Só a liberdade de iniciativa e a participação popular nos assuntos da revolução poderão impedir os terríveis crimes cometidos na Rússia. Por exemplo, tendo em vista que poços de petróleo erguiam-se a apenas uma centena de quilômetros de Petrogrado, essa cidade não teria sofrido o intenso frio se as organizações econômicas dos trabalhadores de Petrogrado tivessem podido exercer sua iniciativa em favor do bem comum. Os camponeses da Ucrânia não teriam tido dificuldade em cultivar suas terras se tivessem tido acesso aos instrumentos agrícolas estocados nos entrepostos de Kharkov e dos outros centros industriais que esperavam as ordens de Moscou para distribuí-los. Esses poucos exemplos do estatismo e da centralização bolcheviques deveriam alertar os trabalhadores da Europa e da América contra os efeitos destruidores do estatismo.

Só o poder industrial das massas, que se exprime por meio de suas associações libertárias, por meio do anarco-sindicalismo, pode organizar eficazmente a vida econômica e dar prosseguimento à produção. Por outro lado, as cooperativas, trabalhando em harmonia com as organizações operárias, servem de meios de distribuição e troca entre as cidades e o campo e, ao mesmo tempo, constituem um laço fraterno entre as massas operárias e camponesas. Forma-se, assim, um laço criador de apoio mútuo e serviços mutuais, e esse laço é a muralha mais sólida da revolução — bem mais eficaz que o trabalho forçado, o Exército Vermelho ou o terror. É só desse modo que a revolução pode agir como uma alavanca que acelera o advento de novas formas de vida social e incita as massas a realizar coisas mais importantes.

Mas as organizações operárias libertárias e as cooperativas não são os únicos meios de interação entre as fases complexas da vida social. Também existem as forças culturais que, conquanto estejam estreitamente ligadas às atividades econômicas, desempenham seu próprio papel. Na Rússia, o Estado comunista tornou-se o único árbitro de todas as necessidades do corpo social. Disso resultou uma completa estagnação cultural, e a paralisia de todos os esforços criativos. Se se quiser evitar tal ruína no futuro, as forças culturais, ainda que permanecendo enraizadas na economia, devem beneficiar-se de um campo de atividade independente e de uma liberdade de expressão total. Não é sua adesão ao partido político dominante, mas sua devoção à revolução, seu saber, seu talento e sobretudo seus impulsos criadores que permitirão determinar sua aptidão ao trabalho cultural. Na Rússia, isso foi tornado impossível quase desde o começo da Revolução de Outubro, porque separaram violentamente as massas e a *intelligentsia*. É verdade que o culpado, de início, foi a própria *intelligentsia*, sobretudo a *intelligentsia* técnica que, na Rússia, agarrou-se com tenacidade à burgue-

sia – como faz nos outros países. Incapaz de compreender o sentido dos acontecimentos revolucionários, ela esforçou-se para represar a vaga revolucionária praticando a sabotagem. Todavia, na Rússia existia uma outra fração da *intelligentsia* que tinha um passado revolucionário glorioso desde há um século. Essa fração conservava sua fé no povo, embora não aceitasse sem reservas a nova ditadura. O erro fatal dos bolcheviques foi não fazer qualquer distinção entre as duas categorias. Eles combateram a sabotagem instaurando um terror cego e sistemático contra toda a classe da *intelligentsia* e lançaram uma campanha de ódio ainda mais intensa do que a perseguição da própria burguesia – método que criou um abismo entre a *intelligentsia* e o proletariado e impediu todo trabalho construtivo.

Lênin foi o primeiro a se dar conta dessa falta criminosa. Ele ressaltou que se tratava de um grave erro fazer crer aos operários que eles podiam construir indústrias e engajar-se num trabalho cultural sem a ajuda e a cooperação da *intelligentsia*. O proletariado não possuía nem conhecimentos nem formação para conduzir a bom termo essas tarefas, e era preciso tornar a dar à *intelligentsia* a direção da vida industrial. Mas o fato de ter reconhecido um erro não impediu Lênin e seu Partido de cometerem imediatamente um outro. A *intelligentsia* técnica foi chamada ao socorro, mas de um modo que reforçou simultaneamente a desintegração social e a hostilidade contra o regime.

Enquanto os operários continuavam a passar fome, os engenheiros, os especialistas industriais e os técnicos receberam altos salários, privilégios especiais e as melhores rações. Tornaram-se os favoritos do Estado e os novos vigilantes das massas reduzidas à escravidão. Educadas durante anos na falsa idéia de que apenas os músculos contavam para assegurar o sucesso da revolução e que só o trabalho manual era produtivo, e por campanhas de ódio que denunciavam todos

os intelectuais como contra-revolucionários e especuladores, as massas não puderam evidentemente fazer a paz com aqueles que lhes ensinaram a desprezar e a suspeitar.

Infelizmente a Rússia não é o único país em que predomina essa atitude hostil do proletariado contra a *intelligentsia*. Em toda a parte, os políticos demagogos jogam com a ignorância das massas, ensinam-lhes que a educação e a cultura são preconceitos burgueses, que os operários podem dispensar isso e que são capazes de reconstruir sozinhos a sociedade. A Revolução Russa mostrou muito claramente, contudo, que o cérebro e o músculo são indispensáveis para regenerar a sociedade. O trabalho intelectual e o trabalho manual cooperam estreitamente no corpo social, como o cérebro e a mão no corpo humano. Um não pode funcionar sem o outro.

É verdade que a maioria dos intelectuais considera-se uma classe à parte, superior aos operários; todavia, em toda parte as condições sociais minam rapidamente o pedestal da *intelligentsia*. Os intelectuais são forçados a admitir que eles também são proletários, e que são até mesmo mais dependentes dos senhores da economia que os trabalhadores manuais.

Contrariamente ao proletário manual que trabalha com sua força física, que pode reunir suas ferramentas e percorrer o mundo com vistas a melhorar sua situação humilhante, os proletários intelectuais são muito mais solidamente enraizados em seu meio social específico e não podem facilmente mudar de ofício ou de modo de vida. Eis por que é essencial fazer compreender aos operários que os intelectuais estão sendo rapidamente proletarizados – o que cria um laço entre eles. Se o mundo ocidental quiser tirar proveito das lições da Rússia, ele deve pôr um termo à adulação demagógica das massas bem como à hostilidade cega contra a *intelligentsia*. Isso não significa, contudo, que os operários devam recolocar seu destino nas mãos dos intelectuais. Ao contrário, as mas-

sas devem começar imediatamente a preparar-se, a equipar-se para a grande tarefa que a revolução exigirá delas. Devem adquirir o saber e a habilidade técnica necessária para gerir e dirigir os mecanismos complexos das estruturas industriais e sociais de seus países respectivos. Entretanto, mesmo que exibam todas as suas capacidades, os operários precisarão da cooperação dos especialistas e dos intelectuais. Por sua vez, estes últimos devem também compreender que seus verdadeiros interesses são idênticos aos interesses das massas. Uma vez que as duas forças sociais aprendam a fundir-se num todo harmônico, os aspectos trágicos da revolução russa serão em grande parte eliminados. Ninguém será fuzilado porque “estudou”. O cientista, o engenheiro, o especialista, o pesquisador, o professor e o artista criador, bem como o marceneiro, o maquinista e todos os outros trabalhadores, fazem integralmente parte da força coletiva que permitirá à revolução construir o novo edifício social. Ela não empregará o ódio, mas a unidade; não a hostilidade, mas a camaradagem; não o pelotão de execução, mas a simpatia — tais as lições a tirar do grande fracasso russo tanto pela *intelligentsia* quanto pelos operários. Todos devem aprender o valor do apoio mútuo e da cooperação libertária. Entretanto, cada um deve ser capaz de permanecer independente em sua esfera particular e em harmonia com o melhor que puder proporcionar à sociedade. É só assim que o trabalho produtivo e os esforços educativos e culturais exprimir-se-ão em formas cada vez mais novas e mais ricas. Tal é para mim a lição essencial, universal, que me ensinou a Revolução Russa.

Tentei explicar por que os princípios, os métodos e as táticas bolcheviques fracassaram, e por que esses mesmos princípios e métodos fracassarão amanhã em qualquer outro país, mesmo o mais industrializado. Mostrei igualmente que não foi só o bolchevismo que fracassou, mas o próprio marxismo. A experiência da Revolução Russa demonstrou a falência do estatismo, do princípio autoritário.

Se eu tivesse de resumir todo o meu pensamento numa única frase, eu diria: por natureza, o Estado tem a tendência de concentrar, reduzir e controlar todas as atividades sociais; ao contrário, a revolução tem a vocação de crescer, ampliar-se e difundir-se em círculos cada vez mais largos. Em outros termos, o Estado é institucional e estático, enquanto a revolução é fluida e dinâmica. Essas duas tendências são incompatíveis e condenadas a destruir-se mutuamente. O estatismo matou a Revolução Russa e desempenhará o mesmo papel nas revoluções futuras, *a menos que a idéia libertária o derrote*.

Mas devo ir mais longe. Não são apenas o bolchevismo, o marxismo e o estatismo que são fatais à revolução e ao progresso vital da humanidade. A principal causa da derrota da Revolução Russa é muito mais profunda. Ela reside na própria concepção socialista da revolução.

A concepção dominante, a mais disseminada, da revolução — particularmente entre os socialistas — é que a revolução provoca uma violenta mudança das condições sociais durante a qual uma classe social, a classe operária, torna-se dominante e triunfa sobre outra classe, a classe capitalista. Essa concepção é centrada sobre uma mudança puramente material e, assim, implica sobretudo manobras políticas de bastidores e remendos institucionais. A ditadura da burguesia é substituída pela “ditadura do proletariado” — ou aquela de sua “vanguarda”, o Partido Comunista. Lênin toma o lugar dos Romanov, o gabinete imperial é rebatizado de Conse-

lho dos Comissários do Povo, Trotski é nomeado ministro da Guerra e um trabalhador torna-se governador-militar geral de Moscou. Eis a que se reduz, essencialmente, a concepção bolchevique da revolução, ao menos quando é posta em prática. Excetuando pequenos detalhes, é a mesma idéia de revolução que partilham os outros partidos socialistas.

Essa concepção é, por natureza, falsa e está destinada ao fracasso. A revolução é, certamente, um processo violento. Todavia, se ela só resulta numa nova ditadura, numa simples mudança de nomes e de personalidades no poder, então não tem qualquer utilidade. Um resultado tão limitado não justifica todos os combates, sacrifícios, perdas de vidas humanas e atentados aos valores culturais provocados por todas as revoluções. Se tal revolução proporcionasse um aumento do bem-estar social (o que não foi o caso na Rússia), nem assim valeria o terrível preço a pagar; pode-se melhorar a sociedade sem recorrer a uma revolução sangrenta. O objetivo da revolução não é aplicar alguns paliativos nem algumas reforminhas.

A experiência da Revolução Russa reforçou poderosamente minha convicção de que a grande missão da revolução, da *revolução social*, é uma mudança fundamental dos valores sociais e humanos. Os valores humanos são ainda mais importantes porque são a base de todos os valores sociais. Nossas instituições e nossas condições sociais repousam sobre idéias profundamente ancoradas. Se essas condições são mudadas sem tocar nas idéias e valores subjacentes, tratar-se-á, então, de uma transformação superficial, que não pode ser duradoura nem conduzir a uma melhora real. Trata-se apenas de uma mudança de forma, não de substância, como a Rússia demonstrou tragicamente.

É simultaneamente o grande fracasso e a grande tragédia da Revolução Russa: ela tentou (sob a direção do partido político dominante) só mudar as instituições e as condições

materiais, ignorando totalmente os valores humanos e sociais que uma revolução implica. Pior ainda, em sua louca paixão pelo poder, o Estado comunista inclusive reforçou e desenvolveu as próprias idéias e concepções que a revolução veio destruir. O Estado apoiou e encorajou os piores comportamentos anti-sociais e sistematicamente sufocou o desenvolvimento dos novos valores revolucionários. O senso de justiça e de igualdade, o amor pela liberdade e pela fraternidade humana – pilares de uma autêntica regeneração da sociedade – o Estado comunista os combateu a ponto de os aniquilar. O sentimento instintivo da eqüidade foi ironizado como uma manifestação de sentimentalismo e fraqueza; a liberdade e a dignidade humanas tornaram-se superstições burguesas; o caráter sagrado da vida, que é a própria base da reconstrução social, foi condenado como a-revolucionário, quase contra-revolucionário. Essa terrível perversão dos valores fundamentais trazia em si mesma o germe da destruição. Se acrescentarmos a isso a concepção segundo a qual a revolução constituía apenas um meio de apoderar-se do poder político, era inevitável que todos os valores revolucionários fossem subordinados às necessidades do Estado socialista; pior, que elas fossem exploradas para aumentar a segurança do novo poder governamental. “A razão de Estado”, camuflada sob a máscara dos “interesses da Revolução e do Povo”, tornou-se o único critério da ação e, também, dos sentimentos. A violência, inevitabilidade trágica de sublevações revolucionárias, tornou-se um costume estabelecido, um hábito, e foi gabada como uma instituição “ideal”. Zinoviev não canonizou Dzerjinski, o chefe da sanguinária Tcheka, apresentando-o como “santo da Revolução”? O Estado não prestou as maiores honras a Uritski, o fundador e o chefe sádico da Tcheka de Petrogrado?

Essa perversão dos valores éticos rapidamente cristalizou-se no *slogan* onipresente do Partido Comunista: *o fim justi-*

fica todos os meios. No passado, a Inquisição e os jesuítas adotaram esse *slogan* e subordinaram-lhe toda moralidade. Essa máxima vingou-se dos jesuítas como ela vingou-se da Revolução Russa. Esse preceito só fez encorajar a mentira, o ludíbrio, a hipocrisia, a traição e o assassinio, público e secreto. Aqueles que se interessam pela psicologia social deveriam perguntar-se por que dois movimentos, tão separados no tempo e de idéias tão diferentes quanto o jesuitismo e o bolchevismo, *chegaram exatamente aos mesmos resultados* aplicando esse princípio. O paralelo histórico, passado quase despercebido até aqui, contém uma lição fundamental para todas as revoluções futuras e para o futuro da humanidade.

Nada é mais falso do que crer que os objetivos e as intenções são uma coisa, os métodos e as táticas outra coisa. Essa concepção ameaça gravemente a regeneração social. Toda a experiência da humanidade ensina-nos que os métodos e os meios não podem ser separados do fim último. Os meios empregados tornam-se, por intermédio dos hábitos individuais e das práticas sociais, parte integrante do objetivo final; eles o influenciam, modificam-no, até que os fins e os meios acabam por se tornar idênticos. Desde o primeiro dia de meu retorno à Rússia eu o senti, inicialmente de maneira vaga, depois de modo cada vez mais claro e consciente. Os grandes objetivos que inspiravam a Revolução foram tão obscurecidos pelos métodos utilizados pelo poder político dominante que se tornou difícil distinguir entre os meios temporários e o objetivo final. No plano psicológico e social, os meios influenciam necessariamente os objetivos e os modificam. Toda a história da humanidade prova que, tão logo nos privamos dos métodos inspirados por conceitos éticos, afundamos na desmoralização mais aguda. Essa é a autêntica tragédia da filosofia bolchevique aplicada à Revolução Russa. Esperemos que saibamos tirar as lições disso.

Nenhuma revolução jamais se tornará um fator de liberação se os *meios* utilizados para aprofundá-la não estiverem em harmonia, em seu espírito e sua tendência, com os *objetivos* a alcançar. A revolução representa a negação do existente, um protesto violento contra a desumanidade do homem em relação ao homem e aos milhares de escravidões que ela implica. A revolução destrói os valores dominantes, sobre os quais foi construído um sistema complexo de injustiça e opressão que repousa sobre a ignorância e a brutalidade. A revolução é o arauto de *novos valores*, pois ela desemboca na transformação das relações fundamentais entre os homens, assim como entre os homens e a sociedade. A revolução não se contenta em sanar alguns males, aplicar alguns emplastos, mudar as formas e as instituições, redistribuir o bem-estar social. É verdade, ela faz tudo isso, mas representa mais, muito mais. Ela é, de início e antes de tudo, o *vetor* de uma mudança radical, *portador de novos valores*. Ela *ensina uma nova ética* que inspira o homem, inculcando nele uma nova concepção da vida e das relações sociais. A revolução desencadeia uma regeneração mental e espiritual.

Seu primeiro preceito ético é a identidade entre os meios utilizados e os objetivos buscados. O objetivo último de toda mudança social revolucionária é estabelecer o caráter sagrado da vida humana, a dignidade do homem, o direito de cada ser humano à liberdade e ao bem-estar. Se esse não é o objetivo essencial da revolução, então as mudanças sociais violentas não têm qualquer justificação. Isso porque transformações sociais *externas* podem ser, e foram, realizadas no âmbito do processo normal da evolução. A revolução, ao contrário, não significa apenas uma mudança *externa*, mas uma mudança *interna*, fundamental, essencial. Essa mudança interna das concepções e das idéias difunde-se em camadas sociais cada vez mais amplas, para enfim culminar numa violenta sublevação denominada revolução. Tal apo-

geu pode inverter a mudança radical de valores, voltar-se contra ela, traí-la? Foi o que se produziu na Rússia. A revolução deve acelerar e aprofundar o processo do qual ela é a expressão cumulativa; sua principal missão é inspirá-lo, carregá-lo para as mais elevadas alturas, dar-lhe o máximo de espaço para sua livre expressão. É só desse modo que a revolução é fiel a si mesma.

Na prática, isso significa que a pretensa “etapa transitória” deve introduzir novas condições sociais. Ela representa o marco de uma *nova vida*, de uma nova *casa do homem e da humanidade*. Ela deve estar animada pelo espírito da nova vida, em harmonia com a construção do novo edifício.

Hoje engendra amanhã. O presente projeta sua sombra muito longe no futuro. Essa é a lei da vida, quer se trate do indivíduo, quer se trate da sociedade. A revolução que se livra de seu valores éticos deita as premissas da injustiça, do ludíbrio e da opressão na sociedade futura. Os meios utilizados para preparar o futuro tornam-se sua pedra angular. Basta observar a trágica condição atual da Rússia. Os métodos da centralização estatista paralisaram a iniciativa e o esforço individuais; a tirania da ditadura apavorou o povo, mergulhou-o numa submissão servil e apagou totalmente a chama da liberdade; o terror organizado corrompeu e brutalizou as massas, sufocando todas as aspirações idealistas; o assassinato institucionalizado depreciou o valor da vida humana; todas as noções de dignidade humana, de valor da vida foram eliminadas; a coerção tornou cada esforço mais duro, transformando o trabalho numa punição; a vida social doravante se reduz a uma sucessão de ludíbrios mútuos; os instintos mais vis e mais brutais do homem despertaram novamente. Triste herança para começar uma nova vida fundada na liberdade e na fraternidade.

Nunca ressaltaremos suficientemente que a revolução não serve para nada se ela não é inspirada por seu ideal

último. Os métodos revolucionários devem estar em harmonia com os objetivos revolucionários. Os meios utilizados para aprofundar a revolução devem corresponder a seus objetivos. Em outros termos, os valores éticos que a revolução infundirá na nova sociedade devem ser disseminados pelas atividades revolucionárias do “período de transição”. Este último pode facilitar a passagem a uma vida melhor, mas somente sob a condição de que seja construído com os mesmos materiais da nova vida que se quer construir. A revolução é o espelho dos dias que se seguem; ela é a criança que anuncia o Homem de amanhã.

O COMUNISMO NÃO EXISTE NA RÚSSIA

BOLCHEVISMO = COMUNISMO?

A palavra comunismo está agora em todos os lábios. Alguns falam dele com o entusiasmo exagerado dos neófitos, outros o temem e o condenam como uma ameaça social. Mas estou quase segura de que nem seus admiradores – a grande maioria deles – nem aqueles que o denunciam têm uma idéia muito clara do que é verdadeiramente o “comunismo” ao molho bolchevique.

Se se quiser dar uma definição dele muito geral, o comunismo representa um ideal de igualdade e fraternidade humana: ele considera a exploração do homem pelo homem como a fonte de toda escravidão e de toda opressão. A desigualdade econômica conduz à injustiça social e é inimiga do progresso moral e intelectual.

O comunismo visa criar uma sociedade em que as classes serão abolidas, em que será instaurada a propriedade comum dos meios de produção e distribuição. O homem não poderá fruir da liberdade, da paz e do bem-estar senão numa comunidade sem classes e solidária.

Meu objetivo inicial, ao escrever este artigo, era comparar o ideal comunista com o modo como ele é aplicado na URSS, mas eu me dei conta de que se tratava de uma tarefa impossível. Na realidade, o comunismo não existe na Rússia. Nem mesmo um único princípio comunista, sequer um único elemento de seus ensinamentos é aplicado pelo Partido Comunista nesse país.

Aos olhos de alguns, minha posição parecerá totalmente absurda; outros pensarão que eu exagero grosseiramente. Entretanto, estou certa de que um exame objetivo da situação russa atual convencerá o leitor honesto de que eu digo a verdade.

Interessemos-nos, de início, pela idéia fundamental que subtende o pretenso “comunismo” dos bolcheviques. Sua ideologia abertamente centralista, autoritária, é fundada quase que exclusivamente na coerção e na violência estatistas. Longe de ser fundado na livre-associação, trata-se de um comunismo estatista obrigatório. Deve-se reter isso na memória se se quiser compreender o método utilizado pelo Estado soviético para aplicar seus projetos e dar-lhes uma pequena aparência “comunista”.

NACIONALIZAÇÃO OU SOCIALIZAÇÃO?

A primeira condição para que se realize o comunismo é a *socialização* das terras, dos instrumentos de produção e da distribuição. Socializa-se a terra e as máquinas para que elas sejam utilizadas por indivíduos ou grupos, em função de suas necessidades. Na Rússia, a terra e os meios de produção não são socializados, mas *nacionalizados*. O termo “nacionalização” é enganador, pois essa palavra não tem qualquer conteúdo. Na realidade, a riqueza nacional não existe. A “nação” é uma entidade demasiado abstrata para “possuir” o que quer que seja. Ou a propriedade é individual, ou ela é partilhada por um grupo de indivíduos; ela repousa sempre sobre uma realidade quantitativamente definível.

Quando um bem não pertence nem a um indivíduo, nem a um grupo, ele é nacionalizado ou socializado. Se ele é nacionalizado, pertence ao Estado; de fato, o governo tem seu controle e pode dele dispor segundo seu bel-prazer. Mas se um bem é socializado, cada indivíduo tem livremente acesso a ele e pode utilizá-lo sem a ingerência de quem quer que seja.

Na Rússia, nem a terra, nem a produção, nem a distribuição são socializadas. Tudo é nacionalizado e pertence ao governo, exatamente como o correio nos Estados Unidos ou as ferrovias na Alemanha ou em outros países europeus. Esse estatuto não tem absolutamente nada de comunista.

A estrutura econômica da URSS. não é mais comunista que a terra ou os meios de produção. Todas as fontes de existência são propriedades do governo central; este dispõe do monopólio absoluto do comércio exterior; as gráficas lhe pertencem; cada livro, cada folha de papel impressa é uma publicação oficial. Em resumo, o país e tudo o que ele contém são a propriedade do Estado, como ocorria antes, no tempo dos czares. Os poucos bens que não são nacionalizados, como certas casas velhas e deterioradas em Moscou, por exemplo, ou pequenas lojas pobres que dispõem de um miserável estoque de cosméticos, são os únicos tolerados. A qualquer momento o governo pode exercer seu direito indiscutível de apoderar-se deles por simples decreto.

Tal situação diz respeito ao capitalismo de Estado, e seria extravagante detectar nisso o que quer que seja de comunismo.

PRODUÇÃO E CONSUMO

Voltemo-nos agora para a produção e o consumo, alavancas de toda existência. Talvez descubramos aí uma dose de comunismo, que justificaria a utilização do termo “comunista” para descrever a vida na URSS, ao menos em certa escala.

Eu já observei que a terra e os instrumentos de produção são propriedades do Estado. Os métodos de produção e as quantidades que devem ser produzidas por cada indústria, cada oficina, cada fábrica, cada usina, são determinadas pelo Estado, pelo governo central – sediado em Moscou – por intermédio de seus diferentes órgãos.

A URSS é um país muito extenso, que cobre aproximadamente um sexto da superfície da Terra. Abrigando uma população heterogênea de 165 milhões de habitantes, ela comporta várias grandes repúblicas, diferentes etnias e nacionalidades, e cada região tem suas necessidades e interesses particulares. Certamente, o planejamento industrial e econômico tem uma importância vital para o bem-estar de uma comunidade.

O autêntico comunismo – a igualdade econômica entre os homens e entre as comunidades – exige que cada comunidade organize o melhor e mais eficaz planejamento, fundamentando-se em suas necessidades e possibilidades locais. Tal planejamento se fundamenta na completa liberdade de cada comunidade de produzir e dispor de seus produtos segundo suas necessidades, necessidades que ela própria deve fixar; cada comunidade deve trocar seu excedente com outras comunidades independentes sem que qualquer autoridade externa intervenha.

Essa é a natureza fundamental do comunismo no plano político e econômico. Isso não pode funcionar nem é possível sobre outras bases. O comunismo é necessariamente libertário. Anarquista.

Não se percebe o mínimo vestígio de comunismo – do mínimo comunismo – na Rússia soviética. Na realidade, a única alusão a tal organização é considerada ali como um crime, e toda tentativa de pô-la em prática seria punida com a morte.

O planejamento industrial, bem como todos os processos de produção e distribuição, encontra-se nas mãos do governo central. O Conselho econômico supremo é submetido unicamente à autoridade do Partido Comunista.

Ele é totalmente independente da vontade ou dos desejos das pessoas que formam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Seu trabalho está condicionado pelas políticas e

pelas decisões do Kremlin. Eis por que a Rússia soviética exportou enormes quantidades de trigo e outros cereais, enquanto vastas regiões no sul e no sudeste da Rússia eram golpeadas pela penúria, de tal modo que mais de dois milhões de pessoas morreram de fome em 1932 e 1933.

A “razão de Estado” é inteiramente responsável por essa situação. Essa expressão sempre serviu para mascarar a tirania, a exploração e a determinação dos dirigentes em prolongar e perpetuar sua dominação.

De passagem, assinalarei que, malgrado a penúria que afetou todo o país e a falta dos recursos mais elementares para viver na Rússia, o primeiro plano quinquenal visava unicamente desenvolver a indústria pesada, indústria que serve ou pode servir a objetivos *militares*.

O mesmo acontece com a distribuição e todas as outras formas de atividade. Não apenas os burgos e as cidades, mas todas as partes constitutivas da União Soviética são privadas de existência independente. Visto que elas são apenas simples vassallos de Moscou, suas atividades econômicas, sociais e culturais são conhecidas, planejadas e severamente controladas pela “ditadura do proletariado” em Moscou. Pior: a vida de cada localidade, e até mesmo de cada indivíduo, nas pretensas repúblicas “socialistas” é gerida nos mínimos detalhes pela “linha geral” fixada pelo “centro”. Em outros termos, pelo Comitê Central e pelo Bureau Político do Partido, ambos controlados com mão de ferro por um único homem. Como alguns podem chamar de comunismo essa ditadura, essa autocracia mais poderosa e mais absoluta do que qualquer czar, já ultrapassa a minha imaginação.

A VIDA COTIDIANA NA URSS

Examinemos agora como o “comunismo” bolchevique influencia a vida das massas e do indivíduo.

Alguns ingênuos crêem que ao menos algumas características do comunismo foram introduzidas na vida do povo russo. Eu gostaria que isso fosse verdade, pois seria uma garantia de esperança, a promessa de um desenvolvimento potencial nessa direção. Infelizmente, em nenhum dos aspectos da vida soviética, nem nas relações sociais, nem nas relações individuais, jamais se tentou aplicar os princípios comunistas sob uma forma ou outra. Como ressalté anteriormente, o próprio fato de sugerir que o comunismo possa ser livre e voluntário é tabu na Rússia. Tal concepção é considerada contra-revolucionária e diz respeito à alta traição contra o infalível Stálin e o sacrossanto Partido “comunista”.

Coloquemos de lado, por um instante, o comunismo libertário, anarquista. Não encontramos sequer o mínimo vestígio, na Rússia soviética, de uma manifestação qualquer de comunismo de Estado, ainda que sob uma forma autoritária, como o demonstra a observação dos fatos da vida cotidiana nesse país.

A essência do comunismo, mesmo de tipo coercitivo, é a ausência de classes sociais. A introdução da igualdade econômica constitui a primeira etapa. Tal foi a base de todas as filosofias comunistas, ainda que difiram entre si em relação a outros aspectos. Seu objetivo comum era assegurar a justiça social; todas afirmavam que não se podia chegar à justiça social sem estabelecer a igualdade econômica. Mesmo Platão, que previa a existência de diferentes categorias intelectuais e morais em sua República, havia pronunciado-se em favor da igualdade econômica absoluta, pois as classes dirigentes não deviam fruir de direitos ou privilégios mais importantes do que aqueles situados na parte de baixo da escala social.

A Rússia soviética representa o caso exatamente oposto. O bolchevismo não aboliu as classes na Rússia: apenas inverteu suas relações anteriores. De fato, ele até mesmo agravou as divisões sociais que existiam antes da Revolução.

RAÇÕES E PRIVILÉGIOS

Quando retornei à Rússia em janeiro de 1920, descobri inúmeras categorias econômicas, fundadas nas rações alimentares distribuídas pelo governo. O marinheiro recebia a melhor ração, superior em qualidade, quantidade e variedade aos alimentos que o resto da população comia. Era a aristocracia da Revolução; no plano econômico e social, todos consideravam que ele pertencia às novas classes privilegiadas. Atrás dele vinha o soldado, o homem do Exército Vermelho, que recebia uma ração bem menor, e menos pão. Após o soldado encontrava-se o operário das indústrias de armamentos; depois os outros operários, eles próprios divididos em operários qualificados, artesãos, sem qualificação etc.

Cada categoria recebia um pouco menos de pão, banha, açúcar, tabaco e outros produtos (quando havia). Os membros da antiga burguesia, classe oficialmente abolida e expropriada, pertenciam à última categoria econômica e não recebiam praticamente nada. A maioria deles não podia ter trabalho e moradia, e ninguém se preocupava com a maneira como eles sobreviveriam, sem se pôr a roubar ou a juntar-se aos exércitos contra-revolucionários ou aos bandos de ladrões.

O proprietário de uma carteira vermelha, membro do Partido Comunista, ocupava um lugar situado acima de todos aqueles de quem acabo de falar. Ele beneficiava-se de uma ração especial, podendo comer na *stolovaya* (cantina) do Partido, e tinha o direito, sobretudo se estivesse recomendado por um responsável mais elevado, a roupas de baixo quentes, botas de couro, um casaco de pele e outros artigos de valor. Os bolcheviques mais eminentes dispunham de seus próprios restaurantes, aos quais os militantes de base não tinham acesso. Em Smolny, que abrigava, então, o quartel-general do governo de Petrogrado, existiam dois restauran-

tes, um para os comunistas mais bem situados, um outro para os bolcheviques menos importantes. Zinoviev, então presidente do soviete de Petrogrado e autêntico autocrata do Distrito do Norte, bem como outros membros do governo, faziam suas refeições “em casa”, no Astória, outrora o melhor hotel da cidade, tornado a primeira Casa do Soviete, onde viviam com suas famílias.

Mais tarde, constatei uma situação idêntica em Moscou, Kharkov, Kiev, Odessa – em toda a Rússia soviética.

Eis o que era o “comunismo” bolchevique. Esse sistema teve conseqüências desastrosas: suscitou a insatisfação, o ressentimento e a hostilidade em todo o país; provocou sabotagens nas fábricas e no campo, greves e revoltas incessantes. “O homem não vive só de pão”, segundo parece. É verdade, mas ele morre se não tiver nada para comer. Para o homem da rua, para as massas russas que haviam vertido seu sangue esperando libertar o país, o sistema diferenciado de rações simbolizava o novo regime. O bolchevismo representava para eles uma enorme mentira, pois ele não mantivera sua promessa de instaurar a liberdade; com efeito, para eles, liberdade significava justiça social e igualdade econômica. O instinto das massas raramente as engana; nesse caso, revelou-se profético. Por que se surpreender, conseqüentemente, com o fato de que o entusiasmo geral pela revolução tenha muito rápido se transformado em decepção e amargura, hostilidade e ódio? Quantas vezes operários russos queixaram-se a mim: “Para nós, é indiferente trabalhar duro e passar fome. É a injustiça que nos revolta. Se um país é pobre, se há pouco pão, então partilhemos entre todos o pouco que há, mas partilhemos de modo eqüitativo. Atualmente, a situação é a mesma que antes da revolução; alguns recebem muito, outros menos, e outros absolutamente nada.”

A desigualdade e os privilégios criados pelos bolcheviques tiveram rapidamente conseqüências inevitáveis: esse

sistema aprofundou os antagonismos sociais, afastou as massas da Revolução, paralisou seu interesse por ela, sufocou suas energias e contribuiu para aniquilar todos os projetos revolucionários.

Esse sistema não igualitário, fundado em privilégios, reforçou-se, aperfeiçoou-se e grassa ainda hoje.

A Revolução Russa era, no sentido mais profundo, uma transformação social: sua tendência fundamental era libertária, seu objetivo essencial a igualdade econômica e social. Bem antes da revolução de outubro-novembro de 1917, o proletariado urbano havia começado a apoderar-se das oficinas, das fábricas e das usinas, enquanto os camponeses expropriavam as grandes propriedades e cultivavam as terras em comum. O desenvolvimento contínuo da revolução num sentido comunista dependia da unidade das forças revolucionárias e da iniciativa direta, criadora, das massas laboriosas. O povo estava entusiasmado pelos grandes objetivos que ele tinha à sua frente; aplicava-se com paixão e energia para reconstruir uma nova sociedade. Com efeito, só aqueles que haviam sido explorados durante séculos eram capazes de encontrar livremente o caminho rumo a uma sociedade nova, regenerada.

Mas os dogmas bolcheviques e o estatismo “comunista” constituíram um obstáculo fatal para as atividades criadoras do povo. A característica fundamental da psicologia bolchevique era sua desconfiança em relação às massas. As teorias marxistas, que queriam exclusivamente concentrar o poder nas mãos do Partido, resultaram rapidamente no desaparecimento de toda colaboração entre os revolucionários, na eliminação brutal e arbitraria dos outros partidos e movimentos políticos. A política bolchevique resultou na eliminação do mínimo sinal de descontentamento, no sufocamento das críticas e das opiniões independentes, bem como no esmagamento dos esforços ou das iniciativas populares. A centra-

lização de todos os meios de produção nas mãos da ditadura comunista desfavorece as atividades econômicas e industriais do país. As massas não puderam modelar a política da Revolução, nem tomar parte da administração de seus próprios assuntos. Os sindicatos eram estatizados e contentavam-se em transmitir as ordens do governo. As cooperativas populares – instrumento essencial da solidariedade ativa e do apoio mútuo entre as cidades e o campo – foram liquidadas, os soviets de camponeses e operários esvaziados de seu conteúdo e transformados em comitês de sustentação ao regime. O governo pôs-se a controlar todas as áreas da vida social. Criou-se uma máquina burocrática ineficaz, corrupta e brutal. Ao afastar-se do povo, a revolução condenou-se à morte; acima de todos, pairava a temível espada do terror bolchevique.

Tal era o comunismo dos “bolcheviques” durante as primeiras etapas da Revolução. Todos sabem que ele provocou a completa paralisia da indústria, da agricultura e dos transportes. Era o período do “comunismo de guerra”, da conscrição camponesa e operária, da destruição total dos vilarejos camponeses pela artilharia bolchevique – todas essas medidas sociais e econômicas que resultaram na terrível penúria de 1921.

O QUE MUDOU DESDE 1921?

E o que acontece hoje? O “comunismo” não mudou de natureza? Ele é verdadeiramente diferente do “comunismo” de 1921? Para minha tristeza, sou obrigada a afirmar que, malgrado todas as decisões políticas e medidas econômicas ruidosamente anunciadas, o bolchevismo “comunista” é fundamentalmente o mesmo que em 1921.

Hoje o campesinato, na Rússia soviética, está inteiramente destituído de sua terra. Os *sovkhozes* são fazendas governamentais nas quais os camponeses trabalham em troca de um salário, exatamente como o operário em uma

fábrica. Os bolcheviques chamam isso de “industrialização” da agricultura, de “transformação do camponês em proletário”. No *kolkhoze*, a terra pertence apenas nominalmente ao vilarejo. De fato, ela é propriedade do Estado. Este pode a qualquer momento – e o faz bem amiúde – requisitar os membros do *kolkhoze* e ordenar-lhes que vão trabalhar em outras regiões ou exilá-los em longínquos vilarejos porque não obedeceram às suas ordens. Os *kolkhozes* são geridos coletivamente, mas o controle governamental é tanto que, de fato, a terra é que foi expropriada pelo Estado. Este fixa os impostos que ele quer, decide o preço dos cereais ou dos outros produtos que adquire. Nem o camponês individual nem o vilarejo soviético podem dizer algo. Impondo inúmeros saques e empréstimos estatistas compulsórios, o governo apropria-se dos produtos dos *kolkhozes*. Arroga-se igualmente o direito, invocando delitos reais ou supostos, de puni-los, requisitando todos os seus cereais.

Concordamos em dizer que a terrível fome que se abateu em 1921 foi provocada sobretudo pela *razverstka*, a expropriação brutal em voga na época. Foi por causa dessa penúria, e da revolta que dela resultou, que Lênin decidiu introduzir a NEP – a Nova Política Econômica –, que limitou as expropriações feitas pelo Estado e permitiu aos camponeses dispor de um pouco do excedente para seu próprio uso. A NEP melhorou de imediato as condições econômicas no país. A penúria de 1932-1933 foi desencadeada por métodos “comunistas” semelhantes: a vontade de impor a coletivização.

Encontramos a mesma situação que em 1921, o que forçou Stálin a revisar um pouco sua política. Compreendeu que o bem-estar de um país, sobretudo predominantemente agrário como a Rússia, depende principalmente do campesinato. O *slogan* foi lançado: era preciso dar ao camponês a possibilidade de alcançar um “bem-estar” maior. Essa “nova” política é apenas uma astúcia, um descanso temporário para

o camponês. Ela não é mais comunista do que a precedente política agrícola. Desde o início da ditadura bolchevique, o Estado não fez outra coisa senão dar continuidade à expropriação, com maior ou menor intensidade, mas sempre da mesma maneira; ele despoja o campesinato ao instituir leis repressivas, empregando a violência, multiplicando chicanas e represálias, impondo todos os tipos de interdições, exatamente como nos piores dias do czarismo e da Primeira Guerra. A política atual é apenas uma variante do “comunismo de guerra” de 1920-1921 – com cada vez mais “guerra” (de repressão armada) e cada vez menos “comunismo”. Sua “igualdade” é aquela de uma penitenciária; sua “liberdade”, aquela de um grupo de condenados a trabalho forçado. Assim, não nos surpreende que os bolcheviques afirmem que a liberdade é um preconceito burguês.

Os turibulários da União Soviética insistem no fato de que o “comunismo de guerra” era justificado no início da Revolução, na época do bloqueio e dos *fronts* militares. Contudo, mais de dezesseis anos passaram. Já não há mais bloqueio nem combates nos *fronts*, nem contra-revolução ameaçadora. Todos os grandes Estados do mundo reconheceram a URSS. O governo soviético insiste em sua boa vontade em relação aos Estados burgueses, solicita sua cooperação e comercializa muito com eles. Mantém, inclusive, relações amigáveis com Mussolini e Hitler, esses famosos campeões da liberdade. Ajuda o capitalismo a enfrentar suas tempestades econômicas comprando milhões de dólares em mercadorias e abrindo-lhe novos mercados.

Eis, pois, em grandes linhas, o que a Rússia soviética realizou durante os dezessete anos que se seguiram à Revolução. Mas, no que concerne ao comunismo propriamente dito, o governo bolchevique segue exatamente a mesma política anterior. Ele efetuou algumas mudanças políticas e econômicas superficiais, mas, fundamentalmente, trata-se sempre

do mesmo Estado, fundado sobre o mesmo princípio de violência e coerção, que emprega os mesmos métodos de terror e coação que empregou durante o período 1920-1921.

A MULTIPLICAÇÃO DAS CLASSES

Existe um número bem maior de classes na Rússia hoje do que em 1917, e do que na maioria dos outros países. Os bolcheviques criaram uma vasta burocracia soviética, que goza de privilégios especiais e de uma autoridade quase ilimitada sobre as massas operárias e camponesas. Essa burocracia é, ela própria, comandada por uma classe ainda mais privilegiada de “camaradas responsáveis” – a nova aristocracia soviética.

A classe operária é dividida e subdividida em muitas categorias: os *udarniki* (as tropas de choque dos trabalhadores, a quem se concede diferentes privilégios), os “especialistas”, os artesãos, os simples operários e os sem qualificação. Há as “células” de fábricas, os comitês de fábricas, os pioneiros, os *komsomols*, os membros do Partido, que gozam de vantagens materiais e de uma parcela de autoridade.

Também existe a vasta classe dos *lishenti*, as pessoas privadas de direitos cívicos; a maioria não tem a possibilidade de trabalhar, nem o direito de viver em certos lugares: elas são praticamente privadas de todo meio de existência. O famoso “livro de registros” da época czarista, que proibia os judeus de viver em certas regiões do país, foi reinstaurado para toda a população graças à criação do novo passaporte soviético.

Acima de todas essas classes, reina a GPU, instituição temida, secreta, poderosa e arbitrária, autêntico governo no interior do governo. A GPU, por sua vez, possui suas próprias categorias sociais. Ela tem suas forças armadas, seus estabelecimentos comerciais e industriais, suas leis e seus regulamentos, e dispõe de um vasto exército de escravos: a po-

pulação penitenciária. Mesmo nas prisões e nos campos de concentração, encontram-se diferentes classes beneficiando de privilégios especiais.

Na indústria reina o mesmo tipo de comunismo que na agricultura. Um sistema Taylor soviético funciona em toda a Rússia, combinando normas de qualidade muito baixas e trabalho por peça – sistema mais intensivo de exploração e degradação humana, que suscita inumeráveis diferenças de salários e remunerações.

Os pagamentos são feitos em dinheiro, em rações, em reduções sobre os encargos (aluguéis, eletricidade etc.), sem falar dos prêmios e recompensas especiais para os *udarniki*. Em resumo, é o *salariato* que funciona na Rússia.

UMA DITADURA CADA VEZ MAIS IMPIEDOSA

Essas são as principais características do sistema soviético atual. É preciso dar provas de uma ingenuidade imperdoável, ou de uma hipocrisia ainda mais inescusável, para sustentar, como fazem os zeladores do bolchevismo, que o trabalho forçado na Rússia demonstra as capacidades de “auto-organização das massas no campo da produção”.

Estranhamente, encontrei indivíduos aparentemente inteligentes que sustentam que, graças a tais métodos, os bolcheviques “estão construindo o comunismo”. Aparentemente, alguns crêem que construir uma nova sociedade consiste em destruir brutalmente, fisicamente e moralmente os mais elevados valores da humanidade. Outros sustentam que a via da liberdade e da cooperação passa pela escravidão dos operários e pela eliminação dos intelectuais. Segundo eles, destilar o veneno do ódio e da inveja, instaurar um sistema generalizado de espionagem e terror, são a melhor maneira de a humanidade preparar-se para o espírito fraternal do comunismo!

Estou, evidentemente, em total desacordo com essas concepções. Nada é mais pernicioso do que aviltar um ser humano e fazer dele a engrenagem de uma máquina sem alma, transformá-lo em servo, em espião ou em vítima desse espião. Nada é mais corruptor do que a escravidão e o despotismo.

O absolutismo político e a ditadura têm inúmeros pontos comuns: os meios e os métodos utilizados para alcançar um determinado objetivo acabam por tornar-se o objetivo. O ideal do comunismo, do socialismo, deixou há muito tempo de inspirar os chefes bolcheviques. O poder e o reforço do poder tornaram-se seu único fim. Mas a submissão abjeta, a exploração e o aviltamento dos homens transformaram a mentalidade do povo.

A nova geração é o produto dos princípios e métodos bolcheviques, o resultado de dezesseis anos de propagação de opiniões oficiais, as únicas permitidas nesse país. Tendo crescido em um regime no qual todas as idéias e todos os valores são ditados e controlados pelo Estado, a juventude soviética conhece poucas coisas sobre a própria Rússia, e ainda menos sobre outros países. Essa juventude conta inúmeros fanáticos cegos, de espírito estreito e intolerante; ela é privada de toda percepção moral, desprovida de senso de justiça e direito. A esse elemento vem se somar a influência da vasta classe dos carreiristas, dos arrivistas e dos egoístas educados no dogma bolchevique: “O fim justifica os meios”. Todavia, existem exceções nas fileiras da juventude russa. Um bom número destas é profundamente sincero, heróico e idealista. Eles vêem e sentem a força dos ideais que o Partido reivindica ruidosamente. Dão-se conta de que as massas foram traídas. Sofrem profundamente com o cinismo e o desprezo que o Partido preconiza em relação a toda emoção humana. A presença dos *komsomols* nas prisões políticas soviéticas, nos campos de concentração e no exílio, e os incríveis riscos que alguns deles assumem para fugir desse país provam que a

jovem geração não é apenas composta de indivíduos servis ou medrosos. Não, nem toda a juventude russa foi transformada em fantoches, em fanáticos ou em adoradores do trono de Stálin e do mausoléu de Lênin.

A ditadura tornou-se uma necessidade absoluta para a sobrevivência do regime, pois onde reinam um sistema de classes e a desigualdade social, o Estado deve recorrer à força e à repressão. A brutalidade desse regime é sempre proporcional à amargura e ao ressentimento que as massas experimentam. O terror estatista é mais forte na Rússia soviética do que em qualquer outro país do mundo civilizado atual, porque Stálin deve vencer e reduzir à escravidão uns 100 milhões de camponeses obstinados. É porque o povo odeia o regime que a sabotagem industrial é tão desenvolvida na Rússia, que os transportes são tão desorganizados, depois de mais de dezesseis anos de gestão praticamente militarizada; não se pode explicar de outra forma a terrível penúria no sul e no sudeste, a despeito das condições naturais favoráveis, malgrado as medidas mais severas tomadas para obrigar os camponeses a semear e colher, e apesar do extermínio e da deportação de mais de um milhão de camponeses aos campos de trabalho forçado.

A ditadura bolchevique encarna uma forma de absolutismo que deve incessantemente endurecer para sobreviver, suprimindo toda opinião independente e toda crítica ao Partido, inclusive no interior de seus círculos mais elevados e mais fechados. É significativo, por exemplo, que os bolcheviques e seus agentes, estipendiados ou benévolos, não cessem de assegurar ao resto do mundo que “tudo vai bem na Rússia soviética” e que “a situação melhora constantemente”. Esse tipo de discurso é tão crível quanto os discursos pacifistas pronunciados por Hitler, enquanto aumenta freneticamente sua força militar.

TOMADA DE REFÉNS E PATRIOTISMO

Longe de atenuar-se, a ditadura é a cada dia mais impiedosa. O último decreto contra os pretensos contra-revolucionários, ou os traidores do Estado soviético, deveria convencer inclusive alguns dos mais ardentes incensadores dos milagres realizados na Rússia. Esse decreto reforça as leis já existentes contra toda pessoa que não pode, ou não quer, respeitar a infalibilidade da Santíssima Trindade — Marx, Lênin e Stálin. E os efeitos desse decreto são ainda mais drásticos e cruéis contra toda pessoa julgada culpada. É verdade, a tomada de reféns não é uma novidade na URSS: Piotr Kropotkin e Vera Figner protestaram em vão contra essa mancha negra sobre o estandarte da Revolução Russa. Agora, ao cabo de dezessete anos de dominação bolchevique, o poder julgou necessário promulgar um novo decreto. Não apenas renova com a prática da tomada de reféns como também pune cruelmente todo adulto pertencente à família do criminoso — suposto ou real. Eis como o novo decreto define a traição em relação ao Estado: “todo ato cometido por um cidadão da URSS e que seja nocivo às forças armadas da URSS, à independência ou à inviolabilidade do território, tal como a espionagem, a traição de segredos militares ou de segredos de Estado, a passagem para o inimigo, a fuga ou a partida de avião para um país estrangeiro”.

Os traidores sempre foram, evidentemente, fuzilados. O que torna esse novo decreto ainda mais terrificante é a cruel punição que ele exige para todo indivíduo que vive com a infeliz vítima ou que lhe conceda auxílio, quer o “cúmplice” esteja a par do delito, quer ignore a existência. Ele pode ser preso, exilado ou, inclusive, fuzilado; pode perder seus direitos cívicos e ser desapossado de todos os seus bens. Em outros termos, esse novo decreto institucionaliza um prêmio para todos os informantes que, a fim de salvar sua própria pele, colaborarem com a GPU para se fazer notar e denunciarem

aos homens de ação do Estado russo o desafortunado parente que ofendeu aos Sovietes.

Esse novo decreto deveria varrer definitivamente toda dúvida que ainda subsistia em relação à existência do comunismo na Rússia. Esse texto jurídico não tenciona sequer defender o internacionalismo e os interesses do proletariado. O velho hino internacionalista transformou-se agora numa canção pagã que exalta a pátria e que a imprensa soviética servil incensa ruidosamente: “A defesa da Pátria é a lei suprema da vida, e aquele que ergue a mão contra ela, que a trai, deve ser eliminado”.

Doravante, é evidente que a Rússia soviética é, no plano político, um regime de despotismo absoluto e, no plano econômico, a forma mais grosseira do capitalismo de Estado.

TROTSKI PROTESTA EM DEMASIA

| 121

Este panfleto desenvolve as idéias expostas em um artigo de *Vanguard*, mensal anarquista editado em Nova York. Ele foi publicado no número de julho de 1938, mas como esta revista dispunha de um espaço limitado, só uma parte do manuscrito original foi posta à disposição dos leitores. Apresento aqui uma versão simultaneamente corrigida e desenvolvida.

Leon Trotski afirmará certamente que toda crítica de seu papel durante a tragédia de Kronstadt só faz reforçar e encorajar seu inimigo mortal: Stálin. Mas é porque Trotski não pode conceber que alguém possa detestar o selvagem que reina no Kremlin e o cruel regime que ele dirige, e ao mesmo tempo não isentar Leon Trotski do crime que cometeu contra os marinheiros de Kronstadt.

Na minha opinião, nenhuma diferença fundamental separa os dois protagonistas desse generoso sistema ditatorial, com a diferença de que Leon Trotski já não se encontra no poder para prodigalizar seus favores, ao contrário de Stálin. Não, não defendo o atual dirigente da Rússia. Devo, contudo, ressaltar que Stálin não desceu do céu para vir perseguir de repente o desafortunado povo russo. Ele se contenta em continuar a tradição bolchevique, embora o faça de uma maneira mais impiedosa.

O processo que consistiu em destituir as massas russas de sua revolução começou quase imediatamente após a tomada do poder por Lênin e seu partido. A instauração de uma discriminação grosseira no racionamento e na moradia,

a supressão de todas as liberdades políticas, as perseguições e as prisões contínuas tornaram-se o cotidiano das massas russas. É verdade que os expurgos da época não visavam aos membros do partido, ainda que alguns comunistas também tivessem sido jogados nas prisões e nos campos de concentração. É preciso ressaltar que os militantes da primeira Oposição operária e seus dirigentes foram rapidamente eliminados. Chliapnikov foi enviado para “descansar” no Cáucaso e Alexandra Kollontai colocada em prisão domiciliar. Mas todos os outros oponentes políticos (mencheviques, socialistas-revolucionários, anarquistas, bem como uma grande parte dos intelectuais liberais) e inúmeros operários e camponeses foram jogados brutalmente nas prisões da Tcheka ou exilados em regiões distantes da Rússia e da Sibéria, onde eram condenados a uma morte lenta. Em outros termos, não foi Stálin quem inventou a teoria e os métodos que esmagaram a Revolução Russa e forjaram novas cadeias ao povo russo.

É verdade — admito-o de bom grado —, a ditadura tornou-se monstruosa sob o reinado de Stálin. Mas isso não diminui, no entanto, a culpabilidade de Leon Trotski, que foi um dos atores do drama revolucionário do qual Kronstadt constituiu uma das cenas mais sangrentas.

Tenho diante de mim dois números (de fevereiro e abril de 1938) de *New International*, o órgão oficial de Trotski. Eles contêm artigos de John G. Wright, cem por cento trotskista, e do próprio Grande Patrão. Esses textos tencionam refutar as acusações lançadas contra Trotski em relação a Kronstadt. O sr. Wright faz sobretudo eco à voz de seu senhor e seus documentos não são de primeira mão. Além disso, ele não se encontrava pessoalmente na Rússia em 1921. Prefiro, pois, interessar-me principalmente pelos propósitos de Leon Trotski. Ao menos, tem ele o sinistro mérito de ter participado da “liquidação” de Kronstadt.

Entretanto, o artigo de Wright contém algumas inexatidões imprudentes que devem ser desmascaradas de imediato. Eu as denunciarei de início, rapidamente, e me ocuparei em seguida dos argumentos de seu mestre pensador.

John G. Wright sustenta que *A Revolta de Kronstadt* de Alexandre Berkman “só faz reformular interpretações e pretensos fatos fornecidos pelos socialistas revolucionários de direita, e coletados em ‘A verdade sobre a Rússia de Volya’, editado em Praga, em 1921”.

Esse senhor acusa, em seguida, Alexandre Berkman “de ser um homem pouco escrupuloso, um plagiário que se entrega a insignificantes retoques e tem por hábito dissimular a autêntica fonte do que ele apresenta como sua própria análise”. A vida e a obra de Alexandre Berkman fazem dele um dos maiores pensadores e combatentes revolucionários, um homem inteiramente devotado a seu ideal. Aqueles que o conheceram podem testemunhar sua honestidade em todas as suas ações, assim como sua integridade como escritor. [...] ¹

O comunista médio, seja fiel a Trotski ou a Stálin, conhece aproximadamente tanto a literatura anarquista e seus autores quanto, digamos, um católico conhece Voltaire ou Thomas Paine. A idéia segundo a qual se deve buscar informações relativas à posição de seus adversários políticos antes de condená-los às chamas é considerada uma heresia pela hierarquia comunista. Não penso, pois, que John G. Wright mente de modo deliberado em relação a Alexandre Berkman. Creio que ele é profundamente ignorante.

Durante toda a sua vida, Alexandre Berkman manteve diários pessoais. Mesmo durante os catorze anos de suplícios que suportou na Western Penitentiary, nos Estados Unidos, Alexandre Berkman sempre conseguiu manter um diá-

¹ Permitti-me, aqui, cortar algumas linhas em que Emma Goldman repete palavra por palavra seus argumentos em favor de Alexandre Berkman.

rio que ele me enviava clandestinamente naquela época. No navio, o S.S. Buford, que nos levou à Rússia, em uma longa e perigosa viagem de 28 dias, meu camarada continuou a escrever seu diário e manteve esse antigo hábito durante os 23 meses que passamos na Rússia.

A obra *As memórias de prisão de um anarquista*, que até mesmo críticos conservadores a compararam à *Casa dos mortos* de Fiódor Dostoiévski, foi concebida a partir de seu diário. *A Revolta de Kronstadt* e *O mito bolchevique* também são produto de suas anotações, tomadas cotidianamente na Rússia. É, portanto, estúpido acusar a brochura de Berkman sobre Kronstadt de “reformular fatos inventados”, apresentados anteriormente em um livro dos socialistas revolucionários editado em Praga.

Igualmente fantasiosa é a acusação feita por Wright contra Alexandre Berkman de ter negado a presença do general Kozlovski em Kronstadt.

Em *A Revolta de Kronstadt* (p. 15), meu velho amigo escreve, com efeito: “O ex-general Kozlovski encontrava-se efetivamente em Kronstadt. Foi Trotski quem o enviou para lá na condição de especialista da artilharia. Ele não desempenhou absolutamente qualquer papel nos acontecimentos de Kronstadt”. E Zinoviev em pessoa confirmou-o, quando se encontrava no zênite de sua glória. Durante a sessão extraordinária do soviete de Petrogrado, em 4 de março de 1921, sessão convocada para decidir o destino de Kronstadt, Zinoviev declarou: “Evidentemente, Kozlovski é velho e nada pode fazer, mas os oficiais brancos estão por trás dele e eles enganam os marinheiros”. E Alexandre Berkman ressaltou que os marinheiros não tinham aceitado os serviços de qualquer general queridinho de Trotski, e que haviam recusado as provisões e outras ajudas propostas por Victor Tchernov, dirigente dos socialistas-revolucionários de direita em Paris.

Os trotskistas consideram certamente que é dar provas

de sentimentalismo burguês permitir aos marinheiros caluniados exprimir-se e defender-se. Essa concepção das relações com um adversário político, esse jesuitismo detestável, fez muito mais para destruir o movimento operário em seu conjunto do que qualquer das táticas “sagradas” do bolchevismo.

Para que o leitor possa decidir quem tem razão, se os acusadores de Kronstadt ou os marinheiros que se exprimiram claramente à época, reproduzo aqui a mensagem de rádio enviada aos operários do mundo inteiro em 6 de março de 1921:

Nossa causa é justa: somos partidários do poder dos soviets, não dos partidos. Somos favoráveis à eleição livre de representantes das massas trabalhadoras. Os soviets fantoches manipulados pelo Partido Comunista sempre foram surdos às nossas necessidades e reivindicações; só recebemos uma resposta: a metralhadora [...]. Camaradas! Não apenas eles vos enganam como também travestem deliberadamente a verdade e difamam-nos do modo mais desprezível [...]. Em Kronstadt, todo o poder está exclusivamente nas mãos dos marinheiros, soldados e operários revolucionários – não nas mãos dos contra-revolucionários dirigidos por um certo Kozlovski, como a rádio de Moscou tenta mentirosamente fazer-vos crer [...]. Não tardai, camaradas! Reuni-vos, contatai-vos; pedi para que vossos delegados possam vir visitar-nos em Kronstadt. Só vossos delegados poderão dizer-vos a verdade e denunciar as abomináveis calúnias relativas ao pão ofertado pelos finlandeses e à ajuda proposta pela Entente. Viva o proletariado e o campesinato revolucionários! Viva o poder dos soviets livremente eleitos!

Os marinheiros pretensamente “dirigidos” por Kozlovski pedem aos operários do mundo inteiro para enviar delegados a fim de que eles verifiquem se as ignóbeis calúnias difundidas pela imprensa soviética contra eles têm o mínimo fundamento!

Leon Trotski é surpreendido e fica indignado quando alguém ousa protestar contra a repressão de Kronstadt. Apesar

de tudo, esses acontecimentos ocorreram há muito tempo, há dezessete anos, e se trataria apenas de um “episódio na história das relações entre a cidade proletária e o vilarejo pequeno-burguês”. Por que fazer tanto barulho hoje? A menos que se queira “descreditar a única corrente revolucionária que nunca renegou sua bandeira, que nunca se comprometeu com o inimigo, e a única a representar o futuro”. O egotismo de Leon Trotski, que seus amigos e partidários conhecem muito bem, sempre foi extraordinário. Desde que as perseguições de seu inimigo mortal dotaram-no de uma espécie de varinha de condão, sua suficiência alcançou proporções alarmantes.

Leon Trotski sente-se ultrajado com o fato de alguém referir-se de novo ao “episódio” de Kronstadt e interrogar-se sobre seu papel nesses acontecimentos. Ele não compreende que aqueles que o defenderam contra seu detrator tenham igualmente o direito de perguntar-lhe que métodos ele empregou quando estava no poder. Eles têm o direito de perguntar-lhe como tratou aqueles que não consideravam suas opiniões como uma verdade de Evangelho. Evidentemente, seria ridículo esperar que ele fizesse seu *mea-culpa* e proclamasse: “Eu também era apenas um homem e cometi erros. Eu também pequei e matei meus irmãos ou ordenei que os matassem”. Só sublimes profetas souberam alcançar tais ápices de coragem. Leon Trotski não faz parte deles. Ao contrário, ele continua a querer apresentar-se como onipotente, a crer que todos os seus atos e juízos foram sensatos, e cobrir de anátemas aqueles que são loucos o bastante para sugerir que o grande deus Leon Trotski também tem pés de barro.

Ele zomba das provas escritas deixadas pelos marinheiros de Kronstadt e do testemunho daqueles que se encontravam suficientemente próximos da cidade rebelde para ver e ouvir o que se passou durante o horrível cerco. Ele os chama

de “falsas etiquetas”. Isso não o impede, contudo, de assegurar a seus leitores que sua explicação da revolta de Kronstadt pode ser “corroborada e ilustrada por inúmeros fatos e documentos”. As pessoas inteligentes podem perguntar-se por que Leon Trotski não tem sequer a decência de apresentar essas “falsas etiquetas”, para que elas tenham condições de forjar, por si próprias, uma opinião.

Até mesmo os tribunais burgueses garantem ao acusado o direito de apresentar provas para se defender. Mas não é o caso de Leon Trotski, porta-voz de uma única verdade, ele que “nunca renegou sua bandeira e nunca se comprometeu com seus inimigos”.

Podemos compreender essa falta elementar de decência por parte de um indivíduo como John G. Wright. Afinal, como eu já disse, ele não faz outra coisa senão citar as Sagradas Escrituras bolcheviques. Mas, para um personagem da envergadura mundial de Leon Trotski, o fato de silenciar quanto às provas apresentadas pelos marinheiros de Kronstadt indica, na minha opinião, que esse homem é realmente desonesto. O velho ditado: “Um leopardo muda de manchas, mas nunca de natureza” aplica-se perfeitamente a Leon Trotski. O calvário que ele sofreu durante seus anos de exílio, o trágico desaparecimento de seus próximos, de seus entes amados e, de modo ainda mais dramático, a traição de seus ex-companheiros de armas nada lho ensinaram, infelizmente. Nem sequer uma gota de ternura, de doçura, irrigou o espírito rancoroso de Trotski.

Que pena para ele que, às vezes, se dê mais atenção ao silêncio dos mortos que à palavra dos vivos! De fato, as vozes sufocadas em Kronstadt fizeram-se ouvir cada vez mais ruidosamente no transcurso dos dezessete últimos anos. É por essa razão que seu som desagrade tanto Leon Trotski?

Segundo o fundador do Exército Vermelho, “Marx já dizia que não se podia julgar os partidos nem os indivíduos

sobre o que eles dizem de si mesmos”. Que pena que Trotski não perceba a que ponto essa frase aplica-se perfeitamente a seu próprio caso! Entre os bolcheviques capazes de escrever com certo talento, nenhum autor conseguiu projetar-se tanto quanto Trotski. Ninguém se vangloriou tanto quanto ele de ter participado da Revolução Russa e dos acontecimentos que se seguiram. Se aplicarmos a Trotski o critério de seu mestre-pensador, deveríamos deduzir que seus escritos não têm qualquer valor – raciocínio evidentemente absurdo.

Zeloso em desacreditar os motivos da revolta de Kronstadt, Leon Trotski faz a seguinte observação: “Aconteceu-me de enviar de diferentes *fronts* dezenas de telegramas reivindicando a mobilização de novos destacamentos ‘seguros’, formados por operários de Petrogrado e de marinheiros do Báltico. Todavia, desde fins de 1918 e, em todo o caso, não depois de 1919, os *fronts* começaram a se queixar de que os novos destacamentos de marinheiros de Kronstadt não eram bons, que eram exigentes, indisciplinados, pouco seguros no combate, em suma, mais nocivos do que úteis”. Mais à frente, na mesma página, Trotski afirma: “Quando a situação tornou-se particularmente difícil em Petrogrado faminta, examinou-se mais de uma vez, no Bureau Político, a questão de saber se não se deveria tomar um *empréstimo interno* em Kronstadt, onde ainda restavam importantes reservas de variados gêneros alimentícios.” Mas os delegados dos operários de Petrogrado respondiam: “Eles nada nos dão de boa vontade. Traficam os lençóis, o carvão, o pão. Em Kronstadt, hoje, toda a canalha ergueu a cabeça”. Triste exemplo de um procedimento tipicamente bolchevique: não apenas liquidam fisicamente seus adversários políticos como também maculam sua memória. Seguindo as pegadas de Marx e Engels, Lênin, Trotski e, depois, Stálin utilizaram os mesmos métodos.

Não tenho a intenção de discutir aqui o comportamento

dos marinheiros de Kronstadt em 1918 ou em 1919. Cheguei na Rússia apenas em janeiro de 1920. Do início de 1920 até a “liquidação” de Kronstadt, quinze meses mais tarde, os marinheiros da frota do Báltico foram apresentados como homens de valor, que sempre deram provas de uma coragem inquebrantável. Em múltiplas vezes, anarquistas, mencheviques, socialistas-revolucionários e também inúmeros comunistas disseram-me que os marinheiros formavam a espinha dorsal da Revolução. Durante a manifestação do 1º de maio de 1920, e durante outras festividades organizadas em honra da visita da primeira missão do Partido Trabalhista britânico, os marinheiros de Kronstadt constituíram um importante contingente, perfeitamente visível. Eles foram saudados como grandes heróis que haviam salvado a revolução contra Krenski, e Petrogrado contra Iudenitch. Durante o aniversário da Revolução de Outubro, os marinheiros encontravam-se novamente nas primeiras fileiras, e multidões compactas aplaudiram quando eles representaram a tomada do Palácio de Inverno.

É possível que os dirigentes do Partido, à exceção de Leon Trotski, não estivessem a par da corrupção e da desmoralização de Kronstadt que nos descreve o fundador do Exército Vermelho? Não creio. Por sinal, duvido que o próprio Trotski tivesse tido essa opinião antes de março de 1921. Seu relato atual resulta de dúvidas que ele experimentou então, ou se trata de uma tentativa de justificar, depois do fato, a “liquidação” insensata de Kronstadt?

Ainda que se admita que os marinheiros não eram os mesmos de 1917,² é evidente que os kronstadinos de 1921 nada tinham a ver com o sinistro quadro pintado por Trotski e seu discípulo Wright. De fato, os marinheiros só conheceram seu terrível destino por causa de sua profunda solidariedade,

² Segundo o historiador inglês Israel Getzler, em seu livro *Kronstadt 1917-1921*, 75% dos marinheiros de Kronstadt engajaram-se antes de 1918.

de seus laços estreitos com os operários de Petrogrado que sofreram a fome e o frio até se revoltar durante uma série de greves em fevereiro de 1921. Por que Trotski e seus partidários não mencionam esse fato? Leon Trotski sabe perfeitamente, se Wright o ignora, que a primeira cena do drama de Kronstadt aconteceu em Petrogrado, em 24 de fevereiro, e não foi encenada pelos marinheiros, mas pelos grevistas. Isso porque foi nesse dia que os grevistas manifestaram sua cólera acumulada contra a indiferença brutal dos homens que não paravam de discorrer sobre a ditadura do proletariado, ditadura que se transformou desde o início na ditadura impiedosa do Partido Comunista.

Em seu diário, Alexandre Berkman diz:

Os operários da fábrica de Trubotchny puseram-se em greve. Durante a distribuição das roupas de inverno, os comunistas foram mais bem servidos do que aqueles que não eram membros do Partido, queixavam-se os grevistas. O governo recusa-se a levar em consideração suas reivindicações enquanto os operários não retornarem ao trabalho.

Multidões de grevistas reuniram-se nas ruas próximas às fábricas, e soldados foram enviados para dispersá-los. Eram *kursanti*, jovens comunistas da Academia militar. Não houve violências.

Agora trabalhadores dos entrepostos do Almirantado e dos cais de Calernaya juntaram-se aos grevistas. A hostilidade aumenta contra a atitude arrogante do governo. Eles tentaram manifestar-se na rua mas as tropas montadas intervieram para impedi-los.

Foi só depois de terem se informado da verdadeira situação dos operários de Petrogrado que os marinheiros de Kronstadt fizeram em 1921 o que haviam feito em 1917: solidarizaram-se de imediato com os operários. Por causa de seu papel em 1917, os marinheiros haviam sido considerados sempre como o glorioso florão da Revolução. Em 1921, eles agiram do mesmo modo, mas foram denunciados aos olhos do mundo como traidores, contra-revolucionários. Eviden-

temente, em 1917, os marinheiros de Kronstadt tinham ajudado a pôr na sela os bolcheviques. Em 1921, eles pediam contas pelas falsas esperanças que o Partido fizera nascer nas massas, e pelas belas promessas que os bolcheviques haviam renegado tão logo se julgaram solidamente instalados no poder. Crime abominável, na verdade. Mas o mais importante nesse crime é que os marinheiros de Kronstadt não se “amotinaram” num contexto sereno. Sua rebelião estava profundamente enraizada no sofrimento dos trabalhadores russos: tanto o proletariado das cidades quanto o campesinato.

Certamente, nosso ex-comissário do povo assegura-nos: “Os camponeses fiam-se nas requisições como num mal temporário. Mas a guerra civil durou três anos. A cidade não dava quase nada ao vilarejo e tomava-lhe quase tudo, sobretudo para as necessidades da guerra. Os camponeses haviam aprovado os ‘bolcheviques’, mas se tornavam cada vez mais hostis aos ‘comunistas’”. Infelizmente, esses argumentos dizem respeito à mais pura ficção, como provam inúmeros fatos, especialmente a liquidação dos soviets camponeses dirigidos por Maria Spiridonova, e o dilúvio de ferro e fogo lançado contra os camponeses para obrigá-los a entregar todos os seus produtos, inclusive seus grãos para a semeadura da primavera.

De fato, os camponeses detestavam o regime quase desde o começo da revolução ou, em todo o caso, certamente desde o momento em que o *slogan* de Lênin, “Expropriai os expropriadores”, tornou-se “Expropriai os camponeses para a glória da ditadura comunista”. Eis por que eles protestavam constantemente contra a ditadura bolchevique, como testemunha particularmente a sublevação dos camponeses da Carélia, esmagada no sangue pelo general czarista Slastchev-Krimsky. Se os camponeses apreciavam tanto o regime soviético quanto Trotski queria nos fazer crer, por que tiveram

de enviar esse homem sanguinário para a Carélia?

Slastchev-Krimsky combatera a Revolução desde o início e dirigira alguns dos exércitos de Wrangel na Criméia. Cometeu atos bárbaros contra prisioneiros de guerra e organizou abjetos *pogroms*. E agora esse general arrependia-se e retornava à “sua pátria”. Esse rematado contra-revolucionário, esse massacrador de judeus, recebeu as honrarias militares por parte dos bolcheviques, em companhia de vários generais czaristas e oficiais dos exércitos brancos. Certo, pode-se considerar como um justo castigo o fato de anti-semitas serem obrigados a saudar um judeu, Trotski, seu superior hierárquico, e obedecer-lhe. Mas para a Revolução e o povo russo, o retorno triunfal desses imperialistas era um insulto.

A fim de recompensá-lo por seu novo amor bem recente para com a pátria socialista, confiou-se a Slastchev-Krimsky a missão de esmagar os camponeses da Carélia que pediam a autodeterminação e melhores condições de vida.

Leon Trotski conta-nos que os marinheiros de Kronstadt em 1919 não teriam dado suas provisões se lhes tivessem pedido gentilmente – como se os bolcheviques alguma vez tivessem utilizado a gentileza! De fato, essa palavra não faz parte do vocabulário deles. Entretanto, foram esses marinheiros pretensamente desmoralizados, esses “especuladores”, essa “canalha” etc., que foram em defesa do proletariado das cidades em 1921, e cuja primeira reivindicação era a igualdade das rações. Que gângsters esses kronstadinos, não é mesmo?

Wright e Trotski tentam desacreditar os marinheiros de Kronstadt porque estes últimos formaram rapidamente um Comitê Revolucionário Provisório. Lembremos, de início, que eles não premeditaram sua revolta, mas que se reuniram em 1º de março de 1921 para discutir sobre a maneira de ajudar seus camaradas de Petrogrado. De fato, John G. Wright fornece-nos a resposta quando escreve: “Não está absoluta-

mente excluído que as autoridades locais de Kronstadt não tenham sabido administrar habilmente a situação [...]. Sabemos que Kalinin e o comissário do povo Kuzmin não eram de modo algum estimados por Lênin e seus colegas [...]. Na medida em que as autoridades locais não estavam conscientes da importância do perigo e não tomaram medidas eficazes e adequadas para tratar a crise, suas inabilidades certamente desempenharam um papel no transcurso dos acontecimentos [...].”

O comentário relativo à opinião de Lênin sobre Kalinin e Kuzmin é apenas, infelizmente, um velho truque dos bolcheviques: escolhem um bode expiatório entre uns subalternos inábeis para isentar a responsabilidade dos dirigentes.

É fato que as autoridades locais de Kronstadt cometeram uma “inabilidade”. Kuzmin atacou violentamente os marinheiros e ameaçou-os com terríveis represálias. Os marinheiros sabiam evidentemente o que os aguardava. Sabiam que, se Kuzmin e Vassíliev obtivessem carta branca, sua primeira medida seria privar Kronstadt de suas armas e de suas reservas de alimentos. Foi a razão pela qual os marinheiros formaram seu Comitê Revolucionário Provisório. E eles foram encorajados em sua decisão, quando souberam que uma delegação de trinta marinheiros, enviada a Petrogrado para discutir com os operários, teve recusado o direito de retornar a Kronstadt, que seus membros haviam sido presos e colocados nas mãos da Tcheka.

Wright e Trotski dão uma enorme importância a um rumor anunciado durante a reunião do 1º de março: um caminhão lotado de soldados pesadamente armados ia juntar-se a Kronstadt. É evidente que Wright nunca viveu sob uma ditadura hermética. Eu sim. Quando as redes pelas quais passam os contatos humanos são interrompidas, quando todo pensamento é encerrado em si mesmo e a liberdade de expressão é sufocada, então os rumores espalham-se com velocidade do

relâmpago e assumem dimensões terrrificantes. Além disso, caminhões repletos de soldados e tchekistas armados até os dentes patrulhavam freqüentemente as ruas durante o dia. Eles lançavam suas redes durante a noite e conduziam suas presas até a Tcheka. Esse espetáculo era freqüente em Petrogrado e Moscou na época em que eu me encontrava na Rússia. No clima de tensão instaurado pelo discurso ameaçador de Kuzmin, era perfeitamente normal que rumores circulassem e que se desse crédito a eles.

Durante a campanha contra os marinheiros de Kronstadt, afirmou-se também que o fato de que notícias sobre Kronstadt tivessem aparecido na imprensa parisiense duas semanas antes do começo da revolta era a prova de que os marinheiros tinham sido manipulados pelas potências imperialistas e que essa revolta havia sido, de fato, tramada em Paris. É evidente que essa calúnia tinha por única utilidade desacreditar os kronstadinós aos olhos dos operários.

Na realidade, essas notícias antecipadas nada tinham de extraordinário. Não era a primeira vez que tais rumores nasciam em Paris, Riga ou Helsinki, e geralmente elas não coincidiam com as declarações dos agentes da contra-revolução no estrangeiro. Por outro lado, muitos acontecimentos que se produziram na União Soviética teriam alegrado o coração da Entente, dos quais nunca se ouvia falar — acontecimentos bem mais nocivos à Revolução Russa e causados pela ditadura do próprio Partido Comunista. Por exemplo, o fato de que a Tcheka destruiu inúmeras realizações de Outubro e que, em 1921, ela já havia se tornado uma excrescência mortal sobre o corpo da Revolução. Eu poderia mencionar muitos outros acontecimentos semelhantes, que me obrigariam a desenvolvimentos demasiado longos no âmbito desse artigo.

Não. As notícias antecipadas surgidas na imprensa parisiense não têm qualquer relação com a revolta de Kronstadt. De fato, em 1921, em Petrogrado, ninguém acreditava na

existência de qualquer elo, incluindo uma grande parte dos comunistas. Como eu já disse, John G. Wright é apenas um simples discípulo de Leon Trotski e ignora o que a maioria das pessoas, no interior e no exterior do Partido bolchevique, pensava desse pretenso “elo” em 1921.

Os futuros historiadores apreciarão certamente o “motim” de Kronstadt em seu verdadeiro valor. Se eles o fizerem, e quando isso acontecer, estou persuadida de que chegarão à conclusão de que a sublevação não teria podido ocorrer em melhor momento se ela não tivesse sido deliberadamente planejada.

O fator determinante que decidiu o destino de Kronstadt foi a NEP (Nova Política Econômica). Lênin estava perfeitamente consciente de que esse novo esquema “revolucionário” provocaria uma oposição considerável no Partido. Ele precisava de uma ameaça imediata para fazer passar a NEP, de modo simultaneamente rápido e tranqüilo. Kronstadt produziu-se em um momento muito útil para ele. Toda a máquina de propaganda pôs-se em marcha para demonstrar que os marinheiros estavam em conluio com as potências imperialistas e com os elementos contra-revolucionários que queriam destruir o Estado comunista. Isso funcionou às mil maravilhas. A NEP foi imposta sem a mínima dificuldade.

Acabarão por descobrir o custo pavoroso dessa manobra. Os trezentos delegados, a flor da juventude comunista, que deixaram precipitadamente o congresso do Partido para ir esmagar Kronstadt, representavam apenas um punhado das milhares de vidas que foram cingamente sacrificadas. Eles partiram crendo com fervor nas mentiras e nas calúnias dos bolcheviques. Aqueles que sobreviveram tiveram um rude despertar.

Recordo-me de ter encontrado num hospital um jovem comunista ferido. Conteí essa anedota em *Como perdi minhas ilusões sobre a Rússia*. Esse testemunho nada perdeu de

136 | seu valor, apesar dos anos:

Muitos daqueles que haviam sido feridos durante o ataque contra Kronstadt foram conduzidos ao mesmo hospital, e eram sobretudo *kursanti*, jovens comunistas. Tive a oportunidade de discutir com um deles. Sua dor física, disse-me, nada representava diante de seus sofrimentos psicológicos. Ele se dera conta tarde demais de que fora enganado pelo *slogan* da “contra-revolução”. Nenhum general czarista, nem mesmo um único guarda-branco, assumira o comando dos marinheiros de Kronstadt; ele lutara contra seus próprios camaradas, marinheiros, soldados e operários que haviam heroicamente combatido pela Revolução.

Nenhuma pessoa sensata verá a mínima semelhança entre a NEP e a reivindicação dos marinheiros de Kronstadt de trocar livremente os produtos. A NEP só fez reintroduzir os terríveis males que a Revolução Russa tentara eliminar. A livre troca dos produtos entre os operários e os camponeses, entre a cidade e o campo, encarnava a própria razão de ser da Revolução. Evidentemente, “os anarquistas eram hostis à NEP”. Mas o mercado livre, como Zinoviev me dissera em 1920, “não tem qualquer espaço em nosso plano centralizado”. Pobre Zinoviev! Não podia imaginar que monstro iria nascer da centralização do poder!

Essa obsessão pela centralização da ditadura desenvolveu muito cedo a divisão entre a cidade e a vila, os operários e os camponeses. Não foi, como afirma Trotski, porque “a primeira é proletária [...] e a segunda, pequeno-burguesa”, mas porque a ditadura bolchevique paralisou simultaneamente as iniciativas do proletariado urbano e aquelas do campesinato.

Segundo Leon Trotski, “A sublevação de Kronstadt não atraiu, mas afastou os operários de Petrogrado. A demarcação operou-se segundo a linha das classes. Os operários sentiram imediatamente que os rebeldes de Kronstadt encontravam-se do outro lado da barricada, e eles apoiaram

o poder soviético”. Trotski se esquece de explicar a principal razão da indiferença aparente dos operários de Petrogrado. Com efeito, a campanha de mentiras, calúnias e difamação contra os marinheiros começou em 2 de março de 1921. A imprensa soviética destilou tranqüilamente seu veneno contra os marinheiros. As acusações mais desprezíveis foram lançadas contra eles e isso continuou até o esmagamento de Kronstadt, em 17 de março de 1921. Além disso, Petrogrado encontrava-se sob lei marcial. Várias fábricas foram fechadas e os operários, assim destituídos de seu ganha-pão, começavam a reunir-se entre si. Citemos o diário de Alexandre Berkman:

Ocorreram muitas prisões. Grupos de grevistas cercados por tchekistas são amiúde conduzidos à prisão. Uma grande tensão nervosa reina na cidade. Todos os tipos de precaução são tomados para proteger as instituições governamentais. Colocaram metralhadoras em frente ao Hotel Astoria, onde residem Zinoviev e outros dirigentes bolcheviques. Proclamações oficiais ordenam aos grevistas para retornar ao trabalho [...] e lembram a população de que é proibido reunir-se nas ruas. O Comitê de Defesa começou uma “limpeza da cidade”. Muitos operários, suspeitos de simpatizar com Kronstadt, foram presos. Todos os marinheiros de Petrogrado e uma parte da guarnição, julgados “pouco confiáveis”, foram enviados a locais distantes, enquanto as famílias dos marinheiros de Kronstadt que viviam em Petrogrado foram tomadas como reféns. O Comitê de Defesa informou Kronstadt que os “prisioneiros são considerados como garantias” para a segurança do comissário da frota do mar Báltico, N. N. Kuzmin, do presidente do soviete de Kronstadt, T. Vassíliev e de outros comunistas. “Se nossos camaradas sofrerem o menor mau trato, os reféns pagarão com suas vidas.”

Sob tal regime de ferro, era fisicamente impossível aos operários de Petrogrado aliar-se aos insurretos de Kronstadt, ainda mais porque nem sequer uma linha dos manifestos publicados pelos marinheiros chegou aos operários de Petrogrado. Em outros termos, Leon Trotski falsifica deliberada-

mente os fatos. Os operários teriam certamente tomado o partido dos marinheiros, porque eles sabiam que estes não eram amotinados nem contra-revolucionários, e que haviam se mostrado solidários aos operários em 1905, bem como em março e outubro de 1917. Eis por que posso afirmar que Trotski, completamente consciente, insulta grosseiramente a memória dos marinheiros de Kronstadt.

Em *New International* (p. 106), Trotski assegura a seus leitores que “ninguém, diga-se de passagem, pensava naqueles dias na doutrina anarquista”. Isso não se encaixa, infelizmente, com a incessante perseguição aos anarquistas que começou em 1918, quando Leon Trotski liquidou o quartel-general anarquista em Moscou a metralhadas. Desde essa época, o processo de eliminação dos anarquistas pôs-se em marcha. Mesmo hoje, muito tempo depois, os campos de concentração do governo soviético estão repletos de anarquistas, aqueles que sobreviveram. De fato, antes da insurreição de Kronstadt, em outubro de 1920, quando Trotski mudou de opinião em relação a Makhno, porque necessitava de sua ajuda e de seu exército para liquidar Wrangel, e consentiu que se realizasse um congresso anarquista em Kharkov, várias centenas de anarquistas foram presos e enviados à prisão de Butirka, onde permaneceram até abril de 1921, sem que lhes fossem comunicado o menor motivo de acusação. Depois, em companhia de outros militantes de esquerda, eles desapareceram na calada da noite, enviados secretamente para prisões e campos de concentração na Rússia e na Sibéria. Mas isso é uma outra página da história soviética. O que importa ressaltar aqui é que se “pensava” muito nos anarquistas naquela época; caso contrário, por que razão eles teriam sido presos e enviados aos quatro cantos da Rússia e da Sibéria, como no tempo do czarismo?

Leon Trotski escarnece da reivindicação dos “soviets livres”. Os marinheiros tinham, com efeito, a ingenuidade de

crer que soviets livres poderiam coexistir com uma ditadura. De fato, os soviets livres cessaram de existir muito mais cedo, assim como os sindicatos e as cooperativas. Eles foram todos amarrados ao carro do aparelho de Estado bolchevique. Um dia, Lênin declarou-me com uma expressão de satisfação: “Vosso grande homem, Errico Malatesta, é favorável aos nossos soviets”. E apressei-me em corrigi-lo: “Quereis dizer soviets livres, camarada Lênin. Eu também lhes sou favorável”. Imediatamente Lênin mudou de assunto. Mas logo descobri por que os soviets livres haviam deixado de existir na Rússia.

John G. Wright sustentará, sem dúvida, que não existia qualquer problema em Petrogrado até o dia 22 de fevereiro. Isso se encaixa muito bem com a maneira com que ele remaneja “a história” do Partido. Mas o descontentamento e a agitação dos operários eram muito visíveis quando chegamos à Rússia. Em cada fábrica que visitei, pude constatar o descontentamento e a cólera dos trabalhadores, porque a ditadura do proletariado tornara-se a ditadura esmagadora do Partido Comunista, fundada num sistema de racionamento diferenciado e discriminações de toda sorte. Se o descontentamento dos operários não explodiu antes de 1921, foi apenas porque eles agarravam-se à esperança tenaz de que, quando os *fronts* fossem liquidados, as promessas de Outubro seriam enfim cumpridas. E foi Kronstadt que fez estourar sua última bolha de ilusão.

Os marinheiros haviam ousado tomar o partido dos operários descontentes. Eles ousaram exigir que as promessas da Revolução – “Todo o poder aos soviets” – fossem enfim cumpridas. A ditadura política havia matado a ditadura do proletariado. Essa foi sua única ofensa imperdoável contra o Espírito Santo do bolchevismo.

Em uma nota de seu artigo (p. 49), Wright afirma que Victor Serge teria recentemente declarado, em relação a

Kronstadt, que “os bolcheviques, uma vez confrontados com o motim, não tiveram outra solução senão esmagá-lo”. Victor Serge não reside mais nas terras hospitaleiras da “pátria” dos trabalhadores. Se essa declaração citada por Wright é verdadeira, não me parece desleal afirmar que Victor Serge simplesmente não diz a verdade. Enquanto em 1921 ele pertencia à Seção Francesa da Internacional Comunista, Serge estava tão transtornado e horrorizado quanto Alexandre Berkman, eu mesma e muitos outros revolucionários ante a carnificina que Leon Trotski preparava, segundo sua promessa de “matar os marinheiros como perdizes”.⁵ Cada vez que Serge tinha um momento livre, ele irrompia em nosso cômodo, caminhava de um lado para o outro, puxava os cabelos e golpeava seus punhos um contra o outro, de tanto que estava indignado. “É preciso fazer alguma coisa, é preciso fazer alguma coisa para deter esse horrível massacre”, repetia. Quando nós lhe perguntamos por que ele, que era membro do Partido, não erguia a voz para protestar, respondeu-nos que isso não teria qualquer utilidade para os marinheiros. Além disso, isso o assinalaria à Tcheka e resultaria sem dúvida em seu discreto desaparecimento. Sua única desculpa é que, naquela época, ele tinha uma jovem mulher e um bebê. Mas se ele realmente declarou hoje, dezessete anos depois, que “os bolcheviques, uma vez confrontados com o motim, não tiveram outra solução senão esmagá-lo”, tal atitude é, no mínimo, inescusável. Victor Serge sabe tão bem quanto eu que *não houve motim* em Kronstadt, que os marinheiros em nenhum momento utilizaram suas armas antes do início dos bombardeios. Ele sabe igualmente que nenhum dos comissários comunistas presos, sequer um único comunista, foi vítima de maus tratos. Eu exorto, portanto, Victor Serge a dizer a verdade. Que

⁵ Esta declaração não é de Trotski, mas figurava num panfleto distribuído em Kronstadt pelos bolcheviques.

ele tenha podido continuar a viver na Rússia sob o regime de seus camaradas Lênin e Trotski, enquanto inúmeros infelizes eram assassinados por terem adquirido consciência de todos os horrores que aconteciam, é problema seu. Mas não posso deixá-lo dizer que os bolcheviques tiveram razão em crucificar os marinheiros.

Leon Trotski tem uma atitude sarcástica quando é acusado de ter assassinado 1500 marinheiros. Não, suas mãos não estão sujas de sangue. Ele confiou a Tukhatchevski a tarefa de matar os marinheiros “como perdizes”, segundo sua expressão. Tukhatchevski aplicou suas ordens com grande consciência profissional. Centenas de homens foram massacrados, e os que sobreviveram aos tiros incessantes da artilharia dos bolcheviques foram colocados nas mãos de Dybenko, célebre por sua humanidade e seu senso de justiça.

Tukhatchevski e Dybenko são os heróis e os salvadores da ditadura! A história parece ter um modo particular de fazer justiça.

Leon Trotski tenta nos exhibir uma de suas cartas-mestras quando se pergunta “onde e quando seus grandes princípios foram confirmados na prática, ao menos parcialmente, ao menos tendencialmente?” Essa carta, como todas aquelas que ele já jogou durante a sua vida, não lhe permitirá ganhar a partida. Na verdade, os princípios anarquistas foram confirmados, na prática e tendencialmente, na Espanha. É verdade, isso só pôde ser feito parcialmente. Como poderia ter sido diferente quando todas as forças conspiravam contra a Revolução Espanhola? O trabalho construtivo empreendido pela CNT (Confederación Nacional del Trabajo) e pela FAI (Federación Anarquista Ibérica) constitui uma realização inimaginável aos olhos do regime bolchevique, e a coletivização das terras e das fábricas na Espanha representa o maior êxito de todos os períodos revolucionários. Além disso, ainda que Franco ganhe e que os anarquistas espanhóis sejam

142 | exterminados, o trabalho que eles começaram continuará a viver. Os princípios e as tendências anarquistas estão tão profundamente implantados na terra da Espanha que nada e ninguém os erradicará.

TÍTULOS PUBLICADOS

1. *Iracema*, Alencar
2. *Don Juan*, Molière
3. *Contos indianos*, Mallarmé
4. *Auto da barca do Inferno*, Gil Vicente
5. *Poemas completos de Alberto Caeiro*, Pessoa
6. *Triunfos*, Petrarca
7. *A cidade e as serras*, Eça
8. *O retrato de Dorian Gray*, Wilde
9. *A história trágica do Doutor Fausto*, Marlowe
10. *Os sofrimentos do jovem Werther*, Goethe
11. *Dos novos sistemas na arte*, Maliévitch
12. *Mensagem*, Pessoa
13. *Metamorfoses*, Ovídio
14. *Micromegas e outros contos*, Voltaire
15. *O sobrinho de Rameau*, Diderot
16. *Carta sobre a tolerância*, Locke
17. *O príncipe*, Maquiavel
18. *Dao De Jing*, Laozi
19. *O fim do ciúme e outros contos*, Proust
20. *Pequenos poemas em prosa*, Baudelaire
21. *Discursos ímpios*, Sade
22. *Joana d'Arc*, Michelet
23. *Livro dos mandamentos | 248 preceitos positivos*, Maimônides
24. *Discursos ímpios*, Sade
25. *A vida é sonho*, Calderón
26. *Eu acuso! | O processo do capitão Dreyfus*, Zola | Rui Barbosa
27. *Apologia de Galileu*, Campanella
28. *O princípio anarquista e outros ensaios*, Kropotkin
29. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*, Emma Goldman
30. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*, Rocker
31. *Sobre verdade e mentira*, Nietzsche

Edição _ Jorge Sallum

Co-edição _ André Fernandes

Capa e projeto gráfico _ Júlio Dui e Renan Costa Lima

Programação em LaTeX _ Marcelo Freitas

Revisão _ André Fernandes
e Bruno Costa

Colofão _ Adverte-se aos curiosos que se
imprimiu esta obra nas oficinas
da gráfica Vida & Consciência
em 7 de novembro de 2007, em
papel off-set 90 gramas,
composta em tipologia
Walbaum Monotype de corpo
oito a treze e Courier de corpo
sete, em plataforma Linux,
com os softwares livres LaTeX,
SVN e Trac.

—
—
—
—
—
—

—

—

—

—

—



Autora

Emma Goldman

Título

O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E O ESTADO, E OUTROS ENSAIOS

Texto

O indivíduo é a verdadeira realidade da vida, um universo em si. Ele não existe em função do Estado, ou dessa abstração denominada "sociedade" ou "nação", que não é senão um ajuntamento de indivíduos.

O homem sempre foi e é - necessariamente - a única fonte, o único motor de evolução e progresso.

A civilização é o resultado de um combate contínuo do indivíduo ou dos grupamentos de indivíduos contra o

- Estado, e até mesmo contra a "sociedade", quer dizer, contra a maioria hipnotizada pelo Estado e submetida a seu culto. As maiores batalhas já travadas pelo homem foram contra obstáculos e prejuízos artificiais que ele próprio se impôs e que paralisam seu desenvolvimento. O pensamento humano sempre foi falseado pelas tradições, pelos costumes, pela educação enganadora e iníqua, dispensada para servir os interesses daqueles que detêm o poder e gozam de privilégios; ou seja, pelo Estado e pelas classes proprietárias. Esse conflito incessante dominou a história da humanidade.

ISBN 978-85-7715-072-4

